



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Instituto de Ciências Humanas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**A ATUAÇÃO POLÍTICA DE
PINHEIRO MACHADO: O SENADOR DA CONCILIAÇÃO DO
FEDERALISMO COM A CENTRALIZAÇÃO NA REPÚBLICA VELHA**

DEOMAR VILLAGRA NETO

Pelotas, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**A ATUAÇÃO POLÍTICA DE
PINHEIRO MACHADO: O SENADOR DA CONCILIAÇÃO DO
FEDERALISMO COM A CENTRALIZAÇÃO NA REPÚBLICA VELHA**

DEOMAR VILLAGRA NETO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal de Pelotas, como requisito
parcial para a obtenção do grau de
Mestre em História.

Orientadora Professora Dra. Elisabete da Costa Leal.

Pelotas, 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação **A Atuação Política de Pinheiro Machado: O Senador da conciliação do Federalismo com a Centralização na República Velha** elaborada por Deomar Villagra Neto, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em História.

Comissão Examinadora

Prof. Dra. Elisabete da Costa Leal (Orientadora)

Prof. Dr. Fernando Camargo.

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat.

Dedico esta dissertação aos meus alunos,
fundamentos maiores de meu desejo de constante
aprimoramento e busca de conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos dois últimos anos me permiti sonhar com a qualificação de Mestre em História pela Universidade Federal de Pelotas. Tinha a total consciência de que a tarefa seria complicada pela minha falta de preparação na área de pesquisa e escrita. As dificuldades, porém, foram muito maiores do que poderia prever, pelo ritmo de trabalho que me impediu dedicar a este trabalho que apresento o nível que considero digno de minha orientadora e da instituição à qual subordino minha dissertação de mestrado.

Se o trabalho chegou ao ponto de ser apresentado, agradeço a uma série de pessoas que, consciente ou inconscientemente, contribuíram para que eu não desanimasse.

A meus alunos, essa multidão de amigos que me acompanha durante os dias de licenciatura e que celebra minhas conquistas, sente minhas frustrações e acalma minha desilusão dos dias que possuem menos horas do que as necessárias.

À Universidade Federal de Pelotas que, após me possibilitar a instrução que me garantiu a minha profissão de Professor de História com a Licenciatura, agora me possibilita lutar pela qualificação como Mestre. Agradeço a possibilidade do sonho do Mestrado em História.

À minha esposa, Chaiene, pela companhia em absolutamente todos os passos que dou e nos sonhos que busco tornar realidade para nós. À minha família, meus pais, irmãos, sobrinhas e afilhadas para os quais dedico essa minha incansável vontade de progredir e ser espelho de correção e esforço.

À minha orientadora, pela inesgotável disposição em compreender minhas carências de tempo e conhecimento.

**“Haveremos de cumprir o que prometemos na propaganda: Estabelecendo em
nossa Pátria o feliz consórcio da liberdade com a ordem.”
(Pinheiro Machado)**

RESUMO

Esta dissertação pretende refletir sobre a atuação política do Senador Pinheiro Machado, suas fontes de poder e sua atuação no sentido de garantir os interesses regionais sem chocar-se com as políticas de valorização do café que caracterizaram a República Velha. Pretende, ainda, analisar a historiografia a respeito do poder de Pinheiro Machado e os sentidos comuns formados sem a preocupação maior em comprová-los ou refutá-los com fontes. Em busca desses objetivos, será feita uma análise comparativa entre a historiografia e as fontes primárias sobre o senador, além de um estudo da configuração política do Rio Grande do Sul e do Brasil da nascente República, sendo essencial, para isso, o confronto entre as demandas regionais e o centralismo da União, principalmente após a estipulação da Política dos Governadores pelo Presidente Campos Salles.

Palavras-chaves: Pinheiro Machado, coronelismo, borgismo, República Velha e Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

This paper intends to reflect on the political rule of Senator Pinheiro Machado, his sources of power and its role in ensuring regional interests without colliding with valorization of coffee policies that characterized the Old Republic. It also intends to analyze the historiography about the power of Pinheiro Machado and common senses formed without the major concern on to prove them or disprove them with sources. In pursuit of these goals, there will be a comparative analysis between historiography and primary sources about the Senator, and a study of the political structure of Rio Grande do Sul and Brazil's nascent Republic is essential to do so, the confrontation between regional demands and the centralism of the Union especially after the stipulation of the Policy of the Governors by President Campos Salles.

Key-words: Pinheiro Machado, colonels, borgismo, Old Republic and Rio Grande do Sul.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto familiar de Pinheiro Machado.....	Pg. 30.
Foto de Pinheiro Machado quando jovem.....	Pg. 34.
Pinheiro Machado com Venceslau Bras e Urbano de Santos.....	Pg. 37.
Peça de campanha eleitoral de Rui Barbosa.....	Pg. 69.
Rui Barbosa em meio à Campanha Civilista.....	Pg. 80.
Charge ironizando a relação entre Pinheiro e Hermes.....	Pg. 83.
Casamento de Hermes da Fonseca e Nair de Teffé.....	Pg. 87.
Cortejo fúnebre do Senador Pinheiro Machado.....	Pg. 94.
Túmulo de Pinheiro Machado.....	Pg. 100.

LISTA DE SIGLAS

PF	-	Partido Federalista.
PRC	-	Partido Republicano Conservador.
PRF	-	Partido Republicano Federal.
PRM	-	Partido Republicano Mineiro.
PRP	-	Partido Republicano Paulista.
PRR	-	Partido Republicano Rio-Grandense.
RS	-	Rio Grande do Sul.
UFPEL	-	Universidade Federal de Pelotas.
UFRGS	-	Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	7
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	8
LISTA DE SIGLAS.....	8
INTRODUÇÃO.....	10
1. O silêncio que impera sobre o homem que comandou o país através dos bastidores do poder.....	21
1.1. O Silêncio da historiografia e suas certezas.....	22
1.2. O homem sobre o qual pesa o silêncio.	30
2. As bases de poder de Pinheiro Machado.....	41
2.1. Pinheiro Machado e sua relação com Borges de Medeiros e o PRR.....	42
2.2. A Política dos Governadores e a importância de Pinheiro Machado na garantia do acerto entre a União e os entes federados.....	55
2.3. A legitimidade associada aos laços de fidelidade.....	60
3. Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca.....	65
3.1. As eleições e a oposição do civilismo.....	67
3.2. O salvacionismo e o ataque à aliança de Pinheiro Machado com as elites regionais.....	82
4. O pós-1914: O crepúsculo de Pinheiro Machado.....	89
4.1. O assassinato político - A oposição à atuação política de Pinheiro Machado e o fracasso do Partido Republicano Conservador.....	90
4.2. O assassinato físico de Pinheiro Machado.....	94
4.3. Repercussões, para o Brasil e para o Rio Grande do Sul, do assassinato de Pinheiro Machado.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS.....	108
ANEXOS.....	111

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo geral analisar a atuação política do Senador Pinheiro Machado em nível regional e nacional, priorizando a compreensão de suas fontes de poder e de suas ligações com os desejos dos líderes políticos do Rio Grande do Sul, em especial os do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e do comandante deste partido após a morte de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros. Para isso, pretende analisar a historiografia sobre a política na República Velha e a atuação de Pinheiro Machado, comparando-a com os documentos e fontes coletados.

Quanto aos objetivos específicos, a presente dissertação pretende: 1) compreender as relações políticas e pessoais entre Pinheiro Machado e Borges de Medeiros; 2) analisar a importância de Pinheiro Machado na relação entre o centralismo republicano e as demandas regionais dos líderes locais; 3) analisar a historiografia a respeito de Pinheiro Machado; 4) entender o papel do Senador na política regional e nacional e a visão da época a respeito da política feita através de acordos e personalismos; 5) avaliar como se deu a relação entre fidelidade republicana e respeito ao líder político e às diretrizes partidárias e como, a partir do enfraquecimento desses laços, fragilizou politicamente Pinheiro Machado.

A discussão a respeito da atuação política de Pinheiro Machado buscou inserir impressões pessoais de contemporâneos sendo, para isso, necessária a análise de biografias que envolvessem o senador em questão ou outras personalidades que, de alguma forma, conviveram com o mesmo. Essa preocupação com as impressões pessoais que o Senador Pinheiro Machado despertava no meio político em que atuava faz-se necessária pelo uso que o mesmo fazia de seus atributos pessoais para ganhar apoios políticos a partir do carisma. Tão importante era o uso das características pessoais pelo Senador Pinheiro Machado que, em diversos momentos, os jornais da época consultados fizeram referência às mesmas. Não apenas os jornais; também o fizeram os políticos, mesmo os de oposição, como demonstrado nos discursos feitos no Senado Federal quando do assassinato do Senador¹.

As considerações a respeito do federalismo brasileiro, seus limites e objetivos, estiveram presentes ao longo de todos os estudos. Nem sempre bem delineada numa nação comandada por uma classe política que procura eximir-se de assuntos polêmicos,

¹ Encontram-se em anexo trechos de alguns discursos proferidos no Senado Federal quando do assassinato de Pinheiro Machado.

o limite entre o interesse dos entes federados e os da União é tema conturbado desde a convocação da primeira Constituinte por um D. Pedro que, ante a ameaça de enfraquecimento do poder central, outorgou a Carta Constitucional de 1824 criando uma leitura brasileiríssima da obra de Benjamin Constant, com o quarto poder garantindo ao Império uma força típica das monarquias centralizadoras do Antigo Regime europeu.

Posteriormente, se regentes permitiam as Assembléias Legislativas Provinciais, outros esvaziavam suas funções, como ocorreu a partir das resoluções da Lei de Interpretação ao Ato Adicional, de 1837, durante a regência una de Araújo Lima. A cada permissão aos entes federados, uma restrição que garantia a possibilidade de imposição dos desejos da União e dos grupos representados primordialmente por eles. O próprio Rio Grande do Sul notabilizou-se, durante o Império, por uma revolução que, antes de ser em defesa dos interesses dos charqueadores enfraquecidos pela concorrência do charque platino, era por maior autonomia política e, por conseguinte, por maior força à elite política da Província. Longe de ser uma demanda gaúcha, a definição e extensão do conceito do federalismo no Brasil foi uma demanda de regiões distantes geográfica e economicamente e não ocorreu apenas durante o período regencial brasileiro, como comprova Pernambuco, instado à revolta contra a União em 1824, durante o governo do primeiro Pedro e em 1848, já no governo de D. Pedro II.

A luta pelo federalismo perdeu parte de seu impeto a partir da conciliação partidária através do parlamentarismo de D. Pedro II, para voltar com forças pelas mãos de parte dos liberais descontentes com a inversão partidária, e que se uniam aos republicanos para, na Convenção de Itu, criarem o Partido Republicano Paulista, identificado - embora mais como instrumento de união de seus membros do que como real sentimento de grupo - com a República, o abolicionismo e o federalismo.

Com a Proclamação da República surgiu uma nova esperança de um federalismo mais aos moldes do estadunidense, tendo a parte regional como primeira na extensão de suas atribuições e a União como complementar e residual. Já no artigo primeiro do primeiro decreto do Governo Provisório² ficou determinado que o Brasil seria uma República Federativa. No segundo artigo, estipulou o decreto que “As províncias do Brasil, reunidas pelo laço da federação, ficam constituindo os Estados Unidos do Brasil.”

² Diário Oficial da República Federativa Brasileira, 16 de novembro de 1889. Ano XVIII. Número 315.

Tal expectativa, porém, não resistiu ao arbítrio dos militares de espada e ao estabelecimento da Política dos Governadores por Campos Salles que, se não negava os líderes regionais, coadunava-os para apoiar as diretrizes da União. Não chegou a ser o fim do coronelismo e das forças políticas regionais mas, sem dúvida, tal determinação política consistiu no enquadramento das forças locais às diretrizes políticas e econômicas nacionais.

Edgard Carone analisa essa relação entre o federalismo republicano e a sobrevivência coronelística ao afirmar que

A falta de centralização resultou em liberdades locais e no fortalecimento de instituições sociais peculiares: o poder torna-se privilégio de uma camada social que possui os bens de produção - a terra - e a liderança política. O fenômeno do coronelismo tem suas leis próprias e funciona na base da coerção da força e da lei oral, bem como de favores e obrigações. Esta interdependência é fundamental: o coronel é aquele que protege, socorre, homizia e sustenta materialmente os seus agregados por sua vez, exige deles a vida, a obediência e a fidelidade. É por isto que coronelismo significa força política e força militar. (...) No Império, os grupos oligárquicos encontram um obstáculo para o controle total dos governos das Províncias; é o Poder Moderador do Imperador, que permite a escolha dos presidentes provinciais. O federalismo republicano derruba este empecilho; e as oligarquias irão atingir, então, o ápice da sua expansão. (...) Nos Estados mais adiantados, onde a complexidade econômica e social é maior - São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul - o Partido, forma oligárquica mais rica, é o controlador e esmagador de qualquer oposição. (...) nos outros Estados, onde a máquina governamental é mais complexa, o partido representa poder controlador e distribuidor, mas as exigências dos grupos, fazem haver equilíbrio maior entre o individual e o coletivo.³

É nesse choque entre a União centralizadora e o localismo preocupado com suas demandas que se encaixa a atuação de Pinheiro Machado. Conhecedor dos limites de seu poder e das formas de garantir apoio político, o senador conseguiu apoio regional às políticas de valorização do café sem deixar de usar esse apoio para conseguir atender aos desejos dos líderes regionais. As forças não se anulavam, não se confrontavam diretamente por terem em Pinheiro Machado o interlocutor em comum.

Como Pinheiro Machado construiu essas relações de duplo sentido e usou-as para fortalecer seu poder pessoal é tema ainda não analisado pela historiografia tradicional, resumida em afirmar o poder do Senador sem maiores estudos sobre a construção e perpetuação do mesmo.

Mais do que uma análise biográfica sobre Pinheiro Machado, o presente estudo visa relacionar a atuação do senador gaúcho com Borges de Medeiros e o Partido

³ CARONE, Edgard. **A Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 66.

Republicano Rio-Grandense, além de elucidar os caminhos utilizados por Pinheiro Machado para estruturar o seu poder em nível nacional. Para isso, é fundamental entender os laços de fidelidade construídos e como a fidelidade se transformou em parte da identidade gaúcha e nacional. O ponto marcante da análise serão as eleições de 1910 e o que elas revelam das ligações entre o poder regional de Borges de Medeiros e o poder nacional de Pinheiro Machado.

Esse descuido com a análise a respeito da relação entre a União e o poder regional durante a República Velha e com o papel de Pinheiro Machado nessa relação gerou o maior problema na elaboração da presente dissertação: a falta de fontes organizadas. Não há nenhum arquivo sobre Pinheiro Machado, enquanto existem de tantos outros políticos importantes como Lindolfo Collor, Getúlio Vargas e Borges de Medeiros. Também não são encontradas coletâneas sobre discursos⁴ e propostas de lei elaboradas por Pinheiro Machado. Claro, é necessário mencionar, o Senador contribuiu para o relativo silêncio a respeito de seu agir político, pois não era dado a discursos, não propôs leis cuja importância levasse a análises maiores das mesmas por seus pares ou deixou pistas claras de como fazia política, o que seu rival e admirador/admirado Rui Barbosa fez à exaustão. Antes de constituir um problema, esse aparente descaso com a atuação parlamentar mais revela do que encobre, o que será discutido ao longo dessa dissertação. Porém, tal silêncio levou à utilização das fontes disponíveis sobre Pinheiro Machado, discursos ou matérias nos jornais de época, mesmo que fossem partidários como, aliás, era marcante em boa parte do jornalismo do período.

Os jornais da época, em grande parte, não visavam à isenção e à difusão de notícias, e sim à formação de bases de apoio público às diretrizes político-partidárias dos mesmos. Inclusive jornais que se auto-intitulavam independentes e isentos, como o “Correio da Manhã”, faziam de sua opção política a base de organização dos artigos e de busca de leitores. Até porque o jornal “Correio da Manhã” foi fundado pelo gaúcho Edmundo Bittencourt, advogado que havia atuado em “A Reforma”, do Partido Federalista de Gaspar Silveira Martins, que convertido em Partido Liberal fez oposição ao domínio do PRR ao longo da liderança do partido nas três primeiras décadas do século XX. Após, Bittencourt se aproximou de Rui Barbosa, continuando na oposição a Borges-Pinheiro Machado. Assim, apesar de se considerar isento, o “Correio da Manhã”

⁴ Ressalva para a análise de Pedro Simon a respeito de alguns discursos selecionados de Pinheiro Machado em SIMON, Pedro (Org.). **Discursos do Senador Pinheiro Machado**. Brasília: Senado Federal, 2004.

trazia, em sua ideia originária, a oposição ao domínio dos republicanos no Rio Grande do Sul. Luís Edmundo, ao analisar a obra de Edmundo Bittencourt, foi um dos que mencionou o tom inovador da isenção do jornal.⁵ O próprio editorial da primeira edição do jornal, escrito por Edmundo Bittencourt, vangloriava-se de sua pseudo-isenção político-ideológica ao afirmar que “O Correio da Manhã não tem nem terá jamais ligação alguma com partidos políticos.”⁶

O jornal foi fundado durante o governo de Campos Salles, exatamente quando se estabeleciam os laços de compromisso que configurariam a chamada “política dos governadores”. Em diversas oportunidades o mesmo buscou atacar Pinheiro Machado através de denúncias que fugiam da alçada política, como no caso da acusação de ser o senador contrabandista de charque. Outra acusação que pesou sobre o senador Pinheiro Machado associava-o à valorização de suas terras a partir da construção da ferrovia Madeira-Mamoré pelo empresário Percival Farquhar⁷, usando o senador da tribuna para desmentir as acusações que sofria em ambas as situações.

O motivo da atenção ao jornal “Correio da Manhã”, e não a outro, encontra-se nessa proximidade com o Partido Republicano Riograndense em laços que ultrapassavam os da mero apoio ou oposição para definirem-se, em grande parte, como decorrência de relações personalísticas. Também chamou a atenção a afirmação de sua isenção, motivo que levou à sua escolha como uma fonte primária que merecia uma análise especial.

Já “A Federação” não escondia suas bases doutrinárias, sendo fundada para ser o porta-voz do Partido Republicano Rio-Grandense, ainda na fase de disputa de ideias e de poder contra Gaspar Silveira Martins. Não visava o jornal analisar a atuação política de Pinheiro Machado, e sim defendê-lo dos ataques da imprensa do centro do país, afinal, era o senador o porta-voz do partido que o jornal representava no Rio Grande do Sul.

Se os jornais são eivados de falta de isenção, porque utilizá-los como fonte privilegiada nesta dissertação? Por dois motivos: a importância dos mesmos no período estudado e a exiguidade de fontes primárias para estudar a política exercida por Pinheiro Machado.

⁵ EDMUNDO, Luis. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 646.

⁶ CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 15/06/1901, p. 1.

⁷ BORGES, Vera Lúcia Bogéa. **Morte na República. Os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica (1909-1915)**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 2004, p.188-189.

Em primeiro lugar, os jornais eram a principal (e, durante muito tempo e em diversos lugares, a única) forma de construção de consciência política da sociedade e de informação sobre os mais variados assuntos. Em um importante momento de profissionalização, os jornais impressos das primeiras décadas do século XX eram utilizados tanto pela situação quanto pela oposição política para informar/controlar a opinião pública. Pode parecer contraditório o interesse das elites políticas em manipular as massas ao mesmo tempo em que o senador Pinheiro Machado se destacou por secundarizar o interesse pela proximidade com as massas. Só parece contraditório pois, para a legitimação do poder, é necessário o apoio ou, pelo menos, o descaso dos eleitores com as estratégias de manipulação dos mesmos. E, para isso, o controle do que era veiculado nos jornais era fundamental. Por isso, o jornal “A Federação” era usado tanto para manter a aceitação ao domínio do PRR sobre o Rio Grande do Sul quanto para legitimar expurgos e perseguições políticas desencadeados sobre políticos de oposição ou contestadores internos do partido oficial. São inúmeros os casos de editoriais de “A Federação” que, após elogiarem líderes do Partido Republicano Rio-Grandense, passaram a execrá-los para, junto a essa troca de opinião, iniciar um processo de isolamento político dos referidos políticos. Assim, a política usava o jornalismo sendo, inclusive, constante a participação direta dos políticos escrevendo artigos e notável o caso de Campos Salles, que não escondia e mesmo considerava uma estratégia louvável o patrocínio a órgãos de imprensa simpáticos ao governo.

A política consistia, na época, a base das matérias jornalísticas, até porque, com uma população marcada pelo analfabetismo, os jornais eram voltados para a elite esclarecida que participava direta ou indiretamente do jogo político. Não havia, como há hoje, a preocupação com um jornalismo mais voltado para as camadas mais baixas da sociedade, mais preocupado com a análise ou o relato cotidiano e com temas sensacionalistas. Se a política era o fundamento das coberturas jornalísticas, numa época de personalismos, nada mais óbvio do que longas observações sobre os dirigentes políticos do país, como era o caso de Pinheiro Machado, Rui Barbosa, Rosa e Silva⁸, Nilo Peçanha, Venceslau Bras, Nilo Peçanha, Campos Salles entre outros.

⁸ Francisco de Rosa e Silva foi importante líder político pernambucano e nacional durante a República Velha, fazendo parte do grupo de políticos que fazia uma oposição “educada” a Pinheiro Machado sem, porém, deixar de desfrutar das benesses dos laços com a União representados pelo Senador gaúcho. Enfraqueceu politicamente a partir de sua derrota perante o salvacionismo de Hermes da Fonseca que colocou no poder pernambucano o opositor Dantas Barreto.

O segundo ponto que justifica a utilização dos jornais da época como fontes é o da exiguidade do material de pesquisa sobre Pinheiro Machado. Pinheiro Machado era avesso aos discursos e, quando fazia uso dos mesmos, buscava neles se posicionar não sobre diretrizes ideológicas e opiniões sobre os rumos políticos da nação mas, na maioria dos casos, defender-se de acusações que sofria. Pinheiro Machado preferia fazer os acertos políticos de forma pessoal, o que é demonstrado pela notável quantidade de telegramas e cartas enviados a lideranças políticas com temas que iam de determinações políticas até pedidos das mais variadas ordens, de como os correligionários deveriam se comportar ante diversas situações até pedidos/ordens de nomeações de cargos públicos.⁹

Quanto ao período abrangido pela dissertação, a princípio seria restrito ao espaço de tempo entre a morte de Júlio de Castilhos, líder do Partido Republicano Rio-Grandense, em 1903, e a eleição de Hermes da Fonseca, momento mais marcante da atuação política de Pinheiro Machado, em 1910. Porém, para uma análise mais completa da atuação política deste, resolveu-se ampliar a pesquisa até a morte do mesmo, englobando, assim, o enfraquecimento político e as razões do assassinato do senador em questão. Afinal, a morte do senador é tão reveladora de seu papel na política regional e nacional nos anos 1910 quanto sua vida. Também mostrou-se necessária tal extensão para que fosse englobada nesta a análise sobre o Partido Republicano Conservador e a comparação com o Partido Republicano Rio-Grandense na estruturação dos laços de fidelidade que compunham uma das bases mais importantes do poder de Pinheiro Machado.

Quanto ao ponto inicial da pesquisa, a morte precoce de Júlio de Castilhos, o mesmo se justifica pela relação entre Pinheiro Machado e Borges de Medeiros, sucessor de Castilhos no comando do PRR e do próprio Rio Grande do Sul. Sem Pinheiro Machado e seu poder nacional não teria sido possível a Borges enfrentar as diversas contestações que sofreu por parte de lideranças políticas do próprio PRR. A mesma relação de complementaridade se evidencia quando percebemos que, sem o apoio de Borges e do PRR, não teria sido possível a Pinheiro Machado alçar vôos tão altos na política nacional. Além disso, é notável a diferença entre as formas de atuação política de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, baseando-se o primeiro numa política de

⁹ A Fundação Getúlio Vargas, através da colocação de seu acervo histórico à disposição on-line na página do CPDOC <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>, assim como o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, através da colocação do acervo de Borges de Medeiros à disposição on-line http://www.ihgrgs.org.br/arq_online/Pag_01.htm facilitaram a pesquisa quantitativa de telégrafos e cartas trocadas e enviadas por Pinheiro Machado, além de, em diversos casos, possibilitarem a visualização dos mesmos pela internet.

isolamento e, quando necessário, conflito com a União em torno de sua proposta de legitimação no poder do Rio Grande do Sul, enquanto Borges de Medeiros, em busca da mesma legitimação de seu poder, viu na negociação e no apoio mútuo com a União meios mais efetivos para consolidar sua posição. Por trás dessa mudança de relação entre estado e Nação estava a figura de Pinheiro Machado.

A partir dos objetivos mencionados e das fontes pesquisadas e analisadas, esta dissertação foi dividida em quatro capítulos, sem contar esta introdução e as considerações finais.

O primeiro capítulo, “O silêncio que impera sobre o homem que comandou o país através dos bastidores do poder”, faz uma revisão sobre a atuação política de Pinheiro Machado, o que torna essencial uma análise da falta de estudos sobre a importância de Pinheiro Machado na negociação entre os interesses da União e dos entes federados e um resumo da história política comparada de Pinheiro Machado, do domínio do Partido Republicano Rio-Grandense sobre o Rio Grande do Sul e da atuação nacional do Senador. O capítulo é subdividido em duas partes. A primeira, intitulada “O Silêncio da historiografia e suas certezas”, busca evidenciar a falta de estudos sobre Pinheiro Machado, o que torna essencial o estudo realizado nesta dissertação. A segunda, por sua vez, intitulada “O homem sobre o qual pesa o silêncio” busca fazer uma sucinta caracterização do Senador Pinheiro Machado, do borgismo e da estrutura política montada pelos mesmos.

O segundo capítulo, intitulado “As bases de poder de Pinheiro Machado”, busca analisar os vínculos políticos de Pinheiro Machado tanto em nível estadual quanto nacional. É subdividido em três partes. A primeira, “Pinheiro Machado e sua relação com Borges de Medeiros e o PRR”, trata do papel de Pinheiro Machado na mudança do entendimento dos líderes gaúchos a respeito da relação que deveria ser formada com o governo nacional em defesa dos interesses regionais, saindo do relativo isolacionismo de Júlio de Castilhos para a crescente participação da elite regional em nível nacional. Ainda, pretende analisar a interdependência que se estruturou entre Borges de Medeiros e Pinheiro Machado nas lutas contra opositores e na consolidação de seus poderes regionais e nacionais. A segunda parte, “A Política dos Governadores e a importância de Pinheiro Machado na garantia do acordo entre a União e os entes federados”, analisa a importância de Pinheiro Machado para a consolidação da centralização do poder e o uso do papel de mediador, pelo Senador, para garantir o fortalecimento do seu poder pessoal. Antes de ser um opositor ou uma ameaça ao pacto de valorização do café, o

senador gaúcho é analisado como o elo, o negociador dos interesses conflitantes entre as elites regionais e o poder central. A terceira, “A legitimidade associada aos laços de fidelidade”, busca compreender um dos fundamentos maiores do poder de Pinheiro Machado: a fidelidade partidária que se convertia, na prática, na submissão aos ditames de Pinheiro Machado. Neste sub-capítulo, é feita uma análise do poder que é claro sem ser visto: as punições e recompensas por parte dos líderes partidários e a tentativa, feita por Pinheiro Machado, de estabelecer, em nível nacional, uma estrutura partidária que garantisse a ele o mesmo poder que o Partido Republicano Rio-Grandense garantia, em nível regional, a Borges de Medeiros.

O terceiro capítulo, “Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca”, faz uma análise da relação entre os dois líderes político-militares nacionais a partir da campanha presidencial de 1910, através da qual Hermes se fez Presidente da República. A importância de Pinheiro Machado para a eleição de Hermes da Fonseca e as aproximações e afastamentos entre os mesmos durante o quadriênio do mandato de Hermes são analisadas neste capítulo, assim como se faz uma discussão a respeito da afirmação generalizada de que o mandato do Presidente foi determinado pelas ordens do Senador. É subdividido em duas partes. A primeira, “As eleições e a oposição do civilismo”, analisa a contradição da historiografia que coloca o baiano Rui Barbosa como o arauto da moralidade e o porta-voz do Brasil que iria explodir em críticas às políticas clientelistas e manipuladoras do período, esquecendo da participação do mesmo na estruturação da política dos cafeicultores. Analisa, também, a contradição a respeito do caráter contestador ou conservador da dupla Hermes-Pinheiro Machado. A segunda parte, “O salvacionismo e o ataque à aliança de Pinheiro Machado com as elites regionais”, analisa o ganho de poder político por Pinheiro Machado que coincide com os ataques às bases de seu poder nacional. O que deveria ser o período de consolidação de sua influência sobre a política nacional se transforma na consolidação da aliança entre São Paulo e Minas Gerais no combate à ameaça de Pinheiro Machado ao domínio dos produtores de café sobre a política nacional.

O quarto capítulo, “O pós-1914: O crepúsculo de Pinheiro Machado”, trata das duas mortes do Senador, a política e a física, e da repercussão das mesmas para a Nação e para o Rio Grande do Sul. É subdividido em três partes. A primeira, “O assassinato político - A oposição à atuação política de Pinheiro Machado e o fracasso do Partido Republicano Conservador” analisa a morte política de Pinheiro Machado a partir da incapacidade do Senador em firmar, em nível nacional, os laços de fidelidade que o

Partido Republicano Rio-Grandense e seu líder, Borges de Medeiros, conseguiram firmar em nível regional. A segunda, “O assassinato físico de Pinheiro Machado” repercute a campanha acusatória dos jornais e políticos de oposição a Pinheiro Machado e que levaram Manço de Paiva ao ato de eliminar o Senador gaúcho para salvar a República brasileira, como acreditava estar fazendo o assassino. A terceira parte, “Repercussões, para o Brasil e para o Rio Grande do Sul, do assassinato de Pinheiro Machado”, trata das consequências do assassinato de Pinheiro Machado para o domínio do Partido Republicano Rio-Grandense sobre o Rio Grande do Sul e para o domínio da elite cafeeira sobre a política nacional.

A organização dessa dissertação foi feita através da comparação entre a história regional e a nacional. Esta comparação foi fundamental para compreender a importância da atuação de Pinheiro Machado na relação mencionada anteriormente entre o poder central e os interesses das elites regionais e no modelo do domínio do Partido Republicano Rio-Grandense sobre a política gaúcha que influenciou a criação e os objetivos buscados por Pinheiro Machado com o Partido Republicano Conservador.

Não fará a mesma uma discussão crítica à visão do Rio Grande do Sul como um estado de importância secundária na política nacional da época por julgar que a mesma já foi feita à exaustão, e a dominação política nacional pela dupla São Paulo – Minas Gerais comprovada como dependente da aquiescência dos estados ditos secundários, o que levou a elite cafeeira nacional, para manter a estrutura de poder montada para beneficiar os projetos econômicos voltados à valorização do café, a precisar negociar e, com isso, preservar as elites regionais de uma intervenção forte demais da União.

O poder político gaúcho salta aos olhos, assim como a capacidade do estado em intervir nas decisões da Nação. Basta que lembremos que o final do Império teve em um gaúcho notável uma das principais bases de sustentação (Gaspar Silveira Martins, conhecido como “sansão do Império”) e o início da República teve em Pinheiro Machado seu organizador. Agora, o que não resta bem analisado é como a política regional se relacionou com a União nesta nascente República e qual o papel de Pinheiro Machado nesta relação, tema ao qual a presente dissertação pretende trazer requisitos de análise.

A comparação entre historiografia e fontes primárias objetiva permitir que a primeira supra a carência de fontes sobre Pinheiro Machado e demonstrar a existência de inúmeras afirmações sobre a atuação política do Senador que não são acompanhadas de comprovações que ultrapassem o nível de conjecturas.

Assim, essa dissertação objetiva, fundamentalmente, investigar a importância de Pinheiro Machado na política regional e nacional, suprimindo a inexplicável carência de análises da importância da atuação do Senador na política brasileira, seja para garantir a aprovação das políticas de valorização do café, seja para proteger os interesses regionais, confundidos com as demandas dos grupos oligárquicos.

Para que fosse possível elaborar a presente dissertação, diversos problemas foram enfrentados, como a limitação do número de documentos que podem ser pesquisados diariamente no Arquivo de Borges de Medeiros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (só podem ser pesquisados três documentos por dia), além de não ser permitido saber detalhes anteriores sobre o documento a ser pesquisado, na referida instituição, que ultrapassem a descrição sucinta do mesmo feita no site supracitado do arquivo (não é informado a importância ou abrangência do documento, sabendo-se apenas o número do mesmo e se é um telegrama ou uma carta e por quem e a quem foi enviado). A Biblioteca Municipal de Pelotas, lamentavelmente, não abre nos meses de janeiro e parte de fevereiro inviabilizando a pesquisa a historiadores que tem, no referido período, o momento ideal para pesquisas por serem os meses em que as instituições de ensino diminuem sua atuação por estarem em período de férias. Quanto aos arquivos viabilizados através da Internet, o problema maior é que apenas uma pequena parte dos documentos já foi digitalizada e se encontra disponível na internet e é completamente inviável para mestrandos que não possuem bolsas, por questão de tempo e capital, pesquisar em arquivos em outras bases que não sejam a própria cidade-sede, no caso Pelotas, e a capital, Porto Alegre.

Para suprir tais carencias foi realizada uma análise detalhada da historiografia tradicional sobre o período e comparada com as fontes primárias às quais foi possível ter acesso. Deve ser mencionada, de forma elogiosa, a atitude do Senado Federal que disponibiliza, em seu site, os discursos digitalizados com amplo acesso e facilidade de pesquisa.

1. O SILÊNCIO QUE IMPERA SOBRE O HOMEM QUE COMANDOU O PAÍS ATRAVÉS DOS BASTIDORES DO PODER.

Os estudiosos de história política, ao longo dos últimos anos, vêm tentando voltar a merecer a atenção da historiografia. Após décadas de valorização da história cultural e de estudos dedicados a temas como gênero e hábitos sociais, o velho estudo dos líderes e da repercussão de suas ações na coletividade tem encontrado espaços para se redescobrir, retomando o estudo das relações de poder sem, contudo, ignorar as inúmeras possibilidades de engrandecimento da compreensão da política oferecidas pelas novas áreas de estudo histórico¹⁰. É característico da formação de novos paradigmas a crítica às bases culturais anteriores, até mesmo para afirmar as novas ideias, pois o conhecimento se estrutura através do olhar de estranheza em relação às demais manifestações culturais. Porém, com a consolidação das novas bases culturais, estas buscam as expressões outrora criticadas para reelaborá-las. Esse é o momento pelo qual passa o estudo da história política, retomado e engrandecido pela percepção de que, à análise tradicional das eleições e jogos de poder, uma compreensão da relação entre Estado e sociedade depende de outros fatores como o imaginário popular que sustenta o respeito à ordem ou as crises sociais que deflagram as revoluções ante a inoperância do Estado em se legitimar.

Um dos grandes problemas das guinadas culturais é o risco de cometer o mesmo erro que se visava combater, qual seja, o de ser parcial. No afã de se diferenciar das formas de historiografia que se pretende superar ou complementar, as novas construções históricas negam as que antecederam-nas qualquer valor, necessitando, posteriormente, retomar o que foi negado pela necessidade em reconhecer a importância do que era pensado anteriormente.

No caso dos estudos políticos, a valorização da micro-história e dos estudos setoriais rotulou as análises das grandes estruturas de superficiais, inviabilizando o estudo das grandes formas de legitimação e imposição que caracterizam a relação entre o Estado e a sociedade. Se essa desvalorização da macro-história foi nefasta, também o foi o descaso com o estudo da história vinda de cima, dos estudos sobre a elite, o que a caracteriza, sedimenta e como o seu poder se evidencia na coletividade. Sem entender como se organiza a elite, estudar a história política é uma tarefa naturalmente

¹⁰ Para um aprofundamento da discussão sobre a retomada dos estudos de história política é fundamental a leitura de René Rémond, *Por uma História Política*, onde o autor analisa o tema.

incompleta. Afinal de contas, se não é possível entender a sociedade sem compreender os comportamentos dos diversos setores populares que lhe compõem, também não é possível entender o comportamento coletivo sem entender a mentalidade daqueles que, direta ou indiretamente, ditam parâmetros tão fundamentais quanto as leis e os órgãos de repressão.

Este primeiro capítulo faz uma análise sobre a forma como é tratada a atuação política de Pinheiro Machado pela historiografia e as lacunas e problemas presentes nas interpretações feitas sobre o papel do Senador na estruturação do poder dos cafeicultores e de Borges de Medeiros no comando do Partido Republicano Rio-Grandense e da política gaúcha.

1.1. O Silêncio da historiografia e suas certezas.

Quando o presente trabalho se propôs a trabalhar as estruturas de poder construídas por Pinheiro Machado e a relação destas com Borges de Medeiros, Hermes da Fonseca e o Partido Republicano Rio-Grandense, sabia que enfrentaria um duplo problema: o silêncio da historiografia tradicional a respeito do tema e o preconceito contra a análise da elite e do “poder vindo de cima”, fundamentos deste. Outro problema pode ser elencado: a falta de certeza a respeito de conceitos como elite, poder e federalismo, dentre outros, sem a definição dos quais não é possível definir a abrangência dos estudos sobre política. Flávio Heinz e Loiva Otero Félix definiram elite de formas semelhantes e abrangentes. Para o primeiro,

as elites são definidas pela detenção de um certo poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual, e o estudo das elites seria um meio para determinar ‘quais os espaços e mecanismos do poder nos diferentes tipos de sociedade ou os princípios empregados para o acesso às posições dominantes¹¹

Já Loiva Otero Félix, ao trabalhar um conceito para cooptação política, afirma que

Por cooptação política entendemos o processo de absorção de novos elementos na liderança ou na estrutura partidária como meio de serem evitadas ameaças à estabilidade ou à existência da organização do aparelho

¹¹ HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 8.

do Estado que então se processa. O que caracteriza a cooptação é, essencialmente, ser uma ação política realizada sem violência.¹²

A fundamental obra “O Regionalismo Gaúcho e as origens da Revolução de 1930”, de Joseph Love, menciona que a elite

compreende os comitês executivos dos partidos estaduais, os Governadores, os membros do governo federal em nível ministerial e mais acima, os líderes parlamentares, e os comandantes de região militar. O poder da elite define-se pela sua capacidade de escolher candidatos aos cargos públicos em níveis estadual e nacional, sem a consulta do eleitorado. Os membros da elite política pertenciam a uma elite sócio-econômica mais ampla, cujos interesses aqueles defendiam quando no governo. No plural, elites referem-se aos vários componentes estaduais da elite política nacional.¹³

Dentro dessas análises, é evidente a inserção dos estudos sobre as relações de poder entre Pinheiro Machado, Borges de Medeiros, Hermes da Fonseca e o Partido Republicano Rio-Grandense dentro de um estudo de elites, de uma análise “vista de cima”. Não há mal nessa visão, sendo a mesma fundamental para compreender as formas de atuação política regionais e nacionais durante a República Velha. Claro, não se deve esquecer que fazem parte de uma estrutura maior, na qual devem ser inseridas as formas de legitimação dos grupos políticos junto à coletividade e os motivos e formas de resistência e aceitação das camadas populares à força da elite.

As afirmações sobre o poder de Pinheiro Machado, na maioria da historiografia sobre sua atuação política, não possuem fontes primárias contundentes que o confirme ou rechace. Não é apenas problema do papel do senador na eleição de Hermes da Fonseca, parte fundamental dos estudos propostos para esta análise... A falta de comprovações cabais para as afirmações historiográficas acompanha a imensa maioria dos estudos sobre a atuação política de Pinheiro Machado, falta de fontes primárias que é agravada pela certeza que parece acompanhar os historiadores, que afirmam o poder do senador sem que seja feita uma devida análise da pertinência da afirmação.

Os escritos sobre Pinheiro Machado brotam, em grande parte, de biografias elogiosas, inaptas a trazer uma análise aprofundada sobre o jogo político que ele comandava.

¹² FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 12.

¹³ LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. XIII.

Do outro lado, os críticos da atuação de Pinheiro Machado vêm nele o responsável por todos os problemas apresentados pela nação em sua época, pecando pela mesma parcialidade na análise.

Nada se pode opor a esta forma de retratar o político gaúcho, residindo o problema não nas elegias dirigidas à sua atuação política, e sim na ausência de estudos críticos sobre o mesmo.

Quanto a diferenças entre a visão a respeito de Pinheiro Machado na historiografia regional e nacional, elas não são significativas e não demonstram regionalismos ou aversões aos mesmos. As biografias sobre ele são elogiosas, independente de ser o autor gaúcho ou não, e as críticas dos jornais da época à sua forma de atuação política estão presentes no centro do país, mas também nos jornais de oposição sul-Rio-Grandenses. Antes de ser um fator desabonador para a utilização das mesmas fontes, indicam que o poder de Pinheiro Machado era sentido em toda a nação e não apenas no seu estado de origem e, mais do que isso, que seus vínculos de aliança eram tão fortes no estado quanto na nação.

Aparece o nome do Senador e a análise do seu poder dentro do estudo das estruturas políticas da República Velha assim como na organização do jogo político gaúcho após a Proclamação da República e a tomada do poder pelos líderes do Partido Republicano Rio-Grandense. Ora citado como um caudilho positivista, ora como um constitucionalista prático, a unanimidade reside no reconhecimento de sua força política e de seu distanciamento de práticas de legitimação popular.

Uma das biografias que se destaca na análise de Pinheiro Machado é a escrita por **Ciro Silva**¹⁴. Advogado e jornalista que escreveu diversas biografias sobre vultos republicanos, **Ciro Silva** se destacava por fazer de seus escritos homenagens a líderes políticos que considerava fundamentais para a estruturação do regime político no Brasil. Ao analisar Pinheiro Machado, apesar do teor laudatório da obra, o autor evidencia a importância do uso dos encantos pessoais pelo Senador, assim como as formações dos laços de fidelidade. O clima de oposição que antecedeu o assassinato de Pinheiro Machado é demonstrado através da inserção, na obra, de discursos parlamentares e de algumas menções a matérias jornalísticas. Os discursos quando do crime são interessantes para verificar fatores como a representação que diversos estados delegavam ao Senador gaúcho e que fizeram questão de ressaltar.

¹⁴ SILVA, **Ciro**. **Pinheiro Machado**. Rio de Janeiro: Livraria Tupã Editora, 1951.

A obra biográfica de João Neves da Fontoura¹⁵ sobre a sua própria atuação política e sobre Borges de Medeiros foi a mais crítica sobre Pinheiro Machado entre as analisadas. Neves da Fontoura foi político ligado ao Partido Republicano Riograndense desde jovem, quando fez parte dos grupos que prestaram apoio às decisões de Borges de Medeiros e se negaram a reconhecer legitimidade nos diversos movimentos que tentaram se opor à onipresença de Borges no comando do partido e do Rio Grande do Sul. Próximo de Getúlio Vargas, tornou-se figura marcante na política nacional principalmente após a Revolução de 1930. Interessante assim se torna sua análise do período, pois Neves da Fontoura viveu a época e menciona impressões pessoais sobre Pinheiro Machado, Borges de Medeiros e os métodos de legitimação na política regional e nacional do PRR. Considerado como digno de desconfiança por seu desejo de enaltecimento próprio, o Senador Pinheiro Machado na obra é, diversas vezes, referido com palavras desabonadoras. Porém, mesmo nessa obra, a estabilidade do domínio de Borges de Medeiros é associado à atuação política de Pinheiro Machado e João Neves da Fontoura deixa tal entendimento claro quando afirma que

Se, apesar desses sintomas de sublevação, o Sr. Borges de Medeiros não teve competidores ostensivos ao legado de Castilhos, isso se deve a duas razões: primeiro, porque os pretendentes eram vários e, assim, uns excluíam os outros: segundo, porque Pinheiro Machado manobrou, conforme suas conveniências, para cortar qualquer nó górdio que se viesse a formar.

A chefia Borges de Medeiros constituía, para Pinheiro, um presente caído dos céus. Estava demasiado metropolitano, e não se readaptaria a uma longa e indispensável permanência nos pagos. Ia lá uma vez por ano, depois de encerrada a sessão parlamentar, respirar os ares do pampa e receber as manifestações. Fazia uma espécie de travessia do Estado, entre alas dos antigos companheiros, que o acolhiam nos trapiches ou pelas gares da estrada de ferro, com as charangas tocando, enquanto ele, depois, de olhos semicerrados, escutava com complacência, os discursos laudatórios. Sem eguidia, respondia naqueles troços, a que se habituara e que cansavam os ouvintes¹⁶.

É enigmática a falta de estudo e mesmo compreensão sobre o teor dos laços entre Borges de Medeiros e Pinheiro Machado, e entre este e o Partido Republicano Rio-Grandense. A historiografia pesquisada não analisa tal relação e a falta de um arquivo sobre Pinheiro Machado dificulta ainda mais o entendimento de suas nuances. O mesmo se dá em relação ao Partido Republicano Conservador. Os estudos sobre os objetivos buscados pelo partido são muito pequenos e sua análise não passa de citação

¹⁵ FONTOURA, João Neves da. **Memórias – Borges de Medeiros e seu tempo**. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.

¹⁶ FONTOURA, João Neves da. Op. Cit. p. 20.

na historiografia tradicional, não havendo uma confirmação, sequer, se o mesmo pretendia fortalecer o poder de Pinheiro Machado em nível nacional, servindo de base política para o mesmo como servia o PRR para Borges de Medeiros, ou se pretendia construir uma base de governo para o recém-eleito Presidente nacional Hermes da Fonseca. Hélio Silva e Maria Cecília Ribas Carneiro tendem para o segundo entendimento ao defenderem que

O PRC nascia das necessidades criadas pela campanha sucessória, pois Rui e os civilistas não haviam enrolado a bandeira da oposição. A situação vencedora tinha necessidade de organizar suas forças para resistir ao embate que se prenunciava. Assim, três foram as finalidades inspiradoras desse partido: preservar o governo do ataque e do boicote dos atos administrativos; promover a renovação administrativa e partidária dos Estados, com o combate às situações estaduais que haviam combatido a candidatura Hermes e não se acomodaram com o governo e, finalmente, cercar o governo de um militar (acusado de autocrata, de tacão de bota e rebenque), de elementos civis, prestigiando-o com a sua colaboração.

O PRC cumpriu, em parte, sua missão. Assegurou ao governo o respaldo parlamentar de que carecia e deu-lhe a colaboração do elemento político civil. Quanto ao procedimento em relação aos Estados onde Hermes não desfrutara de simpatias durante a campanha e ainda encontrava resistências, o PRR foi o instrumento hábil de uma política lamentável, que mancharia o governo. Para isso, concorreu, inequivocamente, o falecimento de Quintino Bocaiúva, substituído, na direção do partido, pelo senador Pinheiro Machado.¹⁷

Já Ricardo Vélez Rodríguez atrela o Partido Republicano Conservador aos interesses personalistas de Pinheiro Machado, mencionando que Pinheiro pretendia realizar em nível nacional o que Castilhos conseguira no Rio Grande do Sul com o PRR: “o ideal do partido único, cuja direção absoluta devia caber-lhe, sem discussões e sem opositores”. Afirma, ainda, que “A criação do PRC e a vitória de Hermes da Fonseca visavam garantir seu domínio absoluto sobre a política nacional, como Castilhos e Borges tinham conseguido fazer no Rio Grande do Sul usando o PRR.”¹⁸

Pinheiro Machado, apesar de merecer seu nome gravado no da cidade da qual saiu seu assassino, não mereceu um esforço capaz de fornecer-lhe um arquivo histórico aos moldes dos de outros próceres políticos de sua época.

A análise das sessões do Senado também não ajuda a elucidar a atuação política do Senador. São constantes as suas faltas às sessões e raras as suas manifestações e discursos. Nas sessões do Senado, Pinheiro Machado é mencionado por apoiadores e

¹⁷ SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **Os Presidentes – Hermes da Fonseca**. São Paulo: Grupo de Comunicações Três, 1983. p. 24.

¹⁸ RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Castilhismo: Uma filosofia da República**. Brasília: Senado Federal, 2000. p. 146.

desafetos sem haver discursos do senador em sua exaltação ou em defesa de sua honra que, diversas vezes, foi maculada por acusações das mais diversas ordens. Para tal conclusão foi importante a possibilidade de analisar os discursos da época no site do Senado Federal, onde os mesmos se encontram digitalizados em sua íntegra. Assim, bastou uma análise dos discursos de diversos momentos da vida política do Senador para se perceber a pouca importância que o mesmo atribuía à “vida parlamentar oficial”.

Associado ao silêncio das fontes primárias a respeito da atuação de Pinheiro Machado soma-se a certeza historiográfica do poder do Senador. Tal certeza fez com que os historiadores considerassem como secundária a tarefa de pesquisa das estruturas de poder montadas pelo político. Muito há de certeza e pouco de comprovação. Essa falta de análises pormenorizadas a respeito da atuação de Pinheiro Machado preocupa, ainda mais, quando se percebe a importância fundamental do senador na manutenção da política de valorização do café e na relação entre os líderes locais, os Presidentes estaduais que lutavam por políticas que beneficiassem os entes federativos e o Presidente da República que buscava consolidar o poder nacional. Aliás, o poder nacional do senador gaúcho fundamentava-se em sua capacidade de garantir o apoio dos estados com menor poder econômico e político, como os nordestinos, à política do café que beneficiava principalmente São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Embora indesejável, a presença política de Pinheiro Machado era associada à manutenção da ordem excludente que vigorava na época e, por parte de Borges de Medeiros, à expansão dos interesses da elite gaúcha, preservados pela atuação nacional de Machado.

Como presume-se como uma certeza o poder de Pinheiro Machado, os historiadores se resumem a mencionar a força do mesmo sem preocupar-se em listar e analisar fontes que trouxessem clareza às formas de legitimação do senador gaúcho. Casimiro Neto¹⁹, na sua análise dos principais momentos e discursos do legislativo nacional, só menciona Pinheiro Machado na página 309 e não faz qualquer consideração sobre o papel do Senador no Parlamento durante o período pesquisado nesta dissertação.

Aliás, este silêncio parece não ser um problema exclusivo dos estudos sobre Pinheiro Machado, estendendo-se, também, ao líder do Partido Republicano Rio-Grandense Borges de Medeiros.

¹⁹ NETO, Casimiro. **A Construção da Democracia – Síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados, das Assembléias Nacionais Constituintes e do Congresso Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.

Renato Lessa responsabiliza, pela falta de estudos sobre a República Velha e seus líderes políticos, a consideração que se difundiu de que o período é simples demais em suas estruturas e que, por assim ser, não possui relações mais profundas com a atual política nacional. Tudo isso teria gerado, segundo o autor, a sensação de que “tudo já foi explicado.”²⁰

Edgard Carone foge a esta análise do poder e, no livro “A República Velha – Evolução Política”, pensa a política nacional sem secundarizar as políticas regionais. O estudo do poder de Borges de Medeiros e Pinheiro Machado é tratado ao longo do livro, inserindo-os dentro da política nacional da época. Defende Edgard Carone que Pinheiro Machado é o construtor da ligação entre Borges de Medeiros e a Presidência da República, o que garante ao Senador a liderança da maioria na Câmara Federal e o comando da Política dos Governadores.²¹ Essa valorização de Pinheiro Machado é comprovada através da descrição de suas estratégias na solução da crise sucessória que ocorreu com o fim do mandato de Rodrigues Alves.

Algumas afirmações de Carone, porém, não parecem acertadas quando comparadas à análise das demais fontes do período, por exemplo, quando menciona que “o Rio Grande do Sul abdicará da luta pela presidência da República, em troca da neutralidade federal; com exceção do incidente da Reação Republicana (1921), Borges de Medeiros manterá seu Estado isolado, de 1898 até 1928; somente Getúlio Vargas modificará esta política”²².

Porém, nem tudo são dificuldades. Diversas possibilidades de análises permitem elucidar os estudos sobre Pinheiro Machado, as relações de poder que mantinham sua força em nível nacional e o ápice de sua força com a eleição de Hermes da Fonseca. Uma das mais ricas fontes pesquisadas foram as atas do comitê de verificação nacional, sob controle do senador gaúcho e usadas para recompensar e punir, coroar a fidelidade ou lançar no limbo político os insubordinados. Vera Lúcia Lopes, no livro “Morte na República – Os últimos anos de Pinheiro Machado e a Política Oligárquica”, menciona o uso da comissão “reconhedora” dos parlamentares por Pinheiro Machado para

²⁰ LESSA, Renato. **A Invenção Republicana – Campos Salles, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. p. 14-17.

²¹ CARONE, Edgard. **A República Velha – Evolução política**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. p. 178.

²² CARONE, Edgard. Op. cit. p. 215.

arrebanhar aliados e encerrar carreiras. Comenta, ainda, sobre a influência do senador em campanhas partidárias e no Judiciário.²³

Não é difícil demonstrar a atuação da máquina pública montada por Pinheiro Machado para controlar a política nacional, mesmo porque ela reproduzia as artimanhas eleitorais presentes na maioria dos currais eleitorais do país durante a República Velha. A própria estrutura política de Borges de Medeiros no estado usava os mesmos “meios de produção” de uma confortável maioria que garantia legitimidade aos acordos políticos de elite. Günter Axt menciona algumas dessas estratégias de poder ao afirmar que

Em geral, falava mais alto quem tinha a força pública ou uma cáfila de capangas ao seu dispor. Em alguns casos, as eleições quase se resumiam a demonstrações de força de ambos os lados, degenerando em conflitos localizados. (...) A larga presença de magistrados e promotores entre a deputação estadual e federal oferece não apenas forte indício da aliança da classe jurídica com a chefia borgiana e, antes dela com a chefia castilhistas, mas também do relativo controle dessas chefias sobre os quadros parlamentares. Entretanto, Borges de Medeiros dificilmente gozava de autonomia total sobre a composição das listas, precisando sempre negociar com as outras estrelas da constelação partidária. (...) As cédulas eleitorais eram impressas nas gráficas dos coronéis, os quais, quando traíam a orientação palaciana, furavam as chapas, alterando a ordem dos nomes ou suprimindo candidatos.²⁴

Também é possível, através dos textos dos próprios jornais governistas, entender a importância atribuída por Pinheiro Machado e Borges de Medeiros à fidelidade, confundida com submissão aos interesses dos líderes do PRR. Ao compararmos como os jornais trataram os contestadores antes e depois da aventura da busca de rumos próprios podemos perceber a dependência dos políticos gaúchos em relação ao apoio do Partido Republicano regional. Tal percepção da fidelidade como sedimento que estruturou o longo domínio do PRR sobre o estado e a base para os vãos nacionais de Pinheiro Machado é evidenciada por Loiva Otero quando menciona que “a lealdade partidária, exigida pelo PRR, seria um elemento perfeitamente ajustado à filosofia positivista adaptada no Rio Grande do Sul à necessidade da consolidação partidária e republicana no estado e, inclusive, às tradições locais preexistentes”²⁵. Não só Pinheiro Machado agia assim, também o fazia Borges de Medeiros como exemplificado por Joseph Love ao analisar a disputa política entre João Francisco e Borges de Medeiros

²³ LOPES, Vera Lúcia. Op. cit. p. 26.

²⁴ AXT, Günter. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul – República Velha**. Passo Fundo: Méritos, 2007. Vol. 3 t. 1.

²⁵ FÉLIX, Loiva Otero. Op. cit. p. 30.

que, junto a Jose Antônio Flores da Cunha, trataram de desmoralizar o contestador associando-o a crimes e ao roubo de cavalos através dos jornais oficiais.²⁶

1.2. O homem sobre o qual pesa o silêncio.



Foto familiar de Pinheiro Machado²⁷

É inexplicável o silêncio que cerca a análise crítica da obra política de Pinheiro Machado. Senador da República de 1891 a 1915, líder político capaz de decidir eleições e aprovar ou não a manipulação que garantia o mandato dos políticos nacionais por comandar o Comitê de Verificação do Senado, tem sua força política no período da República Velha mencionada em diversos livros sobre o período e comprovada pelos telegramas que pediam a intervenção de Pinheiro Machado nos mais diversos conflitos e buscas de interesses, beirando o incontestável.

O Senador gaúcho fazia política dentro de uma realidade de Brasil na qual o pragmatismo era mais sensato que o idealismo. Moldado nas rodas de intriga, logo

²⁶ LOVE, Joseph. Op. cit. p. 87.

²⁷ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Fam%C3%ADlia_Pinheiro_Machado.jpg. Acessado em 22/02/2012.

percebeu que o fundamental não era o apoio popular, mas a formação de laços de fidelidade. A nascente República era, em diversos pontos, uma imensa decepção. Retirara o país das mãos de um governo que, se marcado pela inoperância sobre questões prementes, como o abolicionismo e o voto universal, também marcou pela ética nas finanças públicas e pelo controle dos conflitos inter-partidários. D. Pedro II, com seu controle sobre os gastos do Estado e sua política de conciliação partidária, havia conseguido um clima de progresso conservador que possibilitou o desejo de novas demandas advindas, em grande parte, do progresso urbano que teve no próprio Imperador um de seus principais incentivadores. Fez-se o Imperador vítima de uma sociedade que aprendeu a admirar avanços políticos e econômicos que o próprio Pedro de Alcântara também admirava.

A República parecia, para muitos desavisados, o próximo degrau a ser galgado pelo Brasil. Afinal, dentro da ótica positivista, o progresso não dispensava a ordem e a República era a evolução natural da monarquia da qual já se haviam colhido todos os bons frutos.

Porém, não foi assim que ocorreu. A República manteve as fraudes eleitorais que caracterizaram a vida independente do Brasil e, para diversos analistas políticos, sistematizou os jogos de manipulação que favoreciam as velhas elites agrícolas nacionais. As eleições continuaram a não possibilitar a ascensão de líderes populares ao poder e a estipulação da exclusão do direito de voto para os analfabetos, numa sociedade com altos índices de analfabetismo, servia aos propósitos de exclusão das massas desfavorecidas e de seus projetos de combate às oligarquias, e de facilitação para o controle das massas ao não estabelecer caminhos para combater a “produção de votos” que passava, em uma de suas alçadas, pela semi-alfabetização dos eleitores às margens do processo eleitoral.

Nesta jovem República, ainda, há de se mencionar a forte presença militar, desde a sua proclamação passando pelo apoio na repressão a movimentos associados ideologicamente ou de forma manipuladora à monarquia, como os movimentos de Canudos e Contestado. Se foram as Forças Armadas importantes para a manutenção do regime, também o foram para as contestações mais veementes ao mesmo.

É nesse país que Pinheiro Machado atuou politicamente. Republicano histórico surgido de um partido que trazia uma base ideológica num país de partidos temporários e personalistas, o Partido Republicano Rio-Grandense, Pinheiro Machado governou ao lado de Borges de Medeiros na busca de políticas de beneficiamento econômico do Rio

Grande do Sul e de legitimação política do partido referido no estado. Numa visão de conciliação com os interesses da elite cafeicultora central, Pinheiro fez jus ao título de “maior constitucionalista prático” com o qual era chamado pelos seus correligionários. Fez política sem idealismos entendendo a preservação da República como concentração de forças e apoios em torno de si.

Prestou apoio para o lançamento da candidatura presidencial de Campos Salles para suceder a Rodrigues Alves²⁸, visando dividir o eleitorado paulista e minar a candidatura de Bernardino de Campos, político que fugia de sua alçada de domínio político. Ante a indecisão sobre o sucessor de Rodrigues Alves, esteve por trás do acordo que viabilizou a eleição presidencial de Afonso Pena.

Sua força política também esteve envolvida, e este é um ponto nevrálgico para este trabalho, em minar a candidatura de Davi Campista, jovem aposta do Presidente Afonso Pena para a sucessão presidencial. Pertencia Davi Campista ao grupo do “Jardim de Infância”, grupo oposicionista estruturado a partir de Minas Gerais como de oposição à estrutura de fidelidade articulada em torno de Pinheiro Machado ordenado em torno de Carlos Peixoto Filho²⁹. Percebendo a fraqueza da indicação de Campista, Pinheiro ganhou o apoio da ala militar da política e, lançado o nome de Hermes da Fonseca à Presidência da República, engajou-se nela. Construía-se, então, um dos fatos mais mencionados nos estudos do período e menos comprovados: Afonso Pena teria morrido de depressão pelo ato que considerou de traição por parte do seu ex-ministro de guerra, agora presidenciável. Não há um laudo médico que comprove tal ligação e sequer os políticos da época confirmaram qualquer rumor que viesse a legitimar tal entendimento. Apesar disso, a mesma versão fez-se influente a ponto de ser mencionado constantemente.

José Gomes Pinheiro Machado nasceu a 8 de maio de 1851, em Cruz Alta, filho do Dr. Antônio Gomes Pinheiro Machado e de Dona Maria Manoela Aires Pinheiro Machado. Seus pais eram paulistas, o que facilitou a sua aceitação pela elite cafeicultora paulista, além de sua defesa do pacto nacional que garantia a continuidade da política de

²⁸ Se assim acontecesse, esta seria a segunda vitória eleitoral de Campos Salles que, anteriormente, fora Presidente da República de 1898 a 1902, período no qual estabeleceu a política dos governadores e o Funding Loan. Porém, a cogitação da segunda candidatura é melhor explicada como uma estratégia política para desestabilizar o poder da elite paulista do que uma efetiva possibilidade eleitoral.

²⁹ Carlos Peixoto tornou-se líder da maioria da Câmara e, no começo da sessão legislativa de 1907, era eleito presidente da Câmara. Reeleito em 1908 e 1909, renunciou ao cargo em protesto contra a escolha, pela mesma maioria que dirigia, do nome de Hermes da Fonseca como candidato à sucessão de Afonso Pena. Apoiou Rui Barbosa. A importância de Carlos Peixoto se dava porque o presidente da Câmara era o presidente da comissão de reconhecimento na sucessão presidencial.

valorização do café. Antônio Gomes Pinheiro Machado, seu pai, foi renomado líder político e militar, atuando politicamente como deputado provincial em Cruz Alta. Nascido em Sorocaba e formado em direito pela Academia de São Paulo, liberal, seguia as ideias de Tobias de Aguiar e de Diogo Antônio Feijó, e participou da Revolução Liberal de 1842. Foi preso junto a Tobias de Aguiar e, após a anistia concedida por D. Pedro II, casou-se com D. Maria Manuela de Oliveira Ayres, filha do tenente-coronel Salvador de Oliveira Ayres, chefe político local e parente de Tobias de Aguiar. Salvador Ayres era republicano. Os avós paternos do senador Pinheiro Machado, José Gomes Pinheiro e D. Anna Florisbela Machado, também eram naturais da Província de São Paulo.

Seu pai veio parar no Rio Grande do Sul após ser nomeado juiz municipal de Cruz Alta, onde fixou residência em 1846. Afastou-se do cargo para participar de conflitos em defesa dos interesses liberais. A sua grande atividade partidária fez estender em pouco tempo o seu prestígio por todo o Rio Grande do Sul, principalmente na região da fronteira, logrando eleger-se deputado provincial em 1856 e deputado à Assembléia Geral em 1863, juntamente com Felipe Nery e o Barão de Porto Alegre. Engajou-se na luta brasileira contra o Paraguai de Solano López. Organizou uma força de 4000 homens e com ela lutou em Corrientes, invadindo o Paraguai pelo Alto Paraná (com o título de Coronel). Durante a guerra, foi nomeado membro da Junta Militar de Justiça. Era estancieiro, criador de bovinos e muares, levando os mesmos para vender em Sorocaba. Chegou a ser consultado pelo rival conservador Barão de Cotegipe sobre a questão das Missões contra a Argentina. Faleceu a 24 de setembro de 1874, em consequência de grave moléstia contraída em terras paraguaias ao procurar o seu filho José Gomes Pinheiro Machado que, como anteriormente mencionado, havia se engajado como voluntário na Guerra do Paraguai sem comunicar a decisão à família.

Formado em direito, como o pai, militar como o pai, José Gomes Pinheiro Machado entendia a atuação política como um grande jogo no qual as massas populares eram apenas um instrumento de medição da força pessoal dos líderes. Participou da Guerra do Paraguai e da Revolução Federalista, foi estancieiro. Foi um dos fundadores do Clube Republicano Acadêmico e destacou-se como um dos mais importantes batalhadores na campanha republicana no Rio Grande do Sul. Junto a Júlio de Castilhos montou a estrutura de poder que eternizou, durante a República Velha, o Partido Republicano Rio-Grandense na liderança do Rio Grande do Sul, fazendo do mesmo a sua base política e a sua bandeira de luta. Quando da morte prematura de Júlio de

Castilhos, em 1903, ajudou Borges de Medeiros na tarefa de sucessão do líder maior do positivismo gaúcho. Senador brasileiro da Constituinte de 1891 ao seu assassinato, em 1915, foi vice-Presidente do mesmo órgão de 1902 a 1905 e de 1912 a 1915.



Foto de Pinheiro Machado como um jovem voluntário da Guerra do Paraguai³⁰

Quanto ao seu engajamento político, Pinheiro Machado teve como tutor outro republicano histórico com ligações com o Rio Grande do Sul e com São Paulo, Venâncio Ayres. Cunhado de seu pai, Venâncio Ayres inspirou Pinheiro Machado a participar do processo de fundação de clubes republicanos, sendo Pinheiro Machado o responsável pelo Clube Republicano de Cruz Alta. Pelo seu engajamento político com a República, pela sua ligação com os demais líderes republicanos sul-Rio-Grandenses forjada no curso de direito em São Paulo, pelo impacto de sua participação, quando ainda jovem, no exército brasileiro na Guerra do Paraguai, Pinheiro Machado fez parte da lista dos candidatos do Partido Republicano Rio-Grandense à Assembléia

³⁰ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Senador_Pinheiro_Machado_004.jpg. Acessado em 22/03/2012.

Constituinte Nacional, sendo eleito Senador junto a Ramiro Barcellos e Júlio Frota. Quanto a Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, ambos se fizeram presentes ocupando o cargo de deputados federais, junto a outros nomes notáveis entre os republicanos históricos gaúchos como Assis Brasil, Fernando Abbott e Demétrio Ribeiro.

De família paulista por parte de mãe e pai, famílias estas ligadas a atividades definidoras da “identidade paulista”, o bandeirantismo, o tropeirismo e o cultivo do café, Pinheiro Machado estudou em São Paulo, teve como seu tutor político um paulista e casou-se com uma paulistana. Em uma época na qual a política era tão personalista, é claro que as decisões e as formas de se fazer política durante a República Velha sofriram repercussões de aspectos políticos e Pinheiro Machado soube fazer de seus laços familiares e políticos uma base para conseguir se fazer interlocutor dos interesses do café e do Partido Republicano Rio-Grandense sem esquecer, ainda, a defesa que fazia dos desígnios da ampla gama de estados que se sentiam representados pelo Senador gaúcho.

Com a explosão da Revolução Federalista, afastou-se do cargo de Senador para comandar tropas republicanas, sendo famoso o seu comando sobre a Divisão do Norte. Participou de diversas batalhas, como a de Inhanduí e perseguiu os federalistas até Santa Catarina e Paraná, reassumindo o cargo de Senador a partir de 1895. Em uma época em que a República se consolidava em nível nacional através da cooptação de notórios monarquistas, Pinheiro Machado, com sua vinculação às batalhas militares pela República e contra grupos associados à vencida mas ainda ameaçadora monarquia, ganhou forças tanto em nível regional quanto em nível nacional.

O Senador faz parte do grupo de republicanos históricos que, sob a liderança de Júlio de Castilhos, participou da construção das bases de poder que levaram à perpetuação do Partido Republicano Rio-Grandense no comando do Estado até a proibição de todos os partidos políticos em todos os níveis da nação por Getúlio Vargas, por ironia, cria do mesmo partido que veio a proibir durante o Estado Novo. Para tal hegemonia política se sobressaíram a atuação de Castilhos, como líder político maior dos republicanos no Rio Grande do Sul, e de Pinheiro Machado, porta-voz dos interesses gaúchos em nível nacional. Nesse papel de porta-voz do PRR e de Castilhos, buscou demover Deodoro da Fonseca do desejo de decretar o Estado de Sítio e fechar o Congresso Nacional, o que acabou sendo feito por Deodoro e foi um dos motivos para as pressões contra o governo do marechal que levaram à sua renúncia. Dentro do

entendimento da necessidade de uma relação de cooperação com a União, Pinheiro Machado acabou influenciando pela aceitação do apoio à tentativa de golpe de Deodoro da Fonseca, o que levou ao afastamento de Júlio de Castilhos do governo do estado quando Floriano Peixoto chegou ao supremo cargo político nacional, fato que foi modificado ante a desordem do período conhecido como “governicho”³¹.

Esse clima de busca de autonomia através de uma relação conflituosa com o governo central voltou com força na campanha presidencial para eleger o primeiro Presidente civil. Castilhos e o PRR se opuseram a apoiar o candidato oficial, Prudente de Moraes, optando pelo engajamento à campanha de Francisco Glycério e da minoria do Partido Republicano Federal. Derrotado Glycério, a relação do Rio Grande do Sul foi conflituosa com a União, levando à prisão de Pinheiro Machado sob acusação de haver participado da trama que tentou assassinar o Presidente e acabou matando o Ministro da Guerra Carlos Machado Bittencourt. Inocentado por falta de provas, Pinheiro Machado a partir de então passou a ser mais incisivo na defesa de uma relação minimamente harmônica com o governo central. Para tal aproximação, Pinheiro Machado usou o fracasso do combate a Canudos para garantir apoio ao Presidente e, através deste, a aproximação e a abertura para ser encarado como o negociador que garantiria a sustentabilidade da república dos cafeicultores e o crescimento da sua força política pessoal.

É visto com preconceito pela historiografia tradicional a percepção da importância dos atributos pessoais na formação das mentalidades de uma época, sejam esses os valores daquele que recebe a influência política estudada, sejam daquele que influi sobre a sociedade. Impossível estudar Pinheiro Machado sem mencionar a importância de seu perfil pessoal, de seus atributos físicos sobre a elite política brasileira do início do século passado. Mesmo porque o político soube fazer uso dos mesmos para fortalecer seu poder e para selar as alianças que lhe garantiam a perpetuação no comando político nacional do início do século até seu assassinato, em 1915. Em conferência realizada a 8 de maio de 1951, por ocasião do centenário do nascimento de Pinheiro Machado, no Instituto Histórico e Geográfico Nacional, o

³¹ O “Governicho” consiste num curto período de instabilidade política que antecedeu o retorno de Castilhos ao governo estadual e a tomada de armas pelos federalistas opositores do PRR. Passaram pelo governo estadual, sucessivamente, o general Barreto Leite, uma junta governativa composta por Assis Brasil, Barros Cassal e o general Rocha Osório, a qual entregou o governo ao general Barreto Leite e este, por sua vez, a Barros Cassal, que o devolveu ao general Barreto Leite e este o entregou ao Visconde de Pelotas. Ante a reposição de Castilhos no poder os federalistas, a partir do Uruguai, invadiram o Rio Grande do Sul dando início à Revolução Federalista.

ministro Tavares de Lima descreveu Pinheiro Machado como “um belo tipo de homem. Alto, esbelto, de compleição rija, feições másculas, acentuadas linhas varonis. Impressionava pela decisão e energia que emanavam de sua pessoa. Ao primeiro contato, frio e retraído; mas, com a continuação do trato íntimo, expansivo e maneiroso.”³² Também era reconhecida sua aversão aos discursos.

Ciro Silva, na sua biografia sobre Pinheiro Machado, descreveu-o como

Alto, de tez clara, requeimada, usando apenas bigode, de grande cabeleira castanha, em anéis, olhos vivos e olhar penetrante, delgado de corpo, movimentos morosos, atitude habitualmente fria. Respeitavam-lhe o aspecto marcial e o prestígio de valentia, pois era corrente que se crestara ao sol das batalhas, na guerra do Paraguai.³³

João Neves da Fontoura, na sua análise crítica de Pinheiro Machado, menciona que “não era um letrado, mas um intuitivo, com excepcional faro das pessoas e circunstâncias”³⁴.



Pinheiro Machado (segundo à direita) conversa com Venceslau Bras (sentado à sua esquerda)³⁵

³² LIMA, Tavares de. Discurso realizado no Instituto Histórico e Geográfico Nacional pelo centenário do nascimento do Senador Pinheiro Machado.

³³ SILVA, 1951, Op. cit. p. 47.

³⁴ FONTOURA, João Neves da. Op. cit. p. 22.

A capacidade de entender os limites de seu poder político fizeram de Pinheiro Machado um mestre na arte de formar alianças durante a República Velha. Sabia que seu poder vinha da capacidade de manter de pé a política de valorização do café e, ao mesmo tempo, de manter uma relação dúbia de seu estado com a União: autonomia para assuntos de interesse do Partido Republicano Rio-Grandense e força política para reivindicar da Nação atitudes a favor dos interesses da elite política estadual. Atuou dentro desses limites e neles fez-se mister, não fazendo questão de ser governador do Rio Grande do Sul, afinal, o Rio Grande do Sul e seu líder Borges de Medeiros precisavam de sua atuação em nível nacional, e esta dependia do apoio que ele recebia daquele em nível regional. Quando seu nome foi lançado como candidato à Presidência da República e rejeitado, como na sucessão de Hermes da Fonseca, ocasião em que seu nome não foi aceito nem pelo PRP e nem pelo PRM, não usou de sua imensa força política para demover os opositores de sua candidatura presidencial. Parece mesmo que um dos motivos de seu enfraquecimento político foi o seu desejo de expandir seu poder legislativo para a alçada executiva nacional, primeiro com a eleição presidencial de Hermes da Fonseca e depois com a tentativa de submeter as eleições presidenciais ao Partido Republicano Conservador.

Às críticas respondia com o silêncio. Mais do que esconder, o seu silêncio revela a forma de fazer política de Pinheiro Machado e sua capacidade de entender a forma de exercer a política na época. Entendeu Pinheiro Machado que seu poder não advinha das massas, logo, os discursos eloqüentes proferidos, por exemplo, por Rui Barbosa, não possuíam importância. Sua força residia nas alianças feitas em nível regional e nacional, e os discursos, na definição destas, poderiam dificultar mais do que o silêncio.

Se o silêncio era uma estratégia política, a procura por acordos diretos, sem atas e registros pormenorizados, reservava o político das acusações, além de deixar clara sua opção de atuação política de forma direta. Tal evidência se reforça com os relatos de incontáveis reuniões entre Pinheiro Machado e Borges de Medeiros que brotam do jornal republicano Rio-Grandense “A Federação”, aliados às atas do Senado que manifestam a constante ausência do Senador às reuniões parlamentares por viagens ao Rio Grande do Sul. Se os acordos e conchavos eram necessários, estes se faziam através

³⁵ Disponível em: Acervo Digital do Centro de Documentação Histórica da Fundação Getúlio Vargas. Classificação: VB Foto 033. Data de Produção: 1914 (data provável). Arquivo: Venceslau Bras. Fundação Getúlio Vargas. Acessado em 22/03/2012.

de encontros diretos com os políticos, sem atas que registrassem tais encontros e sem comprovações que legassem à posteridade o teor de diversos encontros entre Pinheiro Machado e seus correligionários. Suas cartas são sucintas, seus telegramas enxutos em informações do teor dos encontros políticos realizados.

O homem que buscou conciliar os interesses gaúchos e dos cafeicultores do centro do país, efetivamente, possui laços com o Rio Grande do Sul e com São Paulo. Apesar de nascido no Rio Grande, sua base familiar era paulista, estendendo-se sobre ele a influência da cultura desta região não apenas pelo período de estudos na faculdade de direito mas das bases familiares na região.

Também é familiar a ligação com a pecuária, visto que José Gomes Pinheiro, fundador da cidade de Botucatu, em São Paulo, já se dedicava ao tropeirismo. Aliás, este casou-se com Anna Florisbella Machado de Oliveira e Vasconcellos, nobre cuja família esteve ligada ao bandeirantismo misturado ao sangue indígena tapuia. Também é antiga a ligação com a política, posto que José Gomes Pinheiro já havia se envolvido com a política regional e nacional participando da sedição de Sorocaba³⁶.

Antes de ser uma mera referência cultural e geográfica, o contato do Senador Pinheiro Machado com a cultura paulista foi muito usada pelo mesmo para colocar-se como digno de ser o interlocutor dos interesses dos estados secundários economicamente junto ao governo central.

Pinheiro Machado se opunha à indicação do sucessor pelo Presidente em exercício mas enxergava com naturalidade o comando político do PRR em seu estado natal. Da mesma forma, elogiava a ética na política republicana, mas enxergava com naturalidade as nomeações de cargos públicos e de ocupantes do judiciário, como mencionado por João Neves da Fontoura, ao lembrar de como era organizada a política quando aderiu à militância política no Partido Republicano Rio-Grandense, quando afirma que

Até cerca de 1915, a magistratura rio-grandense compunha-se em sua grande maioria de nortistas ou nordestinos. A nossa Faculdade de Direito formou a primeira turma em 1904. Até aí, os rapazes gaúchos faziam seus cursos jurídicos em São Paulo ou no Recife. Não eram muitos. Quase só os que dispunham de alguns bens de fortuna. De volta, não se inclinavam pelos cargos públicos, mal remunerados, mas pela advocacia e pela política. Por essa razão é que os bacharéis de outros estados iam procurando colocar-se no Rio Grande. Em geral, o processo era o seguinte: o pretendente recorria ao

³⁶ As raízes paulistas da família de José Gomes Pinheiro Machado podem ser pesquisadas em GODOY, Olavo Pinheiro. **A História de José Gomes Pinheiro – O fundador de Botucatu**. São Paulo: Gráfica Santana, 2000.

governador do seu Estado, e este o recomendava a Pinheiro Machado, aqui no Rio, de onde o jovem interessado seguia para o Sul, com carta de apresentação, lá encontrando todas as facilidades.³⁷

A morte de Castilhos não abalou a crescente concentração de poder regional em torno de Borges de Medeiros, ao mesmo tempo em que o poder nacional de Pinheiro Machado crescia.

³⁷ FONTOURA, João Neves da. Op. Cit. p. 90

2. AS BASES DE PODER DE PINHEIRO MACHADO.

Após a análise da vida e do silêncio que pesa sobre a atuação do Senador Pinheiro Machado, neste segundo capítulo, a análise passa para a busca do entendimento a respeito da construção de uma identidade, pelos políticos ligados ao Partido Republicano Riograndense, que legitimasse as opções políticas e transformasse o culto ao líder e a obediência às diretrizes do partido, em identificação a uma cartilha de idéias e projetos elaborados em torno de uma proposta política positivista. Mesmo com o positivismo atenuado em Borges de Medeiros e Pinheiro Machado, a associação entre essa corrente ideológica e a fidelidade partidária e ao líder político continuava fundamental aos mesmos. O caráter artificial da “cultura própria” não invalida a capacidade de uma sociedade ser influenciada pelos valores ditos seus, mesmo sendo esses parte integrante de uma identidade própria construída e, portanto, inexistente. Possui a cultura um caráter mutável e a relação entre sociedade e cultura é de complementaridade e de choque, sendo tão equivocado afirmar a existência de uma identidade própria de uma sociedade quanto negar que esta identidade própria, mesmo que seja construída, é capaz de transformar a coletividade e de fazer esta tomar decisões de acordo com valores que se julgam próprios. Se a identidade é construída e ideológica, a definição de suas premissas varia conforme os interesses perseguidos ou as circunstâncias e objetivos a serem atingidos.

Seja a identidade uma cartilha de comportamentos sociais estruturados ao longo de gerações ou uma mera forma de legitimação de estruturas políticas que beneficiam os que formam os valores sociais, o fato é que houve, na atuação de Borges de Medeiros e Pinheiro Machado, a busca de construir uma identidade gaúcha que se associasse ao seu projeto de poder.

Pelo caráter subsidiário da economia gaúcha, voltada ao mercado interno nacional, o Rio Grande do Sul precisou, durante o período, evitar que a identidade construída de acordo com os interesses regionais do PRR se chocasse com a política nacional. Se o estado precisava da Nação, que a Nação passasse a precisar também do apoio dos líderes do Partido Republicano Rio-Grandense. E o melhor caminho para isso era colocando o estado como interlocutor dos entes federados do Norte e Nordeste, numerosos a ponto de serem decisivos na adoção ou não de políticas governamentais mas divididos a ponto de não terem um interlocutor para se fazerem ouvir junto à União.

2.1. Pinheiro Machado e sua relação com Borges de Medeiros e o PRR.

A República trouxe, no Rio Grande do Sul, uma inversão de mandatários. Enfraquecia o conselheiro imperial Gaspar Silveira Martins para, em seu lugar, fortalecer-se Júlio de Castilhos. O Partido Liberal cedia espaço ao Partido Republicano Rio-Grandense e o positivismo autoritário dos republicanos era reescrito e tornado cartilha política do Rio Grande do Sul. Uma revolucionária estruturação do poder em torno de um partido político permitia a rápida organização do poder de Júlio de Castilhos não apenas no estado mas também na Nação, para a qual Castilhos confiava a representação do partido a José Gomes Pinheiro Machado.

Essa necessidade de buscar representação nacional por parte do PRR se explica ao percebermos que, mesmo ante a tomada do poder pelo partido e a elaboração de um plano de perpetuação no poder estadual com a Constituição estadual castilhista, não possuía o partido, ainda, uma hegemonia incontestada (o que, aliás, nunca veio a ter). Um rápido amadurecimento e organização política foram necessários ao partido fazendo com que o mesmo buscasse, através de Pinheiro Machado, uma legitimação nacional que faltava, a princípio, no Rio Grande do Sul.

O Partido Republicano Rio-Grandense se destacou durante a República Velha pelo projeto de estruturação político-ideológico interno e pelos mecanismos de força para atuar ante oposições que porventura surgissem. Para a manutenção do poder, exerceu papel fundamental o jornal “A Federação”, ao transmitir as diretrizes ditadas pelo comando central do partido para todos os eleitores e correligionários, e a Brigada Militar ao manter a ordem conservadora da qual o partido se beneficiava.

Em vez de combater as antigas forças políticas estaduais e as velhas formas de mando oligárquico, Castilhos tratou de engajá-las às diretrizes centrais do partido, tarefa à qual Borges de Medeiros dedicou-se com afinco principalmente após a morte precoce de Júlio de Castilhos.

Antônio Augusto Borges de Medeiros foi o sucessor de Júlio de Castilhos no comando do Partido Republicano Rio-Grandense. Formado em direito e republicano histórico, Borges preocupou-se menos com os ideais positivistas e mais com a estruturação política interna, somada à consolidação de uma relação proveitosa com a Presidência da República.

Borges não pretendeu acabar com a oposição federalista, preferindo enquadrá-la no regime para justificar o seu poder dentro do regime democrático que fingia respeitar,

inclusive permitindo uma representação constante dos opositores, oposição que era controlada e mantida dentro de limites considerados seguros. Além disso, a existência de oposição permitia uma justificativa para as constantes intervenções municipais, principalmente na região da Campanha.

É impressionante como é pequena a produção historiográfica sobre o sucessor de Júlio de Castilhos quando comparamos o estudo sobre Borges com o que se propõe a analisar Castilhos. Talvez pela preocupação demonstrada pelos historiadores em entender as bases e a abrangência do positivismo gaúcho e sua relação com o coronelismo que se estruturava dentro da máquina estatal republicana, os estudos da política gaúcha durante a República Velha são concentrados na tomada do poder pelo PRR e em como Júlio de Castilhos organizou as bases do “comtismo tupiniquim” do qual foi um dos mentores. Morto Júlio de Castilhos e transmitido o poder a Borges de Medeiros um imenso silêncio pesa sobre a política sul Rio-Grandense, silêncio apenas rompido para analisar os conflitos da Revolução de 1923. Como Borges organizou a estrutura partidária e a sua relação com a política cafeicultora nacional são fatores secundários nos estudos do Rio Grande do Sul durante a República velha.

Helgio Trindade³⁸, quando analisa o Poder Legislativo gaúcho e o domínio político do PRR sobre o estado, não menciona Pinheiro Machado e sua influência sobre a estabilidade política de Borges e do PRR no Rio Grande do Sul, nem sua participação nas negociações do estado com a União. Também chama a atenção o fato de que a sucessão de Castilhos por Borges e a legitimação deste, com diversas complicações citadas nas manifestações do próprio Borges de Medeiros, parecem para o autor terem sido feitas sem sobressaltos maiores. Não há, ainda, qualquer destaque sobre a morte de Pinheiro Machado e o peso político desta no comando do PRR sobre o Rio Grande do Sul.

Loiva Otero Félix³⁹ foge a esta consideração ao pensar a estrutura de poder de Borges de Medeiros e sua relação com o coronelismo marcante na nação e também no Rio Grande do Sul, mesmo que escondido por uma tentativa de organização do poder em torno de uma ideologia e de um partido oficial. Interessante como a autora associa o coronelismo gaúcho e o partido oficial, enquadrando na atuação do partido as lideranças

³⁸ TRINDADE, Hélgio. **Poder Legislativo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul (1891-1937)**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

³⁹ FÉLIX, Loiva Otero. Op. cit. p. 61.

locais e mesmo as oposições, que atuavam num espaço político tolerado pelo Partido Republicano Rio-Grandense.

Joseph Love também se preocupa em analisar o Partido Republicano Rio-Grandense após a morte de Júlio de Castilhos e a importância da relação entre o senador e o governador do Rio Grande do Sul na manutenção do poder nacional daquele e na aceitação regional deste, inclusive ao mencionar que, após a morte de Castilhos, Borges procurou Pinheiro Machado para formar, com este, uma estrutura de poder regional com expansão em nível nacional. Não só no momento da legitimação de Borges como sucessor de Castilhos, a relação entre Borges e Pinheiro Machado denuncia também a ânsia pela expansão do domínio político de Borges através do Partido Republicano Rio-Grandense. O mesmo não ocorria com Júlio de Castilhos, mais voltado para a política regional até pela ameaça representada pelo Partido Federalista, melhor neutralizado ao longo do governo de Borges de Medeiros. Porém, o fato de Castilhos ser mais voltado para a política regional do que Borges não quer dizer que o primeiro não tenha vinculado os interesses nacionais aos objetivos perseguidos pelo PRR. Um exemplo cabal dessa atuação de Castilhos foi a transformação da Revolução Federalista numa luta entre os interesses nacionais, capitaneados pelo PRR, e os interesses dos federalistas, associados a grupos oligárquicos uruguaios e a movimentos regressistas monarquistas brasileiros. Durante a referida revolução, foi nomeado embaixador brasileiro em Montevideu um político vinculado ao Partido Republicano Rio-Grandense, Victorino Monteiro. Este, durante seu mandato, tratou de combater as bases dos federalistas no país vizinho e em suas manifestações procurou aumentar o perigo da associação destes a grupos uruguaios na formação de uma associação internacional que ameaçava a ordem republicana brasileira, o que foi usado para a aceitação do aumento da autonomia da Brigada Militar e à política da União de fechar os olhos para a violência de Júlio de Castilhos contra seus opositores políticos dentro do Rio Grande do Sul.

Tal busca pelo poder nacional também está relacionada ao crescimento dos vínculos econômicos do Rio Grande do Sul com o resto do Brasil e, é claro, à força política nacional de Pinheiro Machado.

Muito do silêncio a respeito da atuação político-partidária de Borges e de Pinheiro Machado é fruto do enquadramento dos estudos historiográficos do período dentro de uma visão das decisões políticas inseridas na atuação partidária do PRR, sob efeito ainda da consideração de ser o Rio Grande do Sul um estado no qual o

personalismo coronelista da época estava secundarizado pela atuação do partido republicano. Assim manifesta-se Loiva Otero Félix⁴⁰ ao refletir sobre a falta de estudos sobre o coronelismo gaúcho durante a República Velha frente à multiplicidade de estudos regionais sobre as estratégias políticas e os personalismos do período em outros entes federados. A historiadora elenca diversas obras que trataram do coronelismo e como a atuação dos líderes rurais gaúchos é pouco mencionada, o que termina por afetar a própria percepção do efetivo poder e limites de atuação do Partido Republicano Rio-Grandense em nível regional e de Pinheiro Machado em nível nacional.

Tal visão da atuação dos personagens políticos só tendo legitimidade dentro da estrutura partidária estadual parece haver convencido não apenas os estudos historiográficos mas também os próprios envolvidos no processo político gaúcho da época, o que é evidenciado pelos discursos dos líderes políticos regionais ao afirmarem, com indisfarçável orgulho, a singularidade da estruturação da política gaúcha frente à política coronelista nacional, perdida em disputas pelo poder entre líderes rurais. Claro que tal entendimento trazia, consigo, uma busca de legitimação do poder do PRR e de execração das oposições ao comando regional do partido, posto que, se o partido no poder representava a ordem, os que a ele se opunham nada mais eram do que os arautos da desordem.

A forma de atuação política de Borges de Medeiros não era desprovida dos vícios que marcaram o poder em nível nacional no período. A nomeação de cargos públicos era uma moeda de troca com os líderes regionais, a Brigada Militar garantia a observância das diretrizes do PRR configurando-se em mantenedora de uma ordem que se confundia com imposição dos interesses do partido oficial, negociatas beneficiavam os aliados políticos, jornais identificados com o partido mais ordenavam do que instruíam e os grandes atos do governo, de nomeações de cargos a concessões de serviços públicos, visavam garantir os laços de fidelidade que eram escondidos por uma pregação de necessidade de salvação da República.

Ao analisar a relação entre Pinheiro Machado e Borges de Medeiros, ao contrário do que se esperava no início do estudo, não se percebe submissão do primeiro ao segundo. A relação é de complementaridade e não de obediência. Tal conclusão é amparada na ausência de ordens ou cobranças entre eles ao longo dos documentos

⁴⁰ FÉLIX, Loiva Otero. Op. cit. p. 9.

pesquisados⁴¹. Ao contrário dos demais líderes políticos regionais que, nas correspondências que trocavam com Borges de Medeiros, preocupavam-se em relatar seus atos políticos e explicar possíveis pontos de contradição, Pinheiro Machado relacionava-se em tom de igualdade, de troca de experiências e informações com Borges de Medeiros. Se é verdade que Borges indica, em telegramas e cartas, caminhos e decisões que julga dever Pinheiro Machado seguir, o mesmo ocorre no sentido contrário. Se Borges pede a ocupação de cargos públicos por correligionários, o mesmo é feito por Pinheiro Machado. Inclusive, em diversos momentos da política regional, Pinheiro Machado pede a Borges de Medeiros que tome cuidado com os passos seguidos, assim como aconselha o Presidente do Rio Grande do Sul a estabelecer uma política de aproximação com o governo central, o que Júlio de Castilhos não teve a mesma preocupação em fazer, salvo quando necessitou da atuação ou da omissão da União, como quando da intervenção do exército nacional ao lado das fileiras castilhistas na Revolução Federalista.

As mesmas correspondências revelam, também, que o pensamento de Borges de Medeiros e de Pinheiro Machado, quando estabelecem as regras políticas regionais e nacionais em conjunto de interesses, escapa do mero coronelismo e da atribuição de punições e de retribuições a contestadores e apoiadores. Há uma visão política melhor elaborada por parte de ambos do que a mera consideração deles como líderes caudilhescos distribuindo a esmo poderes e castigos. Ao contrário, existe por parte de ambos, em inúmeras cartas e telegramas, a preocupação com a sistematização do poder e, mesmo quando o sistema de punição e concessão se faz necessário, não parece ser o mesmo distribuído sem cuidados, mas ser pensado inclusive em nome de situações políticas que ambos antecipam em conjunto. Não irá esta dissertação discutir o caráter coronelista ou não do poder de Pinheiro Machado e de Borges de Medeiros, mesmo porque não é objetivo da análise. Porém, o que ela pretende afirmar é que, se há claras manifestações do poder coronelístico nos atos dos líderes em questão, eles não se restringem a esse aspecto do poder nacional na época.

⁴¹ Essa conclusão é fruto da análise feita, ao longo da elaboração desta dissertação, nas cartas, telegramas e notícias nos meios de comunicação oficiais do partido, em especial o jornal A Federação. Em nenhum deles há ordens claras entre Borges de Medeiros e Pinheiro Machado que pudessem configurar uma relação de submissão entre eles.

Ricardo Vélez Rodríguez é um dos inúmeros historiadores que relaciona a aceitação de Borges como líder supremo do PRR após a morte de Júlio de Castilhos ao apoio que recebeu de Pinheiro Machado⁴².

A estruturação interna do PRR e sua convivência com o mandonismo local, que fez com que o coronelismo fosse englobado dentro da estrutura de poder do partido, deu a este a certeza da perpetuação no poder do estado, garantindo a estabilidade que permitiu ao partido a estruturação jurídica de seu poder, o que fez com que Pinheiro Machado considerasse o poder do partido não como coronelista, e sim como jurídico. Dentro dessa visão, os políticos republicanos gaúchos viam o estado como uma exceção dentro de um país vítima dos grupos oligárquicos que disputavam constantemente o poder entre si.

João Neves da Fontoura, em sua autobiografia, afirma que tanto Júlio de Castilhos quanto Borges de Medeiros não confiavam totalmente em Pinheiro Machado. Não usa fontes para afirmar tal desconfiança, nem foram percebidos, no material analisado para a organização desta, cuidados de Júlio e Borges com possíveis traições de Pinheiro. Porém, ao analisar o referido por João Neves da Fontoura, não parece tal possibilidade impossível e nem desabonadora da relação entre os três líderes políticos. A desconfiança e os acertos políticos e de interesses fazem parte da arte da política e, mais ainda, de uma política na qual o personalismo era tão importante. Pinheiro Machado foi referido nessas palavras:

Quando Castilhos, pouco antes de morrer, lhe pôs alguns calços nas rodas, o Senador entendeu logo a advertência. Estava de viagem para o Sul. Não a interrompeu. Ao chegar a Pelotas, proferiu a oração que ficou célebre. Após denominar a cidade de “Covadonga da República” disse, referindo-se a Castilhos, que jamais lhe faria concorrência. Ao contrário, se a estrada fosse estreita para ambos, afastaria seu cavalo para deixá-lo passar! O abraço, horas depois, em Porto Alegre, selou a paz entre os dois antigos companheiros. (...) Sempre considerei em Pinheiro a justaposição de duas figuras de certo modo contraditórias dentro do Rio Grande do Sul, o soldado mais graduado do Partido. Aqui no centro, suas linhas políticas não coincidiam com as nossas. Nem pelo idealismo. Nem pelos métodos. Dispunha – é certo – de excepcionais qualidades como domador político, encantador de serpentes, metade homem de arena, outra de salão. Mas, sob sua liderança, nada se construía. Enquanto Castilhos viveu, o “isolacionismo” gaúcho em relação à política nacional não sofreu alterações.⁴³

⁴² RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Castilhismo: Uma filosofia da República**. Brasília: Senado Federal, 2000.

⁴³ FONTOURA, João Neves da. Op cit., p. 20.

O tom ácido da descrição da atuação política de Pinheiro Machado por uma figura política que conviveu com Borges de Medeiros deve ser relativizado ao percebermos que era seu objetivo estabelecer uma descrição elogiosa do governador do Rio Grande do Sul, e o reconhecimento da abrangência do poder de Pinheiro Machado poderia levar à ideia, com certeza não desejada pelo autor, de Borges como um instrumento político do Senador gaúcho. As contradições na visão do autor não tardam a vir, pois menciona João Neves da Fontoura que foi graças a Pinheiro Machado que o Rio Grande do Sul saiu do isolamento político que tanto prejudicava o estado.

A morte de Júlio de Castilhos e a ascensão de Borges de Medeiros ao papel de líder maior dos republicanos gaúchos trouxe a necessidade de legitimação de seu nome, o que não foi pacífico. Entre deserções e passagem de outros republicanos históricos gaúchos para a oposição, Borges de Medeiros pressentiu a necessidade de juntar, aos valores associados ao gaúcho por Júlio Castilhos, novos valores que forjassem uma identidade gaúcha de acordo com a expressão política borgista. A gratidão e o desejo de continuidade eram somados à fidelidade e ao respeito à ordem pelo gaúcho. Dessa forma conseguiu Borges o que Castilhos encaminhou: uma atuação política segura e com uma oposição controlada⁴⁴.

A disputa política entre Firmino Paula e José Gabriel⁴⁵ fornece uma clara demonstração de como Borges de Medeiros atuava politicamente. Substituindo líderes que não eram submetidos ao seu comando por outros ligados ao PRR, Borges aparelhava o Estado. Para que tal processo fosse considerado legítimo, era fundamental a atuação dos jornais vinculados ao partido que, através de um processo de difamação dos antigos líderes, preparavam a aceitação dos novos indicados por Borges. Outra estratégia bastante utilizada era a de nomear republicanos para a chefia da polícia local, caminho para o combate com os detentores do poder político local. O mesmo processo se verificava como punição aos contestadores e desgarrados de dentro do PRR. No caso de José Gabriel, Borges indicou para concorrer à Assembléia do Estado o nome do doutor Germano Haslocher, desafeto de José Gabriel. Em protesto, José Gabriel rompeu com o PRR e aderiu ao Partido Federalista, facilitando o processo de exclusão política que já estava sofrendo. A partir de então, como é prática do método borgista de

⁴⁴ Já durante o governo de Júlio de Castilhos, o PRR havia sofrido um racha importante de republicanos que se revoltaram contra o caráter autoritário da Constituição estadual. Entre os líderes republicanos que passaram à oposição destacavam-se Demétrio Ribeiro, Alcides Lima, Assis Brasil e Barros Cassal.

⁴⁵ Tal reflexão é realizada a partir do estudo de caso sobre a política de Cruz Alta feito por Loiva Otero Félix in: FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 93-95.

governo, com sua preocupação com a estruturação do poder, Firmino Paiva começou a montar um novo quadro administrativo, removendo, substituindo, nomeando e criando cargos, indicando nomes ou fazendo observações, em suas fichas políticas, se federalistas ou não, não só para Cruz Alta, mas para toda a região. Este processo de consolidação do poder intensificou-se com a morte de Castilhos e a necessidade de Borges de construir a sua legitimação como líder partidário.

Com o borgismo, houve perda de autonomia pelos municípios e um enquadramento do poder dos coronéis dentro dos interesses partidários do PRR. Porém, tal enquadramento foi contrabalanceado pela estabilidade no poder oferecida aos líderes locais por uma política de compensações àqueles fiéis aos interesses da cúpula do PRR.

Paulo Pezat, em artigo sobre a adequação do comtismo à política gaúcha feita por Castilhos e Borges de Medeiros, reflete sobre as dificuldades de Borges para a sucessão de Castilhos e da preocupação em organizar o PRR com a transferência dos laços de fidelidade que foram estruturadas em torno de Castilhos para se voltarem a favor do novo líder. Para isso, segundo o autor, Borges fez uso de Carlos Barbosa e de Pinheiro Machado⁴⁶.

Quanto à questão cafeeira, embora Borges não concordasse com a dependência nacional da exportação do café, teve ele de garantir apoio às políticas de valorização do produto visando, dessa forma, conseguir capital e proteção à produção econômica gaúcha e autonomia para exercer a política e combater a oposição regional da forma considerada “adequada”. Borges, ao mencionar o café, referia que

É, conforme a geral convicção, a monocultura do café a principal causa da ruína económica do paiz. De facto, a superabundancia d’esse producto, sujeita ainda á concorrência de similares nos mercados consumidores, determinou a sua excessiva depreciação.

Hoje é a preocupação dominante fomentar activamente o desenvolvimento de novas culturas, das quaes se crê depender a única solução da chamada questão económica.⁴⁷

Apesar de sua posição crítica a respeito do café, Borges de Medeiros não adotou políticas de clara oposição aos dirigentes nacionais. Essa política de longo prazo, através da qual o Rio Grande do Sul apoiava o domínio político nacional da elite

⁴⁶ PEZAT, Paulo. Leituras e interpretações de Augusto Comte, in: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul – República Velha**. Passo Fundo: Méritos, 2007. Vol. 3 t. 2, p. 60-61.

⁴⁷ Discurso de Borges de Medeiros à Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, 20 de setembro de 1901, p. 5.

cafeicultora em troca de políticas governamentais favoráveis à economia gaúcha ou, pelo menos, da elite associada ao PRR, já estava presente na Revolução Federalista, quando o grande líder republicano ainda era Júlio de Castilhos. Um dos fatores importantes na deflagração do conflito armado entre republicanos e federalistas se deu em torno da extinção das políticas arquitetadas por Gaspar Silveira Martins durante o Império, e que beneficiavam economicamente a região fronteiriça com o Uruguai, em prejuízo da zona de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, regiões que prestaram clara solidariedade a Júlio de Castilhos e ao PRR não apenas durante o conflito armado, mas após o mesmo, na estruturação do partido no comando do estado. Não era apenas um conflito entre duas elites políticas, mas um conflito entre dois projetos econômicos: o dos federalistas, de aproximação da economia gaúcha com o Uruguai, e o dos republicanos, de aproximação da economia gaúcha com os interesses do centro do Brasil. Assim, já nessa época, os interesses do PRR estavam atrelados aos setores cafeicultores do centro do país e vice-versa⁴⁸.

Oficialmente, Rodrigues Alves marcou a ruptura na política gaúcha de apoio às oposições eleitorais nacionais. Rodrigues Alves contou com o apoio de Pinheiro Machado e do PRR em momentos cruciais de seu governo, como na repressão à Revolta da Vacina. Na campanha eleitoral, o Senador participou da elaboração do manifesto de lançamento da campanha e da exposição dos propósitos da candidatura de Rodrigues Alves. No plenário, tratou de garantir o apoio do legislativo às propostas de modernização e a relação entre os dois líderes só foi piorar com a insistência de Rodrigues Alves em fazer seu sucessor presidencial, atitude reprovada pela cúpula gaúcha e por políticos do porte de Rui Barbosa. Em 1905, inclusive, Rui e Pinheiro lançaram um manifesto à Nação, defendendo que o chefe de Estado não deveria ter a faculdade de escolher seu sucessor, decisão que deveria ser tomada pelo Congresso. Rodrigues Alves resolveu confrontar os líderes do legislativo indicando como seu sucessor Bernardino de Campos, paulista ilustre e republicano histórico. Para combatê-lo, Pinheiro lançou à Presidência Campos Salles. Para evitar conflitos, Campos Salles abriu mão de sua candidatura, assim como Bernardino de Campos, ficando como candidato único o mineiro Afonso Pena, nome apoiado por Pinheiro Machado.

⁴⁸ Gunter Axt faz importante análise da Revolução Federalista na qual menciona a análise econômica do conflito em: AXT, Gunter. A Revolução de 1893: os diários de Joca e Francisco da Silva Tavares, in: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (orgs.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006. p. 16.

Uma possibilidade de medir o poder do senador e relacioná-lo com Borges de Medeiros é o estudo sobre a formação do “Jardim de Infância”, o que pretendia Afonso Pena e os mineiros com o grupo e como Pinheiro Machado, através de suas relações políticas, conseguiu derrotar esta estrutura de poder que tinha como objetivo combater sua influência política. Pinheiro Machado foi auxiliado pelo acaso e, com a morte de João Pinheiro, Afonso Pena viu o grupo que estruturava no Senado esfacelar-se. Completando a obra, morto Afonso Pena, em 1909, viu Nilo Peçanha chegar à Presidência e ser influenciado pelas palavras do senador Machado. Dedicando-se principalmente a relatar e analisar as relações entre os políticos da República Velha, Sertório de Castro humaniza a estrutura de poder da época, buscando juntar ao seu texto discursos e o relato de relações interpessoais. É claro que a descrição política feita por Sertório de Castro é eivada de análises pessoais e conclusões parciais como quando, ao analisar a campanha civilista, identifica em Rui Barbosa a democracia e em Pinheiro Machado a manutenção das práticas clientelistas e autoritárias da época. Afirma que “Onde havia um pouco de civilização e cultura, uma noção de liberdade e uma compreensão mais clara do dever e do civismo, triunfou o candidato civilista. Pinheiro Machado, que acionava com suas mãos de mago a poderosa máquina eleitoral em poder das oligarquias, havia prometido ao seu candidato os famosos “quatrocentos mil redondos”, e as urnas, que com tamanha passividade serviam seus interesses e paixões, cumpriram suas determinações (...)”⁴⁹. É natural esse envolvimento do autor com o tema que ele analisa, pois o livro é feito, em boa parte, de recordações de Sertório de Castro que viveu o período configurando, boa parte de suas análises, de percepções pessoais, configurando o livro um bom reservatório de fontes primárias a respeito da política gaúcha durante a República Velha. Assim, apesar desse partidarismo na análise da época, Sertório de Castro evidencia a ligação entre Pinheiro Machado e Borges de Medeiros ao afirmar que

Tudo se consumava com o apoio, o estímulo e os aplausos do Rio Grande, e com a sanção do chefe soberano de sua política, o benemérito Sr. Borges de Medeiros, de quem era um desdobramento e uma emanção direta, no concerto da política federal, o valoroso general Pinheiro Machado!⁵⁰

Para combater o poder de Pinheiro Machado, Afonso Pena lançou como base de apoio o Jardim de Infância, grupo de jovens políticos alinhados ao líder. Uma guerra

⁴⁹ CASTRO, Sertório de. **A República que a revolução destruiu**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 173.

⁵⁰ CASTRO, Sertório de. Op. cit. p. 175.

política se anunciou entre Pinheiro Machado e o Jardim de Infância, na mesma época em que Borges de Medeiros enfrenta a oposição ao seu poder no estado do Rio Grande do Sul representada por Fernando Abbott. Naturalmente, Borges e Pinheiro estreitaram os seus laços políticos visando combater as oposições regionais e nacionais à aliança de interesses entre eles.

Aproveitando o enfraquecimento do Jardim de Infância e o apoio de Nilo Peçanha ao seu poder, Pinheiro Machado lançou Hermes da Fonseca como candidato, beneficiando-se do desentendimento entre São Paulo e Minas Gerais. Hermes da Fonseca foi fundamental para derrubar a candidatura do ministro Davi Campista, associado ao Bloco do Jardim de Infância. Borges de Medeiros, por sua parte, lançou a candidatura vitoriosa de Carlos Barbosa como seu sucessor e representante no governo estadual, amplamente apoiada por Pinheiro Machado, que trocou telegramas e cartas estruturando formas conjuntas de combate a favor de Carlos Barbosa no Rio Grande do Sul e de Hermes da Fonseca no Brasil. Nada mais natural do que a aliança mencionada posto que, se uma das mais importantes bases do poder de Pinheiro Machado era a estabilidade do poder do PRR no seu estado natal e do apoio do partido à sua atuação política, o que mais poderia preocupar o Senador eram rachas internos no partido e constestações à liderança de Borges de Medeiros. Obviamente a recíproca é verdadeira e Borges, naturalmente, percebeu a importância do apoio de Pinheiro Machado para sua consolidação como líder supremo no estado.

A ligação se tornou mais clara conforme o grupo de Fernando Abbott se aproximou de federalistas como Pedro Moacyr e Rafael Cabeda. A associação entre os federalistas e o monarquismo fez o resto⁵¹, permitindo a visão positiva do mando de Borges de Medeiros nos meios de comunicação e políticos nacionais, e a associação de sua perpetuação no comando do estado, mesmo que disfarçado atrás do nome de Carlos Barbosa, como necessário para impedir um retorno monarquista, mais perigoso ainda pela associação dos federalistas a grupos caudilhescos do Uruguai. O que era uma disputa interna do PRR se transformava, assim, num caso de segurança da República brasileira, e Pinheiro Machado não era mais um apoiador de seu grupo político no Rio Grande do Sul, mas o homem que fazia de seu apoio a salvaguarda do regime.

⁵¹ Essa associação entre a oposição federalista gaúcha, em 1907, e o monarquismo, obviamente fazia parte da propaganda dos republicanos gaúchos, não sendo efetiva ao se observar que os principais líderes federalistas, Assis Brasil e Fernando Abbott, eram republicanos dissidentes.

João Neves da Fontoura menciona o discurso feito por Pinheiro Machado, em apoio a Borges de Medeiros e a Carlos Barbosa, no qual associa Fernando Abbott a Affonso Pena e, além disso, lembra a fidelidade partidária como um requisito de preservação da República e da ordem. As impressões de João Neves, que estava presente no discurso como membro da juventude do PRR, foram que

Pinheiro esteve num momento particularmente feliz. Naquele mesmo estilo, que lhe era peculiar, mas argumentando com segurança. Como lhe increpassem uma atitude contraditória, já que acabara de combater a imposição, pelo Presidente da República, de seu sucessor e, dentro do Estado, aceitava a chefia do Governador sobre o Partido, exclamou com sua conhecida ênfase: “Nós não podíamos subordinar-nos a que o Presidente da República saísse dos quartos baixos do Catete. Mas não pratico nenhuma incoerência, porque aqui há liberdade.” O ponto central da oração consistiu em realçar a necessidade da coesão partidária, da disciplina livremente consentida, sem o que não haveria agremiação política que subsistisse. Terminou assim: “Volto confiante para a capital do país, seguro de que as tábuas da lei ficaram confiadas a mãos limpas, de que o Partido Republicano continuará a manter suas tradições, honrando seus compromissos, prestando culto à grandiosa obra político-social, que tem feito a nossa felicidade.”⁵²

Outro momento de crucial soma de forças entre Pinheiro Machado e Borges de Medeiros se deu na batalha política do primeiro para tornar viável a eleição senatorial do ex-Presidente da República Hermes da Fonseca, e na luta de Borges de Medeiros contra Ramiro Barcellos. Ramiro Barcellos, republicano histórico, havia abandonado a proteção do PRR por discordar da indicação de Hermes da Fonseca como sucessor de Joaquim Augusto de Assumpção no Senado pelo Rio Grande do Sul. Pinheiro Machado viu na eleição de Hermes uma resposta ao processo de enfraquecimento político que sofria e, confirmando a aliança com os interesses do PRR e de Borges de Medeiros, o afastamento do senador gaúcho Joaquim Assumpção esteve longe de ser decidido por este, sendo acertada a renúncia em um acordo firmado entre Pinheiro Machado, Borges de Medeiros e o Presidente em exercício do Rio Grande do Sul, Salvador Pinheiro Machado. Porém, as diversas manifestações contra a candidatura de Hermes da Fonseca a senador pelo PRR demonstram que Pinheiro Machado perdia forças mesmo em seu estado natal. Em Porto Alegre, por exemplo, a 14 de julho de 1915 protestos e a repressão aos mesmos levaram a algumas mortes e diversas prisões.

O estudo a respeito de Pinheiro Machado e suas relações com o Partido Republicano Rio-Grandense é fundamental, ainda, para a análise do federalismo brasileiro, suas bases e limitações. Afinal, ao delegar poderes aos Estados membros, a

⁵² FONTOURA, João Neves da. Op. cit. p. 83.

União está possibilitando o fortalecimento político das elites regionais que podem, conforme a circunstância, vir a almejar o domínio da nação. Como a organização do poder é uma relação entre interesses particulares, pensar a divisão interna da nação sem levar em conta os desejos regionais é perder de vista uma fundamental variante.

A análise das cartas trocadas entre Pinheiro Machado e Borges de Medeiros evidenciaram o laço estreito entre eles e a importância das indicações de políticos por ambos para a composição do ministério de Hermes da Fonseca. Nestas, Pinheiro Machado trata Borges de Medeiros como chefe e amigo e consulta este sobre a aprovação ou não de nomes a serem sugeridos ao Presidente recém eleito. Em carta enviada por Pinheiro Machado a Borges de Medeiros em 20 de setembro de 1910⁵³, o senador consulta Borges a respeito da pertinência ou não da indicação de Rosa e Silva para compor a base governista de Hermes. Manifesta contentamento com os compromissos de Hermes com o Rio Grande do Sul e com o PRR, reconhecendo o Presidente a importância de Borges à eleição presidencial do militar gaúcho (“nos comícios e nos actos solemnes”). Deixa claro outros nomes indicados, inclusive o nome de Antonio Alves de Carvalho à pasta da viação. Menciona a preocupação em fazer indicações que evitassem atritos para o Presidente. Menciona que o cargo de secretário deve ser dado para uma “figura decorativa”. “Para o cargo de delegado auxiliar desejo a nomeação do dr. Hugo Braga”.

Em outra carta enviada a Borges de Medeiros por Pinheiro Machado⁵⁴, este menciona que deu a Hermes os últimos conselhos. Alerta, inclusive, para os perigos nas nomeações e para os grupos a serem contemplados com cargos. Desaconselha, por exemplo, a nomeação de Lauro Sodré para Prefeito, mencionando que “não estou de acordo; acho-o um presunçoso ... e nunca foi amigo nosso desde o Deodoro. Já não é pouco ser Senador sem eleitores. A Prefeitura é difícil; são tantos os requisitos exigíveis que não vejo nesse homem. Para a guerra não conviria o Vespasiano, apesar de moderno, ficando o Dantas ... no estado maior”. Em outra carta, enviada por Pinheiro Machado a Borges de Medeiros em novembro de 1910⁵⁵, menciona as dificuldades do

⁵³ Carta enviada por Pinheiro Machado a Borges de Medeiros – Berlim, 20 de setembro de 1910 – Documento 10858 – Arquivo Borges de Medeiros – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

⁵⁴ Carta enviada por Pinheiro Machado a Borges de Medeiros – Paris, 30 de outubro de 1910 – Documento 10858 – Arquivo Borges de Medeiros – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

⁵⁵ Carta enviada por Pinheiro Machado a Borges de Medeiros – Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1910 – Documento 10858 – Arquivo Borges de Medeiros – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

período pós-vitória eleitoral, como as disputas políticas na Bahia e no Rio de Janeiro e as dificuldades da taxa cambial. Coloca-se claramente como símbolo do republicanismo junto a Borges e a Hermes, e seus opositores políticos como opositores da própria República. Coloca-se Pinheiro Machado como interlocutor do governo, pacificando relações políticas tumultuadas e legalizando as decisões políticas do Presidente junto à elite política nacional.

A relação entre Borges e Pinheiro Machado também é notável nas formas de garantia da hegemonia política. As fraudes eleitorais promovidas pelos mesmos são similares e, em diversos casos, unidas em seus objetivos e formas. Atas adulteradas, voto “a bico de pena”, apoio a intervenções em regiões de oposição foram notáveis na atuação política de ambos os líderes⁵⁶. O autoritarismo legitimado na preservação da República e nas obras públicas foi organizado em torno dos partidos políticos que tinham propostas políticas apenas para disfarçar o servilismo ao mando dos líderes em questão.

2.2. A Política dos Governadores e a importância de Pinheiro Machado na garantia do acerto entre a União e os entes federados.

A Constituição Republicana de 1891 veio a atender à velha demanda de federalismo e, por consequência, da concessão de maior autonomia aos estados. Longe de representar uma novidade, o federalismo mais legalizava as práticas de poder das elites regionais do que as criava, sendo o federalismo republicano uma organização de estruturas previamente vigentes desde o Império, oficialmente (merecendo atenção especial os atos de Diogo Antônio Feijó durante a Regência Trina Permanente, com a criação das Guardas Nacionais) ou extra-oficialmente desde a organização do débil poder da Coroa portuguesa na mais rentável colônia, o Brasil, e a necessidade de estruturação do poder público onde o Estado oficial não possuía capacidade ou competência para se fazer presente.

Porém, como já mencionado anteriormente, a esta crescente regulamentação do poder dos entes federados, buscaram-se formas de garantir a supremacia da União, o que a própria Constituição de 1891 teve o cuidado de determinar, ao estabelecer que as

⁵⁶ Para melhor análise das formas de manipulação política promovidas por Borges de Medeiros vide AXT, Günter. 1893: Coronelismo indomável: O sistema de relações de poder, in BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul – República Velha**. Passo Fundo: Méritos, 2007. Vol. 3 t. 1.

atribuições estaduais e municipais eram estipuladas pela Carta magna. Assim, as Constituições estaduais deveriam ser subsidiárias à nacional. Um outro exemplo do caráter centralizador da Constituição que se dizia federativa está presente na possibilidade estipulada, e inúmeras vezes utilizada, de intervenção federal nos estados, o que ficou legislado no artigo 6º da mesma.

No caso do Rio Grande do Sul, a equação acima não foi tão bem determinada. Sob o comando de Júlio de Castilhos, o PRR elaborou a Constituição gaúcha que, em diversos casos, estabelecia comandos políticos no estado que se confrontavam com os ditames da Constituição federal⁵⁷. Isso não quer dizer que não houvesse, por parte da elite do PRR, o medo de intervenções federais. Borges de Medeiros, no discurso à Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, a 20 de setembro de 1898, garantia que iria manter boas relações com a União sem, contudo, esquecer que o fundamento da atuação do partido e de seus líderes era a consolidação do domínio político sobre o estado. Menciona Borges que

É vulgarmente sabido que, fora dos casos taxativamente enumerados no artigo 6º da Constituição da Republica, toda a internvenção da União é attentatoria da autonomia dos Estados.

Nem directa nem indirectaente assiste-lhe competencia para exercer funcções de natureza policial nos Estados, tendo no que diz respeito à justiça uma jurisdicção nimiamente restricta.⁵⁸

Os primeiros governos republicanos nacionais foram marcados pelas oposições que sofreram, mais por parte de grupos que buscavam na República benefícios para seus pares do que por movimentos monarquistas regressistas. Deodoro da Fonseca renunciou, Floriano Peixoto enfrentou pelo menos duas grandes revoltas (a Segunda Revolta da Armada e a revolta dos maragatos no Rio Grande do Sul) e Prudente de Moraes sofreu um atentado à sua vida. Observando os desgovernos anteriores, Campos Salles tratou de garantir governabilidade através da política dos governadores, pela qual estruturava o poder da União através de uma relação de apoio a grupos oligárquicos estaduais que, em troca, recebiam benefícios de todas as ordens.

⁵⁷ Um exemplo cabal disso é a possibilidade de reeleição infinita, desde que o reeleito atingisse $\frac{3}{4}$ dos votos, o que garantiu a Borges de Medeiros o seu longo governo em determinação só retirada após o levante dos partidários de Assis Brasil em 1923.

⁵⁸ Discurso de Borges de Medeiros à Assembléia dos Representantes do Estado do RS, 20 de setembro de 1898, p. 8.

Renato Lessa, ao analisar o governo de Campos Salles, presta especial atenção a este pacto federativo e aos objetivos que buscava. Na definição das metas da Política dos Governadores, Campos Salles tinha como objetivos

o arranjo político estabelecido por Campos Salles visava tão somente obter aquiescência das principais oligarquias estaduais e controlar a dinâmica legislativa, para obter do Congresso maioria incondicional para governar. (...) Por outro lado, o modelo implantado por Campos Salles – o da política dos estados, ou dos governadores – visava estabelecer uma camada protetora em torno do governo federal, isolando-o das demandas particularistas de oligarquias estaduais. (...) Mas, o arranjo prático estabelecido para dotar o Presidente de tal autonomia pressupôs o livre curso para o exercício da predação e violência oligárquicas nos diversos estados da federação.⁵⁹

O mais interessante do apoio de Pinheiro Machado à estruturação de poder feita por Campos Salles é que o PRR e Borges de Medeiros não apoiaram seu nome para a sucessão de Prudente de Moraes. Castilhos e Pinheiro Machado haviam decidido apoiar o candidato Lauro Sodré em 6 de outubro de 1897, na Convenções das oposições coligadas, tendo Sodré, como vice, Fernando Lobo. Tal apoio não conseguiu impedir a esmagadora vitória de Campos Salles no pleito de 1º de março de 1898.

Ao mesmo tempo em que o Partido Republicano Rio-Grandense organizava o seu poder regional, os cafeicultores do oeste paulista assumiam a diretriz nacional, guiando de vez a economia para a política de valorização do café⁶⁰ e, como ocorria na organização política gaúcha, tratavam de estruturar os interesses das oligarquias aos desejos dos líderes centrais.

Se o coronelismo não desapareceu com a República no Rio Grande do Sul, o mesmo ocorreu na relação entre o poder central e os líderes oligárquicos regionais. Que melhor comprovação pode ser oferecida do que o acordo entre União e Entes federados que viabilizou a Política dos Governadores?

O apoio que “A Federação” manifestou aos Presidentes nacionais eleitos evidencia a busca, pela elite política gaúcha, de uma relação de apoio sem perda dos interesses regionais junto ao governo nacional. Mais do que submissão aos ditames centrais, tal estratégia foi parte do processo comandado por Pinheiro Machado de “convivência sadia” e complementaridade com o governo central.

Quando Campos Salles propôs a política dos governadores e instituiu a comissão de verificação, Borges de Medeiros exercia seu primeiro mandato no governo do Rio

⁵⁹ LESSA, Renato. Op. cit. p. 14.

⁶⁰ Em boa parte das vezes artificialmente, como ocorreu com a assinatura do Convênio de Taubaté, em 1906.

Grande do Sul, enfrentando as primeiras contestações claras ao seu domínio sobre o PRR e Pinheiro Machado já estava há uma década no Senado Federal, possuindo forte base política alicerçada nos seus laços de fidelidade e representação. Essa força de Pinheiro Machado foi fundamental para que o Legislativo nacional aceitasse a renegociação da dívida externa e os novos investimentos feitos na valorização do café que ficaram conhecidos como Funding Loan. Além disso, através do apoio de Pinheiro Machado, Campos Salles pôde centralizar o poder, através da Política dos Governadores, sem com isso anular as forças das oligarquias regionais que foram inseridas num sistema político e não anuladas. Por ser considerado parte fundamental da máquina pública de estruturação da ordem conservadora e centralizadora de Campos Salles⁶¹, o jornal “Correio da Manhã” estendia as críticas que fazia ao Presidente até o senador Pinheiro Machado, o que fez com que o senador desafiasse o editor e dono do jornal para o famoso duelo, no qual o jornalista acabou ferido⁶².

O Partido Republicano Rio-Grandense, ao mesmo tempo que usava o apoio de Pinheiro Machado para legitimar o seu desejo de intervenção federal em defesa de seus interesses regionais, buscava formar uma identidade regional que legitimasse o seu poder e garantisse o estado contra imposições da União que ameaçassem a estrutura montada pelo partido e por seu líder, Borges de Medeiros⁶³.

O governo de Campos Salles (1898 a 1902) coincide com o fortalecimento político de Pinheiro Machado. Mais do que uma coincidência, tal afirmação do senador gaúcho está relacionada com a percepção, por parte deste, da necessidade de um interlocutor entre os interesses do governo central e os das elites regionais que, para serem enquadradas na Política dos Governadores de Campos Salles deveriam ser ouvidas e atendidas em seus desejos e necessidades que iam de interesses econômicos a necessidades de apoios políticos para enfrentar as disputas oligárquicas que marcavam a política da época. Esse apoio político às decisões da União foi fundamental para a aprovação, no Congresso Nacional, da renegociação da dívida externa brasileira em

⁶¹ Como no editorial do dia 14 de agosto de 1901, no qual o Correio da Manhã ataca fortemente o governo de Campos Salles, associando-o à tirania e à crueldade. CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 14/08/1901, p. 1.

⁶² O jornal A Federação dá ampla cobertura ao duelo realçando, como era de se esperar, o caráter justo e honrado da participação de Pinheiro Machado no mesmo. A FEDERAÇÃO, 24 de maio de 1906, p. 1-2.

⁶³ Para melhor compreensão da busca de formação de uma identidade própria gaúcha no panorama da Revolução Federalista que protegesse o PRR da imposição de interesses da União, vide RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. 1893: A Revolução Além Fronteira, in BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul – República Velha**. Passo Fundo: Méritos, 2007. Vol. 3 t. 1.

busca de novos empréstimos a serem investidos no beneficiamento do café, uma renegociação com o Banco Rotschild que ficou conhecida como Funding Loan.

Vera Lúcia Lopes percebeu essa relação entre Pinheiro Machado, Borges de Medeiros e o federalismo em construção na República Velha, alertando para os problemas da nascente república federativa nacional: “ao invés de um verdadeiro federalismo, baseado na força democrática e cidadã de um sistema político plural, o que observamos na Primeira República é um federalismo deslocado, um estadualismo, porque baseado no poder das oligarquias estaduais. Nessa fase, o presidencialismo tinha como base os estados e estes, por sua vez, eram sinônimos dos governadores.⁶⁴” Inclusive, apesar das críticas feitas à sua atuação política, Pinheiro Machado e suas relações de fidelidade foram com certeza fundamentais à continuidade da República Velha e da política de valorização do café que lhe caracterizou.

Tal relação entre Pinheiro Machado e os interesses do café era clara a ponto de merecer a acusação de ingratidão a campanha dos jornais do centro do país contra a figura de Pinheiro Machado, como mencionado na matéria intitulada “Vilania Política d’A Federação”⁶⁵, escrita por Victor de Britto, na qual o jornal manifesta indignação quanto às críticas do jornal “O Estado de São Paulo” a Pinheiro Machado, mencionando que os líderes políticos de São Paulo sofriam de ingratidão, posto que foi graças a Pinheiro Machado que o estado conseguiu, junto ao governo federal, quinze milhões de empréstimo que salvaram o estado da bancarrota, empréstimo conseguido graças à intermediação particular do Senador. No artigo do “Estado de São Paulo”, Pinheiro Machado era responsabilizado por ter lançado a candidatura de Hermes da Fonseca. Deixa subentendido o artigo que o interesse paulista era eleger Davi Campista, comprometido a ponto de fechar os olhos para os destinos escusos do referido empréstimo.

E quais eram os benefícios trazidos a Borges de Medeiros desse posicionamento, em nível nacional, de Pinheiro Machado? Uma resposta seria a aceitação das práticas políticas do PRR e a garantia contra intervenções federais na política regional gaúcha. Assim, garantia Pinheiro Machado a perpetuação de sua base de poder local e, ao mesmo tempo, Borges de Medeiros garantia para si e para seus partidários uma política nacional conivente e, mesmo, de atendimento das demandas econômicas do estado. Isso explica, com certeza, os capitais investidos por Borges de Medeiros na modernização do

⁶⁴ LOPES, Vera Lúcia. Op. cit. p. 104.

⁶⁵ A FEDERAÇÃO, 26 de julho de 1909, p.1.

parque produtivo e exportador gaúcho. Durante o governo de Borges de Medeiros, as ferrovias se expandiram, foi aberta a barra do Rio Grande, houve a expansão do comércio, o incentivo à indústria, a diversificação da agricultura e o impulso à urbanização, especialmente em Porto Alegre.

Tal ligação, porém, não passou despercebida dos opositores do partido oficial no Rio Grande do Sul. Os federalistas, em diversos momentos, estendiam as críticas que dirigiam à cúpula regional ao nível nacional, evidenciando a associação de interesses que havia entre o PRR e os líderes políticos nacionais. Venceslau Escobar, notório federalista opositor do comando político de Borges de Medeiros sobre o Rio Grande do Sul, dizia que “escudado por esse despótico Estatuto Político” (a Constituição castilhista), o regime castilhista-borgista permanecia no poder “com a mais completa liberdade de ação, merecendo todo o apoio do governo federal”⁶⁶. Em outra obra, Venceslau Escobar defende uma intervenção federal no Rio Grande do Sul mas, como a mesma não é possível pela confluência dos interesses entre as elites regional e nacional, culpa os poderes federais pela “ditadura castilhista-borgista” que imperava sobre o estado, pois estes poderes federais “têm mantido e até apoiado sua vida (da política gaúcha) fora do regime constitucional, enquistado como corpo estranho no organismo federativo da República”. Menciona, ainda, na continuidade de seus argumentos, que “a Câmara dos Deputados, (era) movida menos pelo amor do regime do que pela submissão ao grande eleitor da República, o finado Senador Pinheiro Machado...”⁶⁷.

2.3. A legitimidade associada aos laços de fidelidade.

Uma das forças de Pinheiro Machado estava no controle da Comissão Verificadora de Poderes, cargo atrelado à vice-presidência do Senado⁶⁸. Além disso, possuía o Senador o respeito dos estados secundários economicamente na República dos cafeicultores, estados esses que viam no Senador o seu interlocutor oficial junto ao poder central da nação. Assim, controlava o Senador uma bancada numericamente significativa no Congresso.

⁶⁶ ESCOBAR, Venceslau. **30 anos de ditadura rio-grandense**. Rio de Janeiro: Estabel Graphico Canton & Beyer, 1922, p. 117.

⁶⁷ _____. **Pela intervenção no Rio Grande e renúncia do Dr. Borges de Medeiros**. Rio de Janeiro: Estabel Graphico Canton & Beyer, 1923, p. 13-14.

⁶⁸ Tal força política brotada do controle sobre o processo de “degolas” políticas era reconhecido e execrado pela imprensa oposicionista, como demonstra O Correio da Manhã número 2, de 16 de junho de 1901, p.2.

Quanto à Comissão Verificadora de Poderes, era usada por Pinheiro Machado para excluir a oposição e incluir, no legislativo nacional, partidários de sua liderança política. Vinha o mesmo a completar todo um quadro de fraudes eleitorais, que passava pelo processo de qualificação dos eleitores, a cargo das autoridades administrativas e jurídicas que usavam critérios eleitorais para a seleção dos eleitores, pelo voto a cabresto e a fabricação de eleitores, pela organização das eleições pelos líderes políticos interessados nas eleições e na formação das mesas eleitorais com mesários associados aos grupos políticos que disputavam o poder.

Casimiro Neto explica o funcionamento da Comissão ao afirmar que

constituída por parlamentares, dentro de cada Casa legislativa, com a incumbência de analisar as campanhas e o processo eleitoral dos candidatos. A “Comissão de Cinco Membros”, nomeada para examinar os diplomas oferecidos e organizar as listas dos deputados legalmente diplomados e daqueles cujos diplomas não se revestiram das formalidades legais, através de parecer, reconhece ou não o deputado diplomado. As listas organizadas pela Comissão são colocadas em votação no plenário. Aos candidatos que não foram eleitos dá-se oportunidade para apresentarem suas contestações. Analisadas por uma das “Comissões de Inquérito”, emite-se um parecer. Constatado qualquer indício de fraude, o candidato não é diplomado e perde o direito ao exercício do cargo, sofrendo a chamada “degola”. Evidentemente, a maioria dos candidatos da oposição eram “degolados”. Os candidatos legalmente diplomados prestam o compromisso regimental.⁶⁹

Contava o senador, ainda, com o apoio dos meios de comunicação oficiais do Partido Republicano Rio-Grandense, como o jornal “A Federação” e o próprio “Diário Popular” de Pelotas. Esses jornais, mais do que meros instrumentos de informação, eram transmissores de ordens dos líderes do partido aos seus filiados e leitores, ordenando afastamentos a opositores, apoios políticos que deveriam ser prestados e votos que deveriam ser efetivados e/ou impostos⁷⁰.

Porém, a principal base de apoio e poder era representada pelos laços de fidelidade firmados e exigidos pelo Senador. Para Pinheiro Machado, a violação dos laços de fidelidade gerava a consideração de que sua honra pessoal era violada, numa confusão entre disputas políticas e disputas pessoais. Uma clara demonstração foi no desafio lançado por Pinheiro Machado a Edmundo Bittencourt pelas críticas feitas pelo mesmo ao gaúcho no jornal “Correio da Manhã”. A disputa entre Bittencourt e

⁶⁹ NETO, Casimiro. Op. cit. p. 319.

⁷⁰ Um exemplo disso está presente no A Federação de número 50, de 1º de março de 1914 que, ao reproduzir matéria do Diário Popular de Pelotas, orienta o PRR a eleger Venceslau Bras à Presidência da República. A FEDERAÇÃO, 1º/03/1914, P. 1.

Machado, ocorrida na manhã de 23 de maio de 1906 teve como desfecho o ferimento do jornalista que teve a vida poupada pelo senador⁷¹.

A política, para Pinheiro Machado, era construída através de laços pessoais, o que levou a sua residência, primeiro na Tijuca e a seguir no Morro da Graça, a ser considerada como o verdadeiro gabinete presidencial, onde a verdadeira política nacional era tecida.

Pinheiro Machado, percebendo a importância do apoio dos estados secundários às diretrizes políticas nacionais, tratou de colocar-se como negociador oficial destes, formando uma bancada periférica estruturada em torno dos laços de fidelidade ao líder, fidelidade que recebia, em troca, a intervenção direta do Senador junto ao Executivo nacional em busca de solucionar problemas regionais que iam de financiamento de obras públicas ao apoio contra grupos oligárquicos opositores.

Esse conjunto de valores, construídos por Júlio de Castilhos e mantidos por Borges e Pinheiro Machado, que associava o gaúcho à fidelidade e à gratidão, devendo, por isso, serem demonstrados através da submissão ao partido e a seus líderes, esteve na base da tentativa de Pinheiro Machado de organizar o Partido Republicano Conservador em nível nacional, estendendo a confusão entre identidade e obediência ao líder para o povo brasileiro e, principalmente, para os donos do poder, os líderes agrícolas locais. Assim, a prática de manter relações com os líderes locais, coadunados a apoiar o poder central através da ligação com o partido oficial, tão presente no Rio Grande do Sul com o PRR, foi uma das premissas de estruturação do PRC.

Na relação de poder estruturada por Borges, a fidelidade do coronel não era com o Estado, e sim com o PRR, até porque o partido era o Estado dentro do processo de partidarização da máquina pública estruturada por Castilhos e, posteriormente, por Borges. O mesmo foi tentado por Pinheiro Machado em nível nacional, usando para isso Hermes da Fonseca e o Partido Republicano Conservador. Essa estratégia de consolidação de poder não pretende negar a existência de oposições fortes ao Partido Republicano Rio-Grandense no Rio Grande do Sul, o que seria uma insensatez, nem garantir uma fidelidade total ao partido, pois estas não resistiriam a uma análise do comportamento de diversos líderes republicanos que se afastaram do partido e passaram, inclusive, a comandar fortes grupos de oposição ao borgismo. Porém, não há como negar a obra de construção identitária representada pelo PRR e que, se a mesma

⁷¹ A FEDERAÇÃO, 23/05/1906, p. 1-2.

não foi capaz de impedir o surgimento de rachas e oposições, conseguiu permitir ao partido um domínio sobre a política gaúcha que durou mais de três décadas.

Ricardo Vélez Rodríguez identifica semelhanças entre as formas de construção de legitimação associadas à fidelidade por Pinheiro Machado e por Borges de Medeiros, mencionando que, na estrutura de poder montada em torno do Partido Republicano Rio-Grandense,

Favoreciam-se contratos para os negócios dos aliados, os advogados eram tratados com privilégios por serventuários e magistrados, a imprensa elogiava os amigos, para cujos eventuais crimes havia mais indulgência. Em contrapartida, os membros da facção oposta eram perseguidos pelas autoridades públicas, espezinhados pela imprensa alinhada e prejudicados profissionalmente. (...) Numa sociedade onde a fronteira entre o público e o privado era tênue, o funcionalismo representava uma fonte de renda e de poder. Na capacidade de trazer benefícios para a cidade, reunir eleitores e controlar o maior número possível de cargos, bem como acessar os canais de distribuição dos mesmos, residia o termômetro do prestígio de uma facção. As nomeações e os pedidos eram intermediados pelo chefe, que via nos cargos e nos contratos formas de compensações pelos gastos realizados de seu próprio bolso nas campanhas eleitorais. (...) O agraciado retribuía em lealdade ao coronel, mesmo que precisasse desconsiderar algum preceito ético ou legal. (...) No comando do Poder Executivo, Borges de Medeiros converteu-se no principal distribuidor de prebendar, condição que soube administrar de forma a forjar lealdades, dobrar dissidentes e, até mesmo, seduzir opositoristas.⁷²

A organização da fidelidade como uma ideologia política em si mesma, confundida fidelidade com submissão às diretrizes do líder Pinheiro Machado, esteve presente na fundação do Partido Republicano Conservador. Assim como já havia acontecido quando da elaboração do programa do Partido Republicano Federal⁷³, de Francisco Glycério, o PRC associava ordem, república e fidelidade partidária como se fossem sinônimos. Essa associação fica clara quando se lê o programa do Partido Republicano Conservador, fundado em 1910, e se compara o mesmo com o do PRF.

Não há incoerência inerente à configuração de Pinheiro Machado como líder coronelista e nem isso lhe desabona, pois assim se exercia a política nacional da época. Mesmo Rui Barbosa, arauto da política lícita e da democracia liberal, só pensou no absurdo do exercício do poder sem ligação com as massas quando candidato de oposição à máquina eleitoral que sustentava a candidatura de Hermes da Fonseca. Antes

⁷² RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. 1893: O Castilhismo e outras ideologias. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul – República Velha**. Passo Fundo: Méritos, 2007. Vol. 3 t. 1. p. 109-110.

⁷³ Para uma melhor análise dos laços de fidelidade e da submissão política pretendida pelos políticos paulistas em torno da fundação do Partido Republicano Federal, vide WITTER, José Sebastião. **República, política e partido**. Bauru: Edusc, 1999. p. 29.

de cruzar o país discursando pela moralidade política, foi ministro dos governos oligárquicos, esteve por trás do encilhamento no governo de Deodoro e só teve força por pertencer à estrutura política que dizia execrar nas eleições de 1910. Costa Porto menciona, ao analisar o coronelismo, que

o coronelismo, em sentido amplo, alargou o conceito primitivo, ultrapassando a moldura do senhor rural, do barão das casas-grandes, para abranger figuras novas: o bacharel advogado, o médico, o comerciante endinheirado, o armazenista financiador de safras, o farmacêutico, o tabelião, o vigário, as verdadeiras expressões eleitorais nos municípios e que, somando-se, formam a grandeza dos donos dos partidos. Prestígio que lhes advém da capacidade de fazer favores: o comerciante vendendo fiado ou emprestando dinheiro na entressafra, o médico receitando de graça, o advogado barrando as perseguições dos adversários pelo recurso à lei, o farmacêutico dando “mezinhas” e salvando vidas, o tabelião – maior que as autoridades do foro – facilitando tudo, desde o processo-crime até os inventários e as escrituras.⁷⁴

A visão dos partidos políticos como uma forma de institucionalização dos personalismos políticos tem a analisada fidelidade e submissão como fatores fundamentais. Campos Salles, por exemplo, não via com bons olhos a organização partidária, associando a disputa política à anarquia que fragilizava as instituições políticas do país. Para ele, a base da política era construída pelos líderes e pelos entes federados. Porém, o mesmo elegeu-se pelo PRF e tentou organizar um sistema que vinculasse os interesses dos estados ao seu comando.

⁷⁴ PORTO, Costa. **Pinheiro Machado e seu tempo**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985, p. 64.

3. PINHEIRO MACHADO E HERMES DA FONSECA⁷⁵.

Vindo de família com fortes ligações políticas, Hermes da Fonseca saiu do ministério da Guerra no governo de Afonso Pena para a Presidência da República sem antes ter sido deputado, Senador ou Presidente estadual. Seu tio era o Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro Presidente Republicano, seu irmão, Fonseca Hermes, havia sido deputado na Constituinte republicana e seu filho foi eleito deputado federal pela Bahia, sendo escolhido para líder da bancada do estado. Plena de significados, sua eleição revela o momento de maior demonstração do poder de Pinheiro Machado, ao mesmo tempo que incita a união de opositores que se preocupavam com a possibilidade de uma aliança Executivo-Legislativo em torno de Pinheiro Machado, e dos riscos inerentes a esta aliança para os interesses, tanto político quanto econômicos, da elite exportadora cafeeira do centro do país.

Os laços entre Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca são afirmados em livros como o de Mario Osório Magalhães e sua abordagem do tema é emblemática das afirmações que não parecem ter mais confirmações do que as pensadas pelos autores. Afirma o historiador pelotense que

Ocorre, porém, que não era só Borges de Medeiros quem apoiava Hermes da Fonseca. Por trás de tudo (e da própria determinação de Borges) estava o senador José Gomes Pinheiro Machado – o único político rio-grandense que teve real influência em âmbito federal durante a República Velha. Pinheiro Machado presidia, e controlava, a comissão parlamentar encarregada de reconhecer ou não a eleição dos membros do Congresso (porque não reconhecia, às vezes, era chamada, por motivos óbvios, de “comissão da degola”). Tinha influência no legislativo porque jogava com os interesses da oligarquia; mas sabia que jamais lhe dariam condições de eleger-se a si próprio presidente da República.⁷⁶

O trecho selecionado menciona a participação de Pinheiro Machado e de Borges de Medeiros na candidatura de Hermes da Fonseca, e dá uma declaração a respeito da força política do Senador gaúcho e das manifestações de seu poder. Porém, a afirmação final, de que “sabia que jamais lhe dariam condições de eleger-se a si próprio presidente da República”, não traz confirmações maiores e parece incoerente com o próprio processo de concentração de poder organizado por Pinheiro Machado e que passou pela eleição de Hermes, a fundação do PRC e as tratativas em torno de seu nome e,

⁷⁵ Em anexo, biografia sucinta de Hermes da Fonseca.

⁷⁶ MAGALHÃES, Mario Osório. **História do Rio Grande do Sul (1626 – 1930)**. Pelotas: Armazém Literário, 2002, p. 89. Grifo nosso.

posteriormente, de Campos Salles, como sucessor de Hermes da Fonseca na cadeira presidencial.

A já mencionada autobiografia de João Neves da Fontoura trata o apoio de Borges de Medeiros à candidatura de Hermes da Fonseca de forma diferente, sem o apoio aberto mencionado por outros estudiosos do período. Para João Neves, que também não traz comprovações maiores do que suas impressões pessoais do período,

O Rio Grande republicano ficou ao lado de Hermes. Tinha de ficar, porque a luta inicialmente se travava contra uma candidatura oficial, forjada no Catete. Convém não esquecer que o Marechal era gaúcho, embora um tanto por acaso. Por outro lado, Pinheiro, como de costume, já se afundara em compromissos. E não havia margem para exaurá-lo. (...) Não obstante tantas razões para aceitar a candidatura do ilustre Marechal, o Sr. Borges de Medeiros não teve, a segui-lo, aquele entusiasmo que o acompanhara um ano antes na luta contra Abbott. A maior parte dos seus antigos correligionários do Bloco Acadêmico absteve-se de participar dos trabalhos de propaganda eleitoral. Eu fui um deles. Não tomei posição contrária por amor ao Partido e por conhecer as escusas, acima enumeradas. Não dei, porém, meu voto ao Marechal. Mantive-me ausente das festas que lhe fizeram quando visitou Porto Alegre nos princípios de 1910. A morte do Presidente Pena ainda mais agravou a paz interna.⁷⁷

Ao pesquisar os jornais do período, em especial “A Federação”, não se percebe a reticência mencionada por João Neves da Fontoura no apoio do PRR a Hermes da Fonseca. Pelo menos não nessa eleição de Hermes. O clima de desconfiança e racha interno é claramente notado na campanha senatorial de Hermes da Fonseca, posterior ao seu mandato como Presidente da República (até pela repercussão negativa do mandato presidencial de Hermes), mas não na campanha presidencial do mesmo. “A Federação” usa os já mencionados laços de fidelidade e a suposta identidade gaúcha para associar a ordem republicana à eleição do gaúcho à Presidência, e o nome de Pinheiro Machado não aparece como desabonador, e sim como chancelador da boa-fé da candidatura presidencial de Hermes. Claro, se há acusações contra Hermes e o apoio que recebia de Pinheiro Machado, essas brotavam dos jornais e discursos políticos dos apoiadores da campanha civilista.

Se a campanha presidencial foi tumultuada, o governo de Hermes da Fonseca mergulhou no caos a partir da própria tentativa do Presidente de se libertar das amarras que o prendiam ao Senador gaúcho. Para isso, tratou de aplicar uma política de substituição das oligarquias regionais que não se submetiam à União, uma atitude que escondia o ataque a algumas das mais importantes bases de poder de Pinheiro Machado.

⁷⁷ FONTOURA, João Neves da. Op cit. p. 120.

Este ganhava um opositor que era considerado parte de sua base mais fiel de poder e o governo presidencial atentava contra o negociador de suas pretensões junto aos governos estaduais.

3.1. As eleições e a oposição do civilismo.

Quanto às eleições de 1910 que deram ao marechal gaúcho Hermes da Fonseca a Presidência da República e suas vinculações ao PRR, a Borges e a Pinheiro Machado, a historiografia tradicional não é mais abundante do que sobre as demais relações elencadas acima. Nenhuma obra dedicou-se exclusivamente ao tema e a relação entre o militarismo de Hermes e o positivismo dos líderes gaúchos não é fruto de reflexões. Talvez o mesmo se dê por ser o positivismo, na época de Borges de Medeiros, uma pauta de princípios secundários ante a preocupação do líder em estruturar o poder regional e em se legitimar ante a morte de Júlio de Castilhos. Porém, deve ser mencionado o apoio gaúcho a Hermes e como a dicotomia entre política e militarismo não era presente na mentalidade do estado, pela própria formação militar do Rio Grande do Sul.

A configuração do militarismo como uma usurpação da configuração democrática nacional não era clara no estado que teve suas fronteiras definidas nos conflitos de fronteira. Loiva Otero Félix afirma que “o autoritarismo não é exclusivo do Rio Grande do Sul, mas inquestionavelmente, neste estado, ele toma um relevo significativo pelo próprio processo histórico gerador do uso da força e de tomada de decisões rápidas, o que, em geral, equivale a mando individual efetivo e autoritário.”⁷⁸ O que poderia desprestigiar o Presidente eleito, na mentalidade política estadual garantia-lhe legitimidade, sendo a força das armas uma natural salvaguarda contra os opositores da República. A análise do jornal oficial “A Federação”, no período eleitoral, deixa claro que, se não era do agrado de Borges de Medeiros a eleição presidencial de Hermes da Fonseca, tal oposição não foi transmitida aos correligionários, pois o jornal adere claramente à campanha de Hermes, associando a oposição a Hermes com a oposição a Borges de Medeiros e ao PRR⁷⁹. O editorial do jornal do dia posterior, 23 de julho de 1909, manifestava que “os republicanos exultaram, sentiram intenso júbilo cívico por ver que o eminentíssimo senador Pinheiro Machado, filho dilecto do

⁷⁸ FÉLIX, Loiva Otero. Op. Cit. p. 27.

⁷⁹ A FEDERAÇÃO, 22/07/1909, p. 1.

Riogrande e genuíno representante, diretor supremo da política nacional, havia solucionado a crise política indicando à Convenção o nome do ilustre marechal Hermes para a Presidência da República, indicação que mereceu os aplausos do grande chanceler brasileiro, o insigne Rio Branco.”⁸⁰

Pinheiro Machado empunhava, com orgulho, a alcunha de General, e o militarismo era considerado naturalmente uma salvaguarda contra os opositores da República. Assim, os crimes da revolução federalista eram diminuídos ante a consequência advinda do conflito, a confirmação da República através da estruturação no poder do estado do grupo ligado ao Partido Republicano Riograndense. Para Pinheiro Machado, Borges e os demais líderes do PRR, não havia mal inerente à campanha de Hermes, nem esta trazia qualquer problema que pudesse ser encarado como empecilho ao apoio regional ao gaúcho Hermes da Fonseca. Se no nordeste as vinculações políticas de líderes religiosos com movimentos sociais e grupos oligárquicos eram considerados naturais, no Rio Grande do Sul as vinculações políticas de militares com grupos oligárquicos eram considerados, igualmente, naturais.

Apesar do teor de nítida oposição ao caráter militar da candidatura Hermes da Fonseca, as críticas anteriormente feitas à participação do Exército na vida política Republicana não foram tão veementes e nem poderia ser, pois foi pelas mãos dos militares que foi construído o regime, não apenas pela liderança de Deodoro e Floriano Peixoto, mas desde a formação da associação entre militarismo e República. Esses laços parecem ter como ponto inicial a participação brasileira na Guerra do Paraguai (1864-1870), guerra na qual, inclusive, foi notável a participação gaúcha.

⁸⁰ A FEDERAÇÃO, 23/07/1909, p. 1.



Peça de campanha eleitoral de Rui Barbosa associando Hermes da Fonseca ao militarismo e a si à lei⁸¹

Também é possível analisar a importância da participação de Pinheiro Machado nas eleições de Hermes da Fonseca ao se constatar os números das eleições e a atuação do Comitê de Verificação sob comando do senador gaúcho. A força eleitoral de Rui Barbosa, candidato de oposição a Hermes, tinha sua base principal nas capitais, e foi nestas que as sessões eleitorais enfrentaram diversos problemas, não se abrindo pela falta de mesários ou tendo seus votos nulificados em massa. Fora o problema de que as sessões eleitorais simplesmente tenderam a desaparecer nos centros urbanos. Apesar disso, Pinheiro Machado não teve dificuldade alguma para referendar o resultado das urnas. Ainda, é possível verificar o interesse de Borges de Medeiros e do PRR na eleição de Hermes da Fonseca ao analisarmos a campanha dos jornais situacionistas a favor do militar gaúcho, e que mesmo a oposição identificava o candidato presidencial Hermes da Fonseca com o Partido Republicano Rio-Grandense, o que resultou no apoio dos federalistas gaúchos ao candidato Rui Barbosa, ganhando o pleito em Bagé, São Gabriel e Soledade.

Pinheiro Machado, em discurso feito ao Senado, reconhecia o seu papel na elaboração do programa político de Hermes da Fonseca mencionando que

Para que a Nação conheça o escrúpulo excessivo mesmo, do cuidado que desenvolvemos nessa ocasião quando travamos de escolher aquele que tinha de dirigir os destinos da Pátria republicana neste quadriênio, devo informar ao Senado que, certo de que o marechal não poderia esquivar-se às

⁸¹ Disponível em: Casa Rui Barbosa: http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/image/FotoMateria_1300.jpg&imgrefurl. Acessado em 22/03/2012.

imposições dos seus patrícios, combinamos desde logo fazer o rascunho do nosso programa político e o fizemos. Esse rascunho, que foi graçado a lapis pelo Sr. Francisco Salles, ainda existe. Feito o rascunho, levamo-nos à Assembléia onde, após a sua leitura, foi aprovado.⁸²

Se é incontestado o apoio de Pinheiro Machado para a eleição de Hermes da Fonseca, o fato de a mesma ter partido de uma indicação do Senador não o é. Não há documentos que indiquem ter Pinheiro Machado sugerido pela primeira vez o nome de Hermes da Fonseca como candidato presidencial e a historiografia a respeito do tema se divide sobre isso. Enquanto alguns analistas discorrem sobre a estratégia de Pinheiro Machado ter lançado a candidatura Hermes como forma de combater o poder do Jardim de Infância, outros por sua vez afirmam que Pinheiro Machado se juntou à candidatura de Hermes após ela já haver sido lançada. Nenhum dos dois, porém, apresenta documentos que comprovem o que defendem e nem esta dissertação encontrou fontes que pudessem levar a um posicionamento decisivo a respeito do tema.

Vera Lúcia Bogéa Lopes, na sua análise do assassinato de Pinheiro Machado e do que representou o mesmo para a política nacional, é um exemplo do referido acima. Para ela, “Pinheiro Machado não foi o idealizador da campanha de Hermes da Fonseca. Ele aderiu a ela ao perceber suas reais condições de êxito: o senador deslocava-se de acordo com as conformações do poder.”⁸³ Para justificar afirmação tão categórica, não são mencionadas fontes ou bases de sustentação da mesma. A mesma falta de indicações se faz sobre outra afirmação da autora, presente na mesma página, na qual ela menciona que “Resistir ao nome de Hermes poderia significar apreciar ao espetáculo da dissolução (ameaça de desorganização da vida constitucional do país e de ditadura) que poderia, inclusive, refletir no seu próprio estado, o Rio Grande do Sul.”

Já Ricardo Vélez Rodríguez é um claro exemplo de historiador que enxerga, na eleição de Hermes da Fonseca, uma estratégia política de Pinheiro Machado desde o lançamento da candidatura presidencial, ao afirmar que

O domínio de Pinheiro no plano nacional manifestou-se uma vez mais com a eleição do Marechal Hermes da Fonseca (mandato 1910-1914), obra exclusivamente sua. Pinheiro e Borges de Medeiros haviam percebido a fraqueza de caráter de Hermes e sua dependência do senador gaúcho.⁸⁴

⁸² Discurso de Pinheiro Machado ao Senado em 16 de novembro de 1911. In SILVA, Op. cit. p. 155.

⁸³ LOPES, Vera Lúcia Bogéa. Op. cit. p. 150.

⁸⁴ RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Op. cit. p. 88.

Talvez percebendo que a menção de seu nome poderia inviabilizar as adesões necessárias para que o partido ganhasse um efetivo caráter de atuação nacional, Pinheiro Machado excusou-se de fazer parte da comissão executiva do PRC, que teve como seus primeiros diretores Quintino Bocaiúva, Bias Fortes, Urbano dos Santos, Tavares de Lyra, Leopoldo Bulhões, Siqueira Menezes e Antônio Azeredo.

O caráter militar da campanha é salientado pela busca, por Pinheiro Machado, do apoio da cúpula das Forças Armadas à campanha e pelo apoio que a mesma recebeu por parte dos remanescentes do jacobinismo e do florianismo. Mesmo quando se busca contestar o caráter militar da campanha presidencial, militarismo esse que poderia associar seu organizador, Pinheiro Machado, ao autoritarismo da presença militar na política nacional, como tentou Ciro Silva na biografia do líder gaúcho, os argumentos mais encaminham a comprovação do militarismo do que refutam. Um exemplo é o artigo escrito por Cypriano Lage no *Jornal do Comércio* de 25 de setembro de 1949 que mencionava que

Nós tivemos um surto militar na candidatura Hermes, é inegável. Hoje está provado que Pinheiro era radicalmente contrário a ela. Teve, entretanto, a habilidade de converter tal candidatura numa candidatura civil, transformando-se em ordenança da vitória e acabando por tirar-lhe o vício de origem e dominar, no momento, a revolução disfarçada e empolgar todo o quadriênio.⁸⁵

Quanto à vinculação ou não da campanha de Hermes com um movimento pré-tenentista, esta não fica comprovada pelos documentos aos quais se teve acesso. Apesar de Hermes da Fonseca vir a ser um dos nomes mais fortes do movimento de contestação da baixa oficialidade aos rumos políticos do país dos cafeicultores, a campanha e o governo de Hermes da Fonseca não configuram e nem pretenderam representar uma alternativa às oligarquias no poder.

Ricardo Vélez Rodríguez, ao analisar as eleições de 1910, associa a mesma aos interesses de construção da hegemonia de Borges de Medeiros no comando do partido e do estado, após um período de contestações internas que haviam levado Borges, inclusive, a recuar apoiando como candidato oficial ao governo do estado Carlos Barbosa Gonçalves, em 1907. Assim, com o apoio do presidente eleito Hermes da Fonseca, Borges conseguiu reestruturar o seu poder no estado. Não só reestruturar seu poder como expandir seu poder político em nível nacional, como ficou comprovado

⁸⁵ JORNAL DO COMÉRCIO, 25/09/1949. Citado em: SILVA, 1951, Op. cit. p. 138.

pela nomeação de diversos gaúchos atrelados a Borges para cargos importantes da política nacional, agora liderada por Hermes da Fonseca. Em 1913, Borges reassumia o governo estadual solidificando sua chefia unipessoal.⁸⁶

Reside nas eleições presidenciais de 1910, inclusive, uma discórdia digna de ser mencionada por sua capacidade de evidenciar a problemática das certezas da historiografia a respeito da atuação política de Pinheiro Machado. É evidente, para os livros que refletem sobre a referida eleição, que a indicação de Hermes da Fonseca como candidato presidencial partiu de Pinheiro Machado. Porém, ao analisar as atas das sessões do Senado Federal da época da indicação do militar gaúcho e de análise da atuação do senador Machado, elas mencionam de forma constante que a indicação não partiu de Pinheiro Machado, inclusive havendo a acusação de que a vinculação entre Pinheiro Machado e a candidatura de Hermes da Fonseca seria instrumento dos civilistas para combater a candidatura referida. O próprio jornal “A Federação”, ao se referir à necessidade de seus correligionários de apoiarem Hermes nas urnas, menciona que o apoio posterior de Machado e Borges ao presidenciável gaúcho deveria ser encarado como digno de legitimar o voto em Hermes da Fonseca, tornando clara, ainda, a fidelidade exigida do eleitorado às decisões da cúpula partidária do PRR. O jornal “A Federação”, porém, entra em contradição pois, no dia 23 de julho de 1909, afirma em seu editorial que

os republicanos exultaram, sentiram intenso júbilo cívico por ver que o eminentíssimo senador Pinheiro Machado, filho dilecto do Riogrande e genuíno representante, diretor supremo da política nacional, havia solucionado a crise política indicando à Convenção o nome do illustre marechal Hermes para a presidência da República, indicação que mereceu os aplausos do grande chanceler brasileiro, o insigne Rio Branco.⁸⁷

Edgard Carone contradiz o pensamento geral de uma indicação do nome de Hermes da Fonseca partida de Pinheiro Machado. Segundo o autor, a candidatura tem sua proposição inicial não definida claramente, sendo mais fácil perceber os motivos da mesma contar com amplos apoios que lhe possibilitaram. Por exemplo, o apoio do militarismo estaria associado ao desejo de uma retomada do jacobinismo florianista, enquanto Pinheiro Machado teria condicionado a sua inserção à mesma desde que a candidatura presidencial de Hermes da Fonseca se fizesse dentro de rumos políticos, e

⁸⁶ RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez, 2007. Op. cit. p. 98.

⁸⁷ A FEDERAÇÃO, 23/07/1909, p.1.

não militares-revolucionários.⁸⁸ Já Pedro Calmon defende a visão da candidatura de Hermes da Fonseca como sendo uma estratégia de Pinheiro Machado para vingar-se de Afonso Pena e da tentativa de Pena de enfraquecer Machado ao apoiar o “Jardim de Infância”.⁸⁹

Se sofrem os jornais da falta de isenção que dificulta o processo de análise do período, não se deve descartar a possibilidade de comparação entre as visões conflitantes de jornais como o referido “A Federação” e “O Estado de São Paulo”. Na matéria intitulada “Vilania Política”, presente no jornal “A Federação”⁹⁰, manifesta o redator indignação quanto às críticas do jornal “O Estado de São Paulo” a Pinheiro Machado, manifestando que os líderes políticos de São Paulo sofriam de ingratidão, posto que foi graças a Pinheiro Machado que o estado conseguiu, junto ao governo federal, quinze milhões de empréstimo que salvaram o estado da bancarrota, empréstimo obtido graças à intermediação particular do Senador. No artigo do “Estado de São Paulo”, Pinheiro Machado era responsabilizado por ter lançado a candidatura de Hermes da Fonseca.

Essa questão ideológica dos jornais do período também pode ser usada para analisar o opositor de Hermes da Fonseca, Rui Barbosa. Enquanto os jornais civilistas ressaltavam o pleito como uma disputa entre a democracia parlamentar representada por Rui Barbosa e o centralismo autoritário representado por Hermes da Fonseca, os jornais hermistas demonstravam que Rui Barbosa não era tão democrático e coerente quanto pretendia considerar-se, associando-o a erros dos governos republicanos, dos quais o mais mencionado era a política do encilhamento que havia levado a nação à desorganização econômica. O próprio teor oposicionista de Hermes da Fonseca era aumentado ou atenuado conforme as conveniências dos grupos situacionistas e oposicionistas. Hélio Silva e Maria Cecília Ribas Carneiro defendem uma das visões sobre o civilismo de Rui Barbosa ao escreverem que “A Campanha Civilista foi a primeira luta democrática da República. Rui, a voz mais possante daquele tempo, (...) denunciou (...) a fraude das eleições viciadas e a apuração de resultados cavilosos.”⁹¹

A constante menção ao Senador nos jornais, sejam de situação ou de oposição, também evidencia a força política do mesmo. Vera Lúcia Lopes, ao analisar sobre o

⁸⁸ CARONE, Edgard. Op. cit. p. 234-235.

⁸⁹ CALMON, Pedro. **História social do Brasil, volume 3: a época republicana**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 176.

⁹⁰ A FEDERAÇÃO, 26/07/1909, p.1. Artigo “A Vilania Política”

⁹¹ SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **Os Presidentes – Hermes da Fonseca**. São Paulo: Grupo de Comunicações Três, 1983.

assassinato do Senador e a débil investigação sobre o mesmo, trata a veemência da crítica dos jornais comprometidos com as oligarquias cafeeiras a Pinheiro Machado como uma denúncia do poder do Senador e de quanto ele ameaçava as elites tradicionais. Comenta que “Seu eleitorado não se restringia ao Rio Grande do Sul, seus tentáculos eram sentidos em outros estados da federação através de alianças. Um traço que talvez possa nos ajudar é a sua lealdade”⁹².

Não pode ser considerada a candidatura de Hermes da Fonseca como de oposição aos rumos estipulados pelos cafeicultores para o Brasil. A própria presença de Pinheiro Machado nela e os vínculos que ele mantinha com as oligarquias do centro do país já servem para desfigurar a impressão que poderia passar o apoio de São Paulo à campanha civilista de Rui Barbosa. O apoio de Nilo Peçanha à candidatura do militar gaúcho também ajuda a desfazer o caráter inovador da chapa Hermes da Fonseca – Venceslau Bras.

Porém, se Hermes não pode ser considerado candidato de oposição, o mesmo papel não cabe à chapa Rui Barbosa – Albuquerque Lins. Apesar dos discursos de Rui Barbosa e da denúncia que fazia dos descaminhos da República brasileira dominada pelos cafeicultores, o Senador baiano esteve no poder desde a Proclamação da República e, sem dúvida alguma, ajudou a construir a república que agora era alvo de seus ataques. Considerando-se, ainda, que um país comandado pelos interesses do café não teria espaço para a eleição de alguém que ameaçasse o pacto de defesa do café, Pinheiro e Hermes não podem definitivamente ser mencionados como novidade substancial na forma de comandar a Nação.

Outra consideração que deve ser feita a respeito dos estudos historiográficos da política gaúcha durante a República Velha e as relações desvendadas nas eleições presidenciais de Hermes da Fonseca é a presença de uma visão idealista de política no julgamento dos atos da época. Partindo de premissas de uma democracia ideal, entendida esta como isenta das manipulações que foram tão presentes no Brasil dos cafeicultores, o julgamento da forma como se fez política no período só pode conduzir a uma visão negativa.

Porém, ao julgarem dessa forma a política brasileira do período, incorrem as análises históricas no erro de julgar uma sociedade a partir de premissas que não eram prioritárias para a mesma. Assim, organizações políticas que se estruturam de forma

⁹² LOPES, Vera Lúcia. Op. cit. p. 100.

diferente da proposta pelo constitucionalismo e racionalismo do Estado passam a ser execradas, não percebendo os analistas das organizações estatais que, muitas vezes, o poder se evidencia de acordo com as necessidades da sociedade representada. Julgar a atuação dos políticos gaúchos, durante a República Velha, a partir de ideais que não eram fundamentais para esta sociedade é ignorar o perigo do etnocentrismo, da visão evolucionista há tanto superada na história. Como entender políticos que exerciam o poder sem contatos maiores com as camadas populares se não se perceber que, durante a República Velha, a base do poder não residia na soberania popular, mas nos acordos entre as elites regionais, estruturadas em torno de um centro cafeicultor nacional? O estudo político brasileiro deve respeitar as singularidades da sociedade nacional e as limitações da atuação popular nos períodos estudados pois, se assim não ocorrer, o pré-julgamento segundo premissas estranhas irá invalidar os estudos, tirando dos mesmos a singularidade inerente a uma sociedade na qual os conceitos de cidadania e de soberania popular ainda hoje não estão consolidados. Novamente recorrendo a Loiva Otero Félix,

“a legitimidade do poder expressa pela idéia da soberania, exteriorizada na eleição, é uma invocação de pequena parte da sociedade, de uma elite impregnada de idéias estrangeiras. Para a grande maioria da nação a legitimidade é a fidelidade aos seus chefes e justifica, então, todos os meios fraudulentos para comandá-los ou mantê-los no poder.”⁹³

Além disso, embora o teor ideológico esteja bastante atenuado na atuação política de Borges de Medeiros e de Pinheiro Machado após a morte de Júlio de Castilhos, e o salvacionismo jacobinista fosse menos presente em Hermes da Fonseca do que em outros companheiros de farda, a estrutura de poder defendida pelos três líderes políticos não é pautada em uma efetiva participação popular ou num parlamento forte. Não há como exigir dos mesmos o respeito a premissas que não constituíam a base das estruturas de poder desejadas pelos mesmos.

Não criaram Pinheiro Machado e Borges de Medeiros uma forma nova de fazer políticas e alianças, aproveitando-se os mesmos de uma estrutura de poder já existente em nosso país. Pinheiro Machado não manipula a política, como acusado pelos seus execradores, apenas é mestre em usar a mesma para benefício próprio e do Partido Republicano Rio-Grandense. Munhoz da Rocha, apesar do teor de reverência de seu texto sobre Pinheiro Machado, parece haver entendido o que estava em jogo ao afirmar que

⁹³ FÉLIX, Loiva Otero. Op. cit. p. 38.

Pinheiro Machado não inovou, não modificou. Apenas ampliou, servido por sua energia indomável e por sua incomparável capacidade de comando, o nosso caciquismo, o nosso mandonismo, o mandonismo nacional, ora paternalista e protetor, ora agressivo e exclusivista.⁹⁴

Ricardo Vélez Rodríguez, buscando demonstrar a diferenciação entre os ideais iluministas que norteiam as tradicionais análises políticas e o positivismo que estruturou o poder do Partido Republicano Rio-Grandense e de Pinheiro Machado, radicaliza ao afirmar que

Enquanto o ideal republicano tinha brotado, no seio do pensamento moderno, sob a luz da Declaração dos Direitos do Homem, de 1789, que inspirou a Revolução Francesa enfatizando a igualdade política e social de todos os cidadãos e a consagração das liberdades, o ideal comtiano, pelo contrário, era de índole medieval; sua finalidade consistia na implantação do regime sociocrático; “concebido à imagem do sistema político estruturado na Idade Média, correspondendo aproximadamente aos Estados Totalitários surgidos em nosso século.”⁹⁵

A máquina pública nacional, desde o tempo em que o Brasil era a mais lucrativa colônia portuguesa, caracterizou-se pela falta de capacidade de atender às necessidades das diversas sociedades dentro de uma mesma nação e, ante a carência do Estado em se fazer presente em todo o território nacional, um espaço foi aberto para que líderes locais montassem potentados legitimados pela prestação de serviços que deveriam ser atendidos pelo Estado. Assim se manifesta Victor Nunes Leal, que diz que

“Erraria, porém, quem só quisesse observar no “coronelismo” os aspectos negativos de sua presença ou de sua ação. Para manter a liderança, o “coronel” sente a necessidade de se apresentar como campeão de melhoramentos locais, senão para contentar os amigos, pelo menos para silenciar os adversários. E o prestígio político de que desfruta o habilita como advogado dos interesses locais.”⁹⁶

Essa visão da forma peculiar de formação ideológica da massa eleitoral durante a República Velha vai ao encontro da visão defendida por Costa Porto ao criticar a visão tradicionalmente negativa a respeito do coronelismo a partir de um endeusamento da soberania popular. Defendem os autores, ou levam a ser aceita, a idéia do coronelismo e do distanciamento entre a elite dirigente nacional, no período da república oligárquica, e as camadas populares, como fenômeno característico de uma sociedade na qual a

⁹⁴ ROCHA, Munhoz da. Prefácio. In: PORTO, Costa. **Pinheiro Machado e seu tempo**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985, p. 8.

⁹⁵ RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Op. cit. p. 36.

⁹⁶ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1949.

consciência popular não pode ser impregnada de ideais esquerdistas típicos da Europa do final do século XIX e início do XX. O Estado nacional e suas representações federativas, pela ausência de demandas mais conscientes ou estruturadas da maioria social, construiu uma relação paternalista e opressora, única forma de poder entendida e aceita pela coletividade. Claro que, em nome da perpetuação de seu poder, as elites regionais rurais tendiam a acentuar os laços de fidelidade baseados no clientelismo e no medo e a impedir quaisquer outras formas de relação Estado-sociedade.

Se a visão iluminista da legitimação do poder pelos benefícios feitos à coletividade é relativizada em nome de uma visão mais ligada a personalismos, abre-se a possibilidade para que um leque de atitudes sejam praticadas em nome da consolidação do poder personalista: clientelismo, paternalismo, nepotismo. Mais do que isso, se o personalismo é característica marcante a ponto de ser aceito por uma significativa parcela da sociedade brasileira com naturalidade, suas manifestações e distorções não são vistas como negativas, e sim como instrumentos de disputas políticas, como o voto e o confronto de idéias o são para democracias mais sólidas.

Mesmo porque o coronelismo não se estrutura baseado apenas na coação e na manipulação das massas, mas também na concessão de privilégios a amplos setores da sociedade permitindo, por exemplo, o acesso a alguma forma de justiça pelos moradores dos currais eleitorais nacionais. O líder local poderia, por exemplo, possibilitar benefícios e punições que a justiça formal não conseguia levar a todo o território nacional.

A disputa eleitoral de Hermes da Fonseca contra Rui Barbosa e o lançamento, por este, da Campanha Civilista, foi o momento em que se chegou mais próximo de uma disputa eleitoral efetiva durante a República Velha.

Os jornais da época retrataram os lados aos quais se filiavam. Se o jornal “A Federação” menosprezava a campanha civilista de Rui Barbosa, o jornal “Correio da Manhã” enaltecia a mesma campanha como a primeira preocupada em chamar as camadas populares à decisão política nacional. O mesmo “Correio da Manhã” havia tentado, anteriormente, inviabilizar a candidatura de Hermes da Fonseca alegando que, por não ser eleitor (pelo caráter militar) não poderia ser eleito⁹⁷. O caráter militar da candidatura volta a ser mencionado pelo jornal no dia 26 de fevereiro de 1910, na

⁹⁷ CORREIO DA MANHÃ, 24/02/1910, p. 1.

edição de número 3146. O título já deixa clara a oposição à candidatura de Hermes e o uso do argumento supracitado: “A candidatura Hermes é candidatura militar”.

Dando ampla cobertura ao civilismo, o referido jornal exaltava o caráter popular e espontâneo do apoio à candidatura de Rui Barbosa, em choque com o caráter elitista e politiquês da candidatura de Hermes da Fonseca⁹⁸.

Luiz Antônio Farias Duarte, na sua dissertação de mestrado⁹⁹, realiza notável análise comparativa dos jornais “Correio da Manhã” e “A Federação” nas formas com que trataram a atuação política de Pinheiro Machado. No terceiro momento da comparação, de 24 de fevereiro a 1º de março de 1910, faz o cotejamento da forma como as eleições de 1910 foram tratadas pelos jornais em questão, sendo interessante a convicção transmitida pelo “Correio da Manhã” a respeito da vitória iminente do civilismo¹⁰⁰. Rui Barbosa é associado à salvação da República brasileira: “Affirmámos que ao sr. Rui Barbosa caberá amanhã a victoria, e o reaffirmámos. Não pode ser vencida uma causa que, além de justa, é a causa da Nação (...)”¹⁰¹ Já “A Federação” antecipa a vitória de Hermes da Fonseca, como na edição de número 46, de 25 de fevereiro de 1910, página 2. No jornal do dia posterior, faz-se o questionamento a respeito da cobertura política feita pelos jornais civilistas. No dia 27 de fevereiro, um argumento de oposição à constante associação de Hermes de Fonseca ao militarismo: se Hermes representava o militarismo, Rui Barbosa representava a tomada do poder pelos apoiadores e conselheiros da monarquia¹⁰². Se Pinheiro Machado buscava desatrelar seu nome da candidatura presidencial de Hermes da Fonseca, o Partido Republicano Rio-Grandense fazia exatamente o contrário, atrelando orgulhosamente o nome do senador à viabilização da candidatura, que prenunciava vitoriosa, de Hermes da Fonseca¹⁰³. Na própria edição de comemoração da vitória de Hermes da Fonseca, “A Federação” celebrava a aliança do Presidente da República eleito com os próceres do Partido Republicano Rio-Grandense:

⁹⁸ CORREIO DA MANHÃ, 25/02/1910, p. 1-2.

⁹⁹ DUARTE, Luiz Antônio Farias. **Imprensa e poder no Brasil – 1901/1915 – Estudo da construção da personagem Pinheiro Machado pelos jornais Correio da Manhã (RJ) e A Federação (RS)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS para a obtenção do Grau de Mestre em Comunicação e Informação, sob orientação da Profa Dra. Karla Maria Müller. Porto Alegre, 2007.

¹⁰⁰ DUARTE, 2007, Op. cit. p. 107-108.

¹⁰¹ CORREIO DA MANHÃ, 28/02/1910, p. 1.

¹⁰² A FEDERAÇÃO, 28/02/1910, p. 8.

¹⁰³ A FEDERAÇÃO, 1º/03/1910, p. 1.

Viva a Republica!
Viva o marechal Hermes da Fonseca!
Viva o dr. Venceslau Bras!
Viva o senador Pinheiro Machado!¹⁰⁴

Na mesma página, o jornal afirmava:

Pinheiro Machado, o gaúcho imperterrito, cuja envergadura de aço não se abate nunca na defesa da obra republicana, Pinheiro Machado, o general do exército de patriotas, o homem que nada aspira para si, que afasta da sua personalidade as posições de mando, Pinheiro Machado ganhou hoje mais uma victoria, enriqueceu com mais um ramo de louro a coroa que o Brasil lhe vae entretecendo sobre a cabeça veneranda.

Posteriormente, a dissertação acima citada observa que, apesar da auto-intitulada isenção política, o comandante do jornal “Correio da Manhã”, Edmundo Bittencourt, possuía ligações pessoais com o candidato Rui Barbosa que vinham desde a época em que ambos trabalharam no jornal A Imprensa¹⁰⁵. Em seguida, Luiz Antônio Duarte enumera argumentos que desconstroem a independência política do “Correio da Manhã”, identificando que a mesma manipulação dos dados feita pelo jornal “A Federação” é feita também pelo “Correio da Manhã”.

Os candidatos escolheram formas diferentes de campanhas políticas: Rui Barbosa o discurso e a ligação com o eleitorado nacional, Hermes da Fonseca o conchavo político e a cobrança de fidelidade aos partidários do mando de Pinheiro Machado. Substancialmente o entendimento da política nacional da época fez com que Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca não fizessem grandes comícios ou discursos no legislativo nacional, afinal, a fidelidade ao líder era entendida, como mencionado anteriormente, como a base do poder político e assim agiu o Senador gaúcho. A avassaladora eleição de seu candidato comprova o acerto de sua estratégia política e a impertinência em atribuir um valor à conscientização do eleitorado nacional que não era a chave do jogo político-eleitoral do período.

¹⁰⁴ A FEDERAÇÃO, 1º/03/1910, p. 1.

¹⁰⁵ DUARTE, 2007. Op. cit. p. 136-137.



Rui Barbosa, durante a Campanha Civilista, em foto que retrata o caráter popular que o político baiano pretendia dar à sua candidatura.¹⁰⁶

A partir do momento em que se estabeleceu o vínculo indissociável entre os interesses de Pinheiro Machado, de Borges de Medeiros e do PRR, perde o sentido perguntar se o Senador levou ou não a bandeira do partido no apoio que prestou à campanha presidencial de Hermes da Fonseca. Afinal de contas, se os interesses são indissociáveis, obviamente a candidatura de Hermes da Fonseca havia partido de interesses do partido base do poder de Pinheiro Machado. Porém, não foram achados discursos e artigos nos quais o Senador tenha usado o nome do partido em outras regiões que não no Rio Grande do Sul para angariar apoios políticos. Se a ligação entre o Senador e o partido é comprovada através da forte correspondência firmada entre Pinheiro e Borges de Medeiros, ela não era mencionada em discursos do Senador no legislativo nacional. Então, como se chega à conclusão dos vínculos entre Pinheiro Machado, Borges de Medeiros e o Partido Republicano Rio-Grandense? Analisando os telegramas e discursos nos quais os líderes discutem assuntos de interesse do Rio Grande do Sul e Borges de Medeiros posiciona-se sobre a pertinência da ocupação de cargos públicos nacionais por personalidades de situação e de oposição aos interesses dos líderes gaúchos. A influência não é apenas de Borges de Medeiros sobre Pinheiro Machado, pois inúmeros telegramas de Borges aos demais líderes estaduais mencionam que decisões só seriam tomadas após a consulta a Pinheiro Machado. É o que ocorreu,

¹⁰⁶

Disponível em: Casa Rui Barbosa:
http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/image/FotoMateria_1301.jpg&imgrefurl Acessado em
 22/03/2012.

por exemplo, com a discussão acerca de políticas de valorização do charque ou das formas de se precaver contra as alianças entre grupos caudilhescos do Uruguai e grupos federalistas gaúchos. Já Borges de Medeiros, diversas vezes, manifesta o desejo de indicações políticas a cargos públicos nacionais e orienta as melhores formas de atuação de Pinheiro Machado na busca de recursos para o Rio Grande do Sul.

Segundo Margaret Bakos, a escolha de Rui Barbosa para combater a candidatura presidencial de Hermes da Fonseca teria estimulado o apoio do Partido Republicano Rio-Grandense ao gaúcho, pois o nome do Senador baiano era mal visto desde o governo provisório de Deodoro da Fonseca quando, na tentativa de industrializar o país, o então ministro da fazenda colocou em prática um processo de emissão de capitais que gerou um violento processo inflacionário conhecido como Política do Encilhamento. Esse processo de inflação e desvalorização monetária prejudicou a economia gaúcha, voltada para o mercado interno e que, ao contrário da produção cafeeira do centro do país, não se beneficiou da situação econômica nacional¹⁰⁷.

Quanto à relação entre Hermes da Fonseca e o Partido Republicano Rio-Grandense, ela não foi capaz de impedir fortes oposições ao apoio oficial do partido ao militar gaúcho. Se juntarmos à eleição e mandato presidencial de Hermes a sua indicação ao Senado Federal, teremos o seu nome ligado a um grande cisma no partido, que passou pela candidatura oposicionista de Ramiro Barcellos ao governo estadual e pela aliança entre os federalistas e os republicanos descontentes na eleição e posterior Revolução de 1923. As promessas presidenciais de Hermes da Fonseca não foram mais notórias para o Rio Grande do Sul do que as feitas por outros candidatos anteriores e seu nome não empolgou o eleitorado regional, o que fica comprovado pelo número de votos que conseguiu no estado e que não foi tão substancialmente maior do que o atingido em outros entes da federação brasileira. Assim, a candidatura e o apoio do Rio Grande do Sul a ela estava mais ligada à figura de Pinheiro Machado e ao sentimento regionalista incentivado pelos jornais ligados ao PRR do que por uma simpatia popular às propostas políticas de Hermes. Assim, apesar da previamente citada vitória de Rui Barbosa em Bagé, São Gabriel e Soledade, os votos do candidato baiano no Rio Grande do Sul não chegaram a 20 mil.

¹⁰⁷ BAKOS, Margaret. Política na sala de visitas, in: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul – República Velha**. Passo Fundo: Méritos, 2007. Vol. 3 t. 1, p. 181.

3.2. O salvacionismo e o ataque à aliança de Pinheiro Machado com as elites regionais.

Ao contrário da historiografia sobre o período, que apontava o marechal como um instrumento político do senador, o governo de Hermes da Fonseca foi marcado pela relativa busca de autonomia política, demonstrada no salvacionismo comandado pelo Presidente e que se voltou, em diversos casos, contra famílias apoiadoras de Pinheiro Machado. Utilizando novamente a técnica da busca de uma conciliação que conservasse, ao mesmo tempo, sua posição política e a segurança do regime republicano que julgava defender, Pinheiro Machado utilizou a tribuna do Senado Federal para reafirmar o apoio ao Presidente da República, utilizando dessa estratégia para retomar a influência sobre Hermes da Fonseca, como indica o discurso feito no Senado por Pinheiro Machado a 29 de dezembro de 1913, no qual mencionava que “estou certo de que, sejam quais forem as situações que ele (Hermes da Fonseca) tenha de atravessar, há de ter a seu lado, quando empalidecer o sol de sua administração, amigos fiéis, dedicados e zelosos de seu bom nome, capazes de o defender com denodo e impavidez próprios dos homens de convicção”¹⁰⁸

Hermes da Fonseca contava com amplo apoio dos setores militares e admiração dos políticos mais eminentes da Nação. Foi apoiador do movimento republicano postando-se ao lado do tio Deodoro da Fonseca. No governo de Floriano Peixoto, já no posto de coronel, combateu a Revolta da Armada e tornou-se símbolo republicano ao enfrentar diversas revoltas contra os Presidentes republicanos. O presidente Afonso Pena, ao subir ao poder, confiou-lhe a pasta da Guerra. Hermes comandou, então, um processo de modernização das Forças Armadas, percorrendo a Europa para realizar compras e modernizar as armas brasileiras.

Seu mandato presidencial foi marcado pela confusão e pelas revoltas internas. Foram motivos importantes para o desgoverno de seu quadriênio não contar o Presidente com o apoio de São Paulo e Minas e ter tentado se afastar de Pinheiro Machado, ficando sem bases para governar, até pela oposição sistemática dos civilistas, sob comando de Rui Barbosa. Deve ser mencionada, ainda, a crise econômica e financeira provocada pelos governos anteriores. O próprio Pinheiro Machado contraiu

¹⁰⁸ BORGES, 2004, Op. cit. p.187.

empréstimos sem juros para ajudar o governo de Hermes a honrar o pagamento da dívida externa.



Revista Fon-Fon de 5 de março de 1910, ironiza a relação entre o Senador Pinheiro Machado e seu instrumento político, o Presidente Hermes da Fonseca – A legenda da capa do jornal mencionava como título “Chantecler – o galo-mor cocoricando no terreno da política”¹⁰⁹

¹⁰⁹ Disponível em: Arquivo digitalizado da revista Fon-Fon: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon_1910/fonfon_1910_010.pdf.. Acessado em 22/03/2012.

Pinheiro, de volta à vice-presidência do Senado Federal a partir de 1912 vencendo Rui Barbosa, tentou trazer um pouco de ordem apelando para a velha solução dos laços de fidelidade através do Partido Republicano Conservador.

O Partido Republicano Conservador buscava retomar os objetivos do Partido Republicano Federal, órgão central dos Partidos Republicanos regionais dirigido pelos Partido Republicano carioca (PRRJ), mineiro (PRM) e paulista (PRP) e por líderes como Quintino Bocayuva e Francisco Glycério. Este partido com pretensões nacionais não conseguiu garantir o apoio dos estados secundários aos seus ditames, precisando do poder de negociação de Pinheiro Machado. Em ambos os partidos as formas de atuação, baseadas na busca de laços de fidelidade que garantissem a onipresença de seus líderes, eram diferentes das cartilhas definidoras de suas ideias: ambos se diziam criados para garantir a República contra seus opositores internos e defender a Constituição, além de estabelecer políticas em comum que beneficiassem a todos os entes federados o que, na prática, se transformou em partidos policialescos ou que, pelo menos, tentaram assim agir.

O Partido Republicano Conservador, fundado dias antes da posse de Hermes da Fonseca, pretendia reunir as forças políticas nacionais em torno da fidelidade à República e ao seu líder, o recém-eleito Hermes da Fonseca. Porém, tal fidelidade terminava por ser associada ao senador Pinheiro Machado, visando construir em nível nacional um instrumento de poder a favor do senador, nos moldes do PRR e de sua relação com Borges de Medeiros. A seção paulista não apoiou e a fidelidade ao senador nunca foi total, assim como o partido não conseguiu garantir a fidelidade de seus partidários. A incoerência entre a proposta oficial do PRC e sua realidade de enquadramento político inviabilizou a fidelidade e a continuidade da existência do partido.

Hermes da Fonseca aplicou em seu governo a chamada política de Salvação Nacional, que consistiu na substituição de grupos oligárquicos por outros alinhados às diretrizes do Presidente¹¹⁰. A princípio, o salvacionismo de Hermes poderia ser confundido com o desejo de fortalecimento do poder central que caracterizou a Política dos Governadores, porém, tal argumento não resiste a uma análise mais pormenorizada dos representantes de Hermes da Fonseca impostos nos comandos dos estados que sofreram intervenções. Não representavam os mesmos mudanças na forma de

¹¹⁰ Para uma visão pormenorizada das intervenções estaduais promovidas pelo salvacionismo de Hermes da Fonseca, consultar SILVA, 1983, Op. cit. p. 34 a 42.

estruturarem o seu poder e nem se fortalecia o poder central que, bem ao contrário, se tornava mais dependente dos mesmos grupos colocados no poder para manter a ordem regional afetada pelas nomeações da União.

A primeira intervenção federal se deu no Rio de Janeiro, dividido entre as lideranças de Nilo Peçanha e de Alfredo Backer, com os políticos do estado divididos nos grupos dos dois políticos. Em apoio a Nilo Peçanha, a União empossou um Presidente estadual simpático a este. Em seguida vieram as intervenções na Bahia e em Pernambuco.

Em Pernambuco, Hermes buscou enfraquecer o líder político nordestino Francisco de Assis Rosa e Silva, adversário de Pinheiro Machado. Apesar da inimizade política entre estes dois, Rosa e Silva havia sido decisivo na rejeição da candidatura de Rui Barbosa e não possuía conflitos maiores com o poder do Senador gaúcho. Mesmo assim, Hermes pretendia beneficiar o seu ministro da Guerra, General Emídio Dantas Barreto, próximo de Pinheiro Machado. Encarado como uma continuidade do projeto de alguns setores do militarismo nacional de retorno ao poder, ressaltando a visão do Exército como responsável pela purificação da política nacional, visão esta que marcou e marca ainda a vida republicana brasileira, Dantas Barreto ganhou o apoio dos colegas de farda e comandou uma campanha pelo governo estadual com forte presença de palavras de ordem caras ao militarismo nacional. No meio de conflitos e revoltas, Hermes da Fonseca acabou por empossar o militar à força no governo estadual.

Na Bahia, por sua vez, o Presidente interveio em apoio ao ministro J. J. Seabra que disputava o governo estadual contra João Santos, político tradicional e apoiado por Rui Barbosa. A reação à imposição de J. J. Seabra partiu de José Marcelino e Severino Vieira, que contavam com a maioria do legislativo estadual. Ignorando a impopularidade da medida, Hermes e parte do PRC impuseram J. J. Seabra no governo estadual baiano e Júlio Brandão no governo de Salvador.

Ante o flagrante desrespeito às oligarquias regionais, o Partido Republicano Conservador se dividiu, mesmo porque o salvacionismo em diversos estados não teve o apoio de Pinheiro Machado. O partido, que deveria servir de base de sustentação para Hermes da Fonseca, foi dividido pelo mesmo e a autoridade política de Pinheiro Machado foi posta em cheque frente ao seu apoio ao Presidente ou a grupos que se sentiam representados pelo Senador gaúcho. A oposição, percebendo o clima de desafio ao poder de Pinheiro Machado, passou a usar as decisões de Hermes da Fonseca para enfraquecer o Senador.

O contra-ataque de Pinheiro Machado à intervenção federal no Norte e Nordeste do país, bases políticas aliadas ao Senador, partiu do seu apoio a Floro Bartolomeu no Ceará e na vitória deste contra o salvacionismo de Hermes que pretendia retirá-lo do poder estadual. Com a intervenção de Padre Cícero e seu exército de beatos, Floro Bartolomeu venceu as tropas centrais organizadas em torno de Franco Rabelo e Pinheiro Machado demonstrou que ainda possuía poder suficiente para se opor às rebeldias do Presidente da República.

Um novo ataque às bases de apoio de Pinheiro Machado ocorreu nas Alagoas, onde a família dos Malta governava contando com o apoio de Pinheiro Machado. Hermes da Fonseca apeou a família do poder do estado apoiando os opositores unidos em torno da candidatura do general Clodoaldo da Fonseca, primo-irmão do presidente, que nunca fora político, tendo como bandeira política a participação ativa na propaganda republicana e o apoio que recebia do filho de Hermes da Fonseca.

O clima de oposição ao Presidente e a falta de laços dos laços de fidelidade que mantinham Pinheiro Machado, e poderiam ter apoiado Hermes da Fonseca, enfraqueceram o governo, que se deu sob Estado de Sítio. A saída para o Presidente foi voltar a se aproximar de Pinheiro Machado, que chegou a negociar diretamente com os marinheiros no episódio da sublevação que ficou conhecido como Revolta da Chibata. Neste, Pinheiro Machado usou de sua identificação de militar para estabelecer o diálogo entre os marujos e o governo central.

Hélio Silva e Maria Cecília Ribas, no livro em que analisam o Presidente Hermes da Fonseca, colocam longo depoimento de José Carlos Carvalho, oficial da marinha e deputado federal gaúcho que menciona, de forma clara, a participação de Pinheiro Machado nas tratativas para acabar com a revolta dos marinheiros:

O sr. General Pinheiro Machado era de opinião que eu fosse oficiosamente a bordo dos couraçados Minas Gerais e São Paulo e dos demais navios que estavam revoltados, para saber o que havia de real e o que era necessário fazer para sair-se de tão inesperada e aflitiva situação.

- Declarei imediatamente que estava pronto para cumprir as ordens do meu chefe e amigo, tanto mais honroso para mim esse dever, que improtava em servir à minha classe, à República e ao marechal Hermes, que agora iniciava as responsabilidades de seu governo.

- Fardei-me e dirigi-me em seguida para o arsenal da Marinha na companhia do dr. Rodolfo de Miranda.¹¹¹

¹¹¹ SILVA, 1983. Op. cit. p. 94 – 95.

Também menciona o livro supracitado a participação de Pinheiro Machado nas tratativas finais da revolta, defendendo o uso da anistia como uma estratégia política, devendo ser concedida apenas depois da entrega dos navios e da submissão dos marinheiros aos oficiais, até porque pensava que o governo, já tão contestado, não deveria dar novas demonstrações de fraqueza. Acabou por vencer a proposta de Rui Barbosa de anistia a todos os envolvidos, sem concessões, o que é sabido que acabou se convertendo na violenta repressão à guiza de traição aos marinheiros revoltosos.



Foto do casamento de Hermes da Fonseca com Nair de Teffé.¹¹²

No período de 1913 a 1915 Pinheiro Machado aproveitou Nair de Teffé¹¹³ para se reaproximar de Hermes da Fonseca e passar a dirigir a Nação comandando

¹¹² Disponível em: Rio Educa: http://www.rioeduca.net/admin/_m2brupload/_fck/usadas/20110516231101.jpg. Acessado em 22/03/2012.

¹¹³ Nair de Teffé foi uma precursora do feminismo nacional ao revolucionar a sociedade da época permitindo-se posicionamentos que não eram considerados “aceitáveis” para as mulheres. Foi cartunista, frequentou as rodas sociais e emitiu opiniões sobre política nos jornais da época. Além de cartunista foi

indiretamente o chefe do Executivo. Consolidando seu poder, Borges de Medeiros nomeia seu irmão, Salvador Pinheiro Machado, como vice-presidente do Rio Grande do Sul do para o período de 1913 a 1918, saindo Carlos Barbosa do comando regional para Borges de Medeiros voltar a exercê-lo diretamente. Tal reaproximação entre Hermes e Pinheiro Machado não passou despercebida pelo oposicionista “Correio da Manhã” que, ao analisar a crise político ocorrida no Ceará e agravada a partir da intervenção do salvacionismo do Presidente, afirmou “o governo do marechal Hermes, reduzido nessa aventura a mero executor das ordens do sr. Pinheiro Machado”¹¹⁴. Buscando comprovar a influência do Senador sobre as decisões políticas de Hermes da Fonseca, diversas conferências entre os dois são mencionadas. Um exemplo é quando Hermes decreta o Estado de Sítio para tentar combater as diversas crises estaduais contra a substituição dos grupos oligárquicos regionais¹¹⁵.

musicista e artista, num interessante contraste com sua descendência nobre, tanto brasileira quanto européia.

¹¹⁴ CORREIO DA MANHÃ, 04/03/1914, p. 1.

¹¹⁵ CORREIO DA MANHÃ, 06/03/1914, p. 1.

4. O PÓS-1914: O CREPÚSCULO DE PINHEIRO MACHADO

O enfraquecimento político de Pinheiro Machado passa pelo medo de que o Senador ultrapassasse os limites de sua atuação política, passando de líder do Congresso Nacional para líder do Executivo, o que não garantia que o mesmo se afastasse do comando que exercia sobre o legislativo nacional. Se controlasse os dois poderes estaria consolidado o poder total do Senador e o mesmo, por não possuir limites claros, se configuraria numa ameaça ao domínio dos cafeicultores sobre o país. Afinal, apesar de ser o Senador fundamental para a manutenção do pacto federativo-centralizador, sua força crescente ameaçava o que o mesmo tão bem garantiria.

Esse temor tornou-se presente quando foi cogitado o seu nome como o sucessor de Hermes da Fonseca pelo Partido Republicano Conservador. O próprio Hermes da Fonseca demonstrou simpatia pelo sucessor gaúcho e a possibilidade que esse fosse o rumo da política nacional fez com que houvesse uma reaproximação entre o Partido Republicano Mineiro e o Partido Republicano Paulista. A oposição ao nome de Pinheiro Machado como Presidente não foi a única forma de combate ao poder do Senador gaúcho. Os jornais e os senadores de oposição passaram a uma crítica veemente que aumentou quando da campanha de Pinheiro pela eleição de Hermes ao Senado Federal. Era o crepúsculo de Pinheiro Machado, primeiro com o atentado à sua figura política e, posteriormente, com o atentado físico que levou à sua morte.

Pinheiro Machado não conseguiu, sequer, eleger um sucessor que tivesse laços de fidelidade mais atuantes com o seu poder político. Seu nome era o de Campos Salles, entretanto, este, diante das dificuldades de conciliar as diferentes tendências políticas nacionais, notavelmente as paulista e mineira empenhadas em se opor a qualquer nome ligado oficialmente a Pinheiro Machado, escreveu ao Senador gaúcho que

Estando esgotados os meios empregados pelo nobre amigo para um acordo, cujos resultados esperei até agora, a fim de não perturbar tão patrióticos intuítos, venho declarar que a minha candidatura fica desde já definitivamente retirada. Meu nome só foi lembrado como elemento de conciliação, que eu facilitei, na suposição de poder prestar ao país o serviço de evitar que se lhe viesse a abalar a tranquilidade, em momento tão grave. Creio que ambos cumprimos o nosso dever, e a República saberá bem aquilatar a abnegação e o patriotismo, de que deu provas o meu nobre amigo.¹¹⁶

¹¹⁶ Discurso de Campos Salles a 18 de junho de 1914. In SILVA, 1951, Op cit. p. 166.

A morte de Campos Salles, nos dias posteriores à manifestação citada acima, desfazia os planos de Pinheiro Machado, que foi obrigado a aceitar e endossar a candidatura de Venceslau Bras.

Assim como no resto da dissertação, diversas alegações sobre os dois últimos anos de vida de Pinheiro Machado são mencionadas pela historiografia sem a preocupação de trazer fontes primárias que possibilitassem a sua verificação. Uma das especulações atrás das quais houve uma pesquisa que não conseguiu material para refutá-la ou afirmá-la é a de que Pinheiro Machado e seu irmão, Salvador Pinheiro Machado, se uniram no momento de crise do poder pessoal de Pinheiro Machado e de fracasso do PRC em garantir laços de fidelidade ao redor do Senador, para um golpe contra Borges de Medeiros e controle sobre o Partido Republicano Rio-Grandense. Afirma Ricardo Vélez Rodríguez que

Consta terem os irmãos chegado a tramar a derrubada de Borges de Medeiros e a absorção da máquina do PRR, mas tais maquinações teriam esbarrado na fidelidade da Brigada Militar ao presidente e no assassinato de Pinheiro Machado, no Rio de Janeiro, em 8 de setembro. Além disso, a disputa da vaga senatorial em agosto de 1915 abriu severo dissídio no coração do partido. Ramiro Barcellos e seus aliados revoltaram-se diante da indicação de Hermes da Fonseca por Pinheiro Machado.¹¹⁷

Na mesma página, Vélez Rodríguez menciona que a morte de Pinheiro Machado foi positiva para Borges de Medeiros por neutralizar divisões e conflitos internos que eram apoiados pelo Senador. Porém, também não há como investigar tal afirmação e nem se, efetivamente, Pinheiro Machado instigava conflitos internos do PRR.

Este último capítulo analisa esse processo de desconstrução do poder de Pinheiro Machado e as repercussões de sua eliminação para a política nacional e regional gaúcha.

4.1. O assassinato político - A oposição à atuação política de Pinheiro Machado e o fracasso do Partido Republicano Conservador.

Temendo a indicação presidencial de Pinheiro Machado, os jornais do centro do país aumentaram as críticas ao Senador. Mesmo com Pinheiro Machado negando tal especulação, as críticas à sua possível candidatura continuaram em tom cada vez mais inflamado. Um exemplo é visualizado no jornal “O Correio da Manhã” de 7 de

¹¹⁷ RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. 1893: O Castilhismo e outras ideologias, in BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul – República Velha**. Passo Fundo: Méritos, 2007. Vol. 3 t. 1, p. 99.

setembro de 1915, sob o título “O dia no Senado – Que estará para acontecer ao Senado da República?”, no qual o Senado Federal era criticado por tentar reconhecer a eleição de Hermes da Fonseca como senador.

Apesar de diversos biógrafos e companheiros políticos de Pinheiro Machado afirmarem que ele não possuía desejos presidenciais, estes parecem estar atrelados ao seu enfraquecimento político. Se considerarmos, o que parece bastante plausível, que a força política de Pinheiro Machado estava na conciliação entre o centralismo e os interesses federativos, sua força estava atrelada ao seu entendimento a respeito do papel que cumpria na política nacional, o de ligação, de conexão, e não de comando. Ao confundir as duas alçadas, o que ficou mais claro a partir do papel representado na vitória sobre o Jardim de Infância, na fundação do Partido Republicano Conservador e no governo de Hermes da Fonseca, Pinheiro Machado extrapolou a zona segura de líder do Legislativo para pretender estender sua influência sobre o centro decisório do Executivo, enfraquecendo-se.

A eleição de Venceslau Bras selava um golpe mortal na força política de Pinheiro Machado. Apesar daquele ser vice-presidente de Hermes da Fonseca e, portanto, parte do grupo de apoio a Pinheiro Machado, sua eleição marcou a retomada do pacto entre São Paulo e Minas Gerais e garantiu à oligarquia cafeeira força suficiente para isolar politicamente Pinheiro Machado que, acobardado, viu na eleição de Hermes da Fonseca para Senador pelo Rio Grande do Sul um importante trunfo. Assim não ocorreu. A oposição sofrida pelo governo presidencial de Hermes voltou com força, dirigindo-se àquele que era considerado o tutor do desastrado governo de Hermes da Fonseca: o Senador Pinheiro Machado. Duas comprovações do enfraquecimento político de Pinheiro Machado a partir da eleição do mineiro Venceslau Bras encontram-se nos editoriais do “Correio da Manhã” que mencionavam o enfraquecimento político da dupla gaúcha Pinheiro-Hermes e no retumbante fracasso do Partido Republicano Conservador em estabelecer, em nível nacional, laços de fidelidade sólidos como os construídos pelo Partido Republicano Rio-Grandense no estado natal do senador. O jornal “Correio da Manhã”, ao repercutir o assassinato de Pinheiro Machado, afirmava que com ele morria o seu partido.

Uma das hipóteses com a qual se trabalhava na análise da sucessão presidencial de Hermes da Fonseca era a de que o apoio de Minas Gerais ao Rio Grande do Sul na formação da chapa Hermes da Fonseca – Venceslau Bras havia sido formada buscando o apoio do Rio Grande do Sul a Minas em torno de Venceslau Bras em 1914. A mesma

não se comprovou por não ter sido mencionada em nenhum documento analisado. O teor de denúncia de enfraquecimento político de Pinheiro Machado a partir da eleição presidencial do mineiro, feita pelos jornais de oposição, pode ter sido uma forma de pressão sobre Venceslau para que ele se afastasse de Pinheiro Machado.

Acabou o Partido Republicano Conservador com a morte do seu chefe. Partido sem idéas, sem princípios, sem um programma, pessoalíssimo, não poderia sobreviver ao desaparecimento de quem era elle proprio o partido. Não é esse o PRC. na historia politica do mundo, o único partido pessoal, outros tem havido e nenhum foi além da vida de que o encarnou. Podem continuar, ainda, por algum tempo, os restos de uma organização partidaria com seu directorio eleito, com a sua representação, para fazer crer que o partido não morreu. Mas, de facto, não passarão de seus restos de simulacro do que elle foi. Os elementos que o compunham se vão desagregando aos poucos para se reunirem a outros agrupamentos politicos, onde os há. E, com o desaparecimento do sr. Pinheiro e do seu partido, a única força que fica em pé, entre nós, é o presidente da República, que todos os políticos e politicantes, em porfia, tratarão de apoiar afim de merecer as graças e os favores officiaes. É o que quer, dizem os doutores do presidencialismo, o regimen, no que elles têm razão, o que confirma o conceito dos que qualificam esse regimen de uma autocracia electiva.¹¹⁸

Hermes da Fonseca elegeu-se Senador ao vencer Ramiro Barcellos, republicano histórico que havia passado para a oposição em mais um cisma interno do PRR. O jornal “Correio da Manhã”, em diversos números, passou a defender que o instrumento utilizado por Pinheiro Machado para estruturar o seu poder, a “degola” – não-reconhecimento de candidatos eleitos -, fosse usada agora para salvar a República do mesmo senador gaúcho.

É notável, na análise dos documentos dos líderes do Partido Republicano Rio-Grandense do período, a oposição à candidatura de Hermes da Fonseca ao Senado Federal, apesar do cuidado de não transformar tal oposição em ato de desagravo ou crítica à liderança política de Pinheiro Machado. Nos arquivos de Oswaldo Aranha e Borges de Medeiros, é grande o número de telegramas e cartas de partidários que manifestam seu desacordo com a decisão da cúpula do partido em apoiar o gaúcho Hermes na sua luta por ser Senador pelo Rio Grande do Sul¹¹⁹.

Que fique claro, porém, que, apesar do notório enfraquecimento político de Pinheiro Machado e do processo de oposição que seu poder sofria, mesmo nesse

¹¹⁸ CORREIO DA MANHÃ, 14/09/1915, p. 1, retirado de DUARTE, 2007, Op, cit. p. 120.

¹¹⁹ Vide, por exemplo, carta de Ildefonso Simões Lopes Filho à comissão contra Hermes da Fonseca ratificando sua posição pró-Pinheiro Machado e contra a candidatura de Hermes. Classificação: OA cp 1915.07.09. Série: CP – Correspondência Política. Data de produção: 09/07/1915. Arquivo Oswaldo Aranha. Fundação Getúlio Vargas.

período sua força política foi conclamada para manter a ordem nacional, garantindo a intervenção em disputas oligárquicas que ocorriam principalmente no Norte e Nordeste. É o que se deduz a partir dos apelos de Venceslau Bras e dos agradecimentos de líderes oligárquicos a Pinheiro Machado. Um exemplo é a carta de Epiácio Pessoa, que menciona a importância do Senador gaúcho na formação de um acordo de cúpula que possibilitou a estabilidade na Paraíba, evitando um conflito entre grupos coronelísticos do estado.

Faltando, porém, mais uma vez aos seus compromissos, o Senador Walfrido Leal, logo no mês de novembro, mandava, às escondidas de mim, que os seus amigos agitassem no Estado a candidatura senatorial do Dr. João Machado e, sob o influxo aparente desse movimento artificioso, para ele pedissem – o seu representante, os seus parentes, a mesa da Assembléia e outros – o apoio do chefe do partido, General Pinheiro Machado.

O General Pinheiro Machado esquivou-se mais uma vez do papel que dele exigiam. Mais uma vez a sua correção e imparcialidade burlaram as manobras dos que se diziam – que ilusão! Meus amigos e correligionários.

Forçado afinal o senador Walfrido Leal a anuir à reeleição do Dr. Cunha Pedrosa, diante da atitude do Presidente do Estado, irredutivelmente favorável a essa candidatura, e dos diretores da política nacional, todos dispostos a prestigiar o mesmo Presidente, S. Exa. apegou-se então a um novo pretexto para quebrar o acordo político que comigo celebrara, e entrou a exigir que na chapa de deputados figurasse apenas um amigo meu, filaiosa pretensão a que, devia prever com razão, jamais eu poderia aquiescer e contra a qual se desfizeram impotentes todos os meus esforços pela concórdia e pela paz.¹²⁰

Assim, a incapacidade de Pinheiro Machado em selar, a nível nacional, vínculos de obediência como os que estruturavam o Partido Republicano Riograndense a nível estadual, pode ser apontado como elemento essencial para o seu enfraquecimento político. Além disso, sua tentativa de exercer sobre o Executivo nacional a mesma influência que exercia sobre o Legislativo serviu de alerta para os grupos políticos ligados mais diretamente à política de valorização do café. Era necessário limitar a força e o poder de interferência do Senador e, para isso, a vitória de Venceslau Brás nas eleições presidenciais foi fundamental.

¹²⁰ Carta escrita por Epiácio Pessoa em 15 de janeiro de 1915, in: CARONE, Edgard. **A Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 112-113.

4.2. O assassinato físico de Pinheiro Machado.



Cortejo fúnebre do Senador Pinheiro Machado¹²¹

Nos dois últimos anos de vida, a morte política de Pinheiro Machado se anunciava a partir do fracasso do PRC em manter seus laços políticos e a submissão de seus filiados às diretrizes ordenadas pelo Senador gaúcho. São Paulo e Minas Gerais voltaram a formar a aliança através da escolha de Venceslau Bras como sucessor de Hermes da Fonseca e, apesar de Venceslau ser aliado político de Pinheiro Machado, sua indicação também buscava neutralizar o poder do senador, que ameaçava galgar vãos mais altos, como a candidatura própria à Presidência da República. O jornal “Correio da Manhã”, oposicionista, defendia em seus editoriais o afastamento de Venceslau Bras em relação a Pinheiro Machado e alardeava o fim político de Machado. Esse fato, porém, não trouxe um desagravo muito grande à influência de Pinheiro Machado no legislativo que ameaçasse o seu comando sobre os estados de força econômica secundária. Pinheiro Machado foi novamente eleito para a vice-presidência do Senado.

Mesmo saudando a vitória de Venceslau Bras, os jornais de oposição continuaram a criticar o papel político nacional exercido por Pinheiro Machado, aproveitando para defender o afastamento do Presidente recém-eleito do Senador¹²².

¹²¹ Disponível em: <http://lealevalerosa.blogspot.com/2010/04/cemiterios-de-porto-alegre.html>. Acessado em 22/03/2012.

¹²² CORREIO DA MANHÃ, 02/03/1914, p. 1.

Em 1915, enquanto Salvador Pinheiro Machado assumia a Presidência do Estado ante o afastamento por doença de Borges de Medeiros, Pinheiro Machado percebia que seu jogo político se tornava ameaçador para sua própria existência, tomando o cuidado de escrever o seu testamento político¹²³ no qual anunciava a percepção de que seria assassinado.

Menciona Ciro Silva, na biografia de Pinheiro Machado, os discursos do deputado Gonçalves Maia que, se apresentasse um projeto de lei, ele teria, como artigo primeiro, “Elimine-se o Sr. Pinheiro Machado.”¹²⁴ A observação dos jornais da época, em especial de “O Paiz” e de “O Correio da Manhã”, permite a constatação de que o clima de crítica que os jornais e políticos opositores de Pinheiro Machado ganhou as ruas, sendo marcante os relatos de encontros que ocorriam nas ruas em nome do desejo de eliminar Pinheiro Machado. O Senador passou a fazer encontros com os políticos mais próximos a si, dando diretrizes para o caso de ser assassinado.

Tornou-se famoso o discurso de Pinheiro Machado feito no Senado menos de dois meses antes de seu assassinato quando manifestou que

É possível que durante a convulsão que nessa hora sacode a República em seus fundamentos, possamos submergir. É possível. É possível mesmo que o braço assassino, impelido pela eloquência das ruas, nos possa atingir. Afirmamos, porém, aos nossos correligionários que se esse momento chegar, saberemos ser dignos da vossa confiança. Tombaremos na arena, fitando a grandeza da nossa Pátria, serenamente, sem maldição, nem desprezo, sentido tão somente compaixão para com aquele que assim avilta a nobreza inata do brasileiro. Não ocultaremos, como César a face com a toga, e, de frente, olharemos fito a treda e ingóbil figura do bandido, do sicário.¹²⁵

Quando do assassinato do Senador, o clima de conflito estava tão difundido que mesmo lideranças importantes do PRR foram acusadas de envolvimento no assassinato. É o caso de Oswaldo Aranha, que através de diversos telegramas trocados com Getúlio Vargas, Borges de Medeiros e outros líderes políticos da época, buscou se defender da acusação de que era vítima. Um exemplo da acusação encontra-se na carta de Armando Porto Coelho a Getúlio Vargas na qual o primeiro acusa Oswaldo Aranha de envolvimento no fatídico ato do assassinato¹²⁶ e, em contrapartida, na carta enviada por

¹²³ Reproduzido na íntegra, em anexo.

¹²⁴ SILVA, 1951. Op. cit. p. 174.

¹²⁵ Discurso de Pinheiro Machado a 17 de julho de 1915 in: SILVA, 1951. Op. cit. p. 113.

¹²⁶ Vide carta de Armando Porto Coelho a Getúlio Vargas, Classificação GV c 1915.09.10, Série c- Correspondência, Data de produção: 10/09/1915, Arquivo Getúlio Vargas. Fundação Getúlio Vargas.

Oswaldo Aranha a João Vespúcio de Abreu e Silva afastando qualquer envolvimento ou interesse no crime¹²⁷.

A anteriormente citada dissertação de mestrado de Luiz Antônio Farias Duarte, no seu quinto e último momento de análise da atuação da imprensa a respeito da figura de Pinheiro Machado, traça um paralelo importantíssimo sobre as críticas e apoios sofridos e recebidos pelo senador nos dias posteriores ao seu assassinato, em 8 de setembro de 1915. O medo da perda de controle sobre a ordem pública nacional e a discussão sobre o caráter do assassinato (político para os apoiadores de Pinheiro Machado, fruto da loucura de Manço de Paiva para os opositores do senador) se destacam¹²⁸.

A análise dos jornais da época, tanto os de situação, como “A Federação”, quanto os de oposição, como o “Correio da Manhã”, permite concluir a importância crescente do Senador a partir do início do quadriênio presidencial de Hermes da Fonseca e a consideração do perigo inerente a essa valorização do gaúcho pelos órgãos de oposição que aumentaram substancialmente as críticas ao mesmo, sendo ele retratado em editoriais e análises políticas, todas advertindo para a necessidade de combater o Senador fato que muitos analistas do período atrelam à formação do desejo de Manço de Paiva de assassinar Pinheiro Machado, em nome da salvação da República. Em uma realidade política na qual o pessoal se confundia com o público, o que aliás o próprio Pinheiro Machado contribuiu para confundir, a salvação de um regime ser associado à eliminação de uma personalidade política não soa estranho e mesmo contraditório.

Venceslau Bras, ante o enfraquecimento político de Pinheiro Machado, afastou-se do senador sem, entretanto, romper com o mesmo. Tal afastamento foi substancial a ponto de ser a omissão do Presidente com as ameaças sofridas pelo Senador mencionada como fator fundamental para o assassinato de Pinheiro Machado. Assim fizeram os jornais e os discursos dos líderes aliados ao morto.

Numa clara demonstração do enfraquecimento político de Pinheiro Machado, ele não conseguiu sequer quorum para a sessão na qual pretendia confirmar a eleição de Hermes da Fonseca (a 8 de setembro de 1915), se dispondo a negociar com Albuquerque Lins, opositor e ex-presidente paulista, vice na chapa de Rui Barbosa na eleição presidencial de 1910. Quando esperava para conversar com o mesmo foi

¹²⁷ Carta de Oswaldo Aranha a João Vespúcio de Abreu e Silva, Classificação AO cp 1929.00.00/7, Série cp – Correspondência política, Data de produção: 1929, Arquivo Oswaldo Aranha. Fundação Getúlio Vargas.

¹²⁸ DUARTE, 2007. Op. cit. p. 117-130.

assassinado no Hotel dos Estrangeiros. Antes mesmo do fato derradeiro, Pinheiro Machado havia sido derrotado ao tentar influenciar a eleição estadual do Rio de Janeiro na qual saiu vencedor o antes apoiador/apoiado Nilo Peçanha. O jornal A Careta, notável pela ironia com que tratava a política nacional, recorrendo a charges e matérias anedóticas, mencionou a derrota política do senador através de uma charge que mostrava um crocodilo (símbolo de Nilo Peçanha) literalmente engolindo Pinheiro Machado¹²⁹ e de um verso que retratava a derrota do quero-quero (Pinheiro Machado) para o crocodilo.

Pinheiro Machado foi assassinado a 8 de setembro de 1915 pelo padreiro Francisco Manço de Paiva Coimbra, natural de Cacimbinhas, que, posteriormente, trocou o seu nome para Pinheiro Machado, cidade importante da região da Campanha do Rio Grande do Sul. A troca do nome da cidade foi feita em meio à comoção pelo assassinato, avalizada pelo Presidente do Rio Grande do Sul, o general Salvador Pinheiro Machado, irmão do Senador.

A veemência da crítica dos jornais comprometidos com as oligarquias cafeeiras a Pinheiro Machado dá a dica do quanto o Senador gaúcho incomodava e ameaçava as elites tradicionais. Tal consideração também fica explícita na débil investigação do assassinado ao Senador.

Os jornais da época indicam que o Senador não era uma unanimidade política nem mesmo em seu Estado, pois a troca de nome da cidade gerou diversos protestos e tentativas de retorno do nome de Cacimbinhas nas décadas posteriores à troca de nome. O nome da cidade foi mudado pouco mais de 50 dias após a morte de Pinheiro Machado. A atitude de trocar o nome da cidade foi tomada por Ney de Lima Costa¹³⁰, intendente provisório de Cacimbinhas colocado no controle do município por Borges de Medeiros para controlar grupos de oposição à direção central do PRR que atuavam no município. O assassinato ocorreu no dia em que Hermes da Fonseca deveria ser reconhecido e proclamado Senador pelo estado do Rio Grande do Sul.

O fato de Manço de Paiva ser gaúcho é outro indicador das oposições à atuação política de Pinheiro Machado dentro de seu estado natal. No bilhete encontrado no bolso do assassino, o regionalismo é mencionado claramente, mas não num apoio cego

¹²⁹ A CARETA, 13/01/1915, p. 1.

¹³⁰ Ney da Costa Lima (1844-1933) foi nomeado intendente provisório de Cacimbinhas, trocando seu nome para Pinheiro Machado. Acabou sendo expulso da vila, tornando-se vereador e presidente da Câmara Municipal de Passo Fundo.

ao Senador, e sim na preocupação de justificar o crime com base na limpeza do nome do estado ante as manipulações associadas ao mesmo pelos órgãos de oposição.

Caso eu seja morto pelos capangas deste Homem que me leva a praticar este ato, não culpem a ninguém. Como Riograndense vingo os meus conterrâneos mortos nas ruas de Porto Alegre e como brasileiro a afronta atirada sobre um povo roubado e esfomeado.¹³¹

Após sua morte, como de praxe na cobertura política nacional, Pinheiro Machado passou a ser tratado com mais respeito pelos jornais oposicionistas, pelo menos até esfriar a sua lembrança próxima. O mesmo “Correio da Manhã”, que fez da crítica á atuação política do senador bandeira de luta, destacou a “vontade de aço” do Senador e a sua capacidade de organizar o jogo político nacional. Conforme manifesto por Luiz Antônio Farias Duarte, na previamente referida dissertação de mestrado, o “Correio da Manhã” em sua cobertura do assassinato não deixou, porém, de alfinetar o político gaúcho associando-o à expressão “caudilho” e sua variável “caudilhismo”¹³².

O jornal “O Paiz” repercutiu o assassinato com as seguintes palavras:

O assassinato de Pinheiro Machado é uma consequência esperada e lógica da ação anárquica e revolucionária que entre nós exerce essa imprensa malsã, que, com a ascensão do Sr. Venceslau Bras à presidência da República, ficou definitivamente dominando no Brasil, pela fraqueza imperdoável do presidente, que, sem coragem para enfrentar essa camarilha, solicitando do Congresso providências que pusesse cobro a tais excessos, preferiu pactuar com os difamadores profissionais, reconhecendo a legitimidade dos seus processos e galardoando as proezas dos mais desalmados, violando a lei eleitoral, intervindo abertamente no reconhecimento de poderes na Câmara dos Deputados, para privar os eleitos das cadeiras que lhe competiam e fazer presente delas aos demagogos da imprensa, cuja simpatia o governo vergonhosamente procurou captar.¹³³

O jornal “A Federação” realizou detalhada e sentida cobertura do luto pela morte de Pinheiro Machado, reconhecendo, de forma clara, a importância da atuação política do senador para a viabilidade dos interesses econômicos do estado e dos políticos do PRR e de Borges de Medeiros. Não tendo circulado no dia 9 de setembro de 1915, dia posterior ao assassinato, por estar de luto, o jornal voltou a circular no dia 10 de setembro tendo em seu cabeçalho o título “Senador Pinheiro Machado”¹³⁴. A edição

¹³¹ Bilhete encontrado no bolso do gaúcho Francisco Manço de Paiva, assassino de Pinheiro Machado.

¹³² DUARTE, 2007. Op. cit. p. 139.

¹³³ O PAIZ, 09/09/1915, p. 1.

¹³⁴ A FEDERAÇÃO, 10/09/1915, p. 1.

posterior, de 11 de setembro de 1915, voltou a ser praticamente toda dedicada à lembrança de Pinheiro Machado, assim como as próximas edições do mês de setembro.

Interessante que o personalismo político do Senador influenciou a própria forma com que foi tratado nos jornais e discursos da época, ressaltando-se sua coragem e seu desprendimento da vida, com a sua morte sendo transformada num ato de confronto com seus opositores e críticos, um ato de coragem ante o que já era esperado, aos moldes da construção da morte do liberal Líbero Badaró e sua frase em favor da liberdade e do Partido Liberal, opositor dos descaminhos de D. Pedro I. Novamente a análise dos jornais de época nos permitem perceber as críticas sofridas pelo Senador e seu enfraquecimento político, entre as quais se destaca a notícia veiculada no jornal “Gazeta de Notícias” e que Manço de Paiva citou como a inspiração para o assassinato: “Ele surgiu de um deslocamento do eixo nacional, de uma desgraça tamanha que, nela, a própria morte foi apenas um incidente secundário: surgiu e foi subindo porque, se de um lado a natureza o deixara com as pernas pouco agigantadas, em compensação o braço do Sr. Pinheiro Machado, e longo é esse braço, impulsionava-o com alma¹³⁵”.

Os discursos e análises post mortem mal mencionam Manço de Paiva, sendo o assassinato creditado à campanha da imprensa contra o Senador e à oposição sistemática do PRM e do PRP a Pinheiro Machado. Os mesmos discursos associaram a atuação política de Pinheiro Machado à estabilidade da República, além de mencionarem o medo de crise da República com sua morte. Outro fator presente nos documentos e manifestações analisados diz respeito ao republicanismo do Senador e à sua disposição em defender o regime (mesmo que, para os críticos, esta defesa visasse o ganho de poder pessoal).

Porém, nem todas as análises foram centradas no personalismo com que o Senador atuava ou era acusado de atuar na política nacional. A grande quantidade de editoriais de “A Federação” e de discursos dos líderes do Partido Republicano Rio-Grandense em homenagem a Pinheiro Machado nas duas décadas que se seguiram ao assassinato deixam claro o entendimento dos homens da época a respeito do quão importante era a atuação política do Senador para a defesa do domínio do PRR no estado e dos interesses econômicos gaúchos junto à Nação. Exemplos não faltam, como o manifesto de Lindolfo Collor, no dia 10 de setembro de 1921, no jornal “A Federação”.¹³⁶

¹³⁵ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 08/09/1915, p. 1.

¹³⁶ A FEDERAÇÃO, 10/09/1921, p. 1.



Túmulo de Pinheiro Machado, no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia, em Porto Alegre.¹³⁷

4.3. Repercussões, para o Brasil e para o Rio Grande do Sul, do assassinato de Pinheiro Machado.

Alfredo Ellis, opositor de Pinheiro Machado, ao comentar o assassinato do Senador gaúcho, deixou clara a importância deste na organização republicana nacional ao afirmar que “Um raio feriu Pinheiro Machado, e, só agora, depois que ele tombou, podemos medir o espaço que ocupava na nossa organização política e social”¹³⁸.

O assassinato de Pinheiro Machado coincide com o último governo da República Velha que teve uma relativa paz interna para governar. Os sucessores de Venceslau Bras, Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luis, enfrentaram conflitos internos e oposições crescentes do Legislativo nacional, o que evidencia a importância de Pinheiro Machado para garantir a governabilidade através de seus laços de

¹³⁷ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Tumulo_de_Pinheiro_Machado4.JPG. Acessado em 22/03/2012.

¹³⁸ Comentário retirado do livro LOPES, Vera Lúcia Bogéa. **Morte na República – Os últimos anos de Pinheiro Machado e a Política Oligárquica (1909 – 1915)**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Nacional, 2004. p. 93.

fidelidade. Basta que se lembre que as decretações de estado de sítio foram marcantes em busca de uma maior capacidade de enfrentar o crescente número de descontentes. O movimento operário crescia, assim como a revolta vinda dos quartéis. Três grandes manifestações de oposição ao domínio político dos cafeicultores ocorreram logo após a morte do Senador gaúcho: a formação da Reação Republicana, o movimento Tenentista e a formação das Legiões de Outubro que estiveram por trás da Revolução de 1930 que acabou com o domínio do poder executivo nacional pelos cafeicultores.

Quanto à relação entre o Rio Grande do Sul e a União, sem o seu interlocutor, se perverteu em conflitos e em retorno dos choques. Basta que lembremos que, nos três movimentos contestatórios citados acima, a participação gaúcha foi marcante. O movimento republicano, que buscou impedir a vitória eleitoral de Artur Bernardes, foi arquitetado por Borges de Medeiros. O movimento tenentista que buscava, através das armas, retirar os cafeicultores do poder do país, foi marcante no Rio Grande do Sul, tanto pelo envolvimento da baixa oficialidade gaúcha quanto pelo comando de Luís Carlos Prestes na marcha militar de conscientização nacional conhecida como Coluna Prestes. A Revolução de 1930 que pretendia depor Washington Luís antes da posse do paulista eleito Júlio Prestes, por sua vez, foi arquitetada por próceres do Partido Republicano Rio-Grandense, entre os quais se destacavam Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas. Assim, não parece ter havido um recuo da intervenção gaúcha na política nacional, mas a troca na forma como se dava essa interdição, da negociação para o conflito, do acordo de interesses para a disputa direta pelo poder. Não se vislumbra um novo isolacionismo, da elite política gaúcha e do PRR, com a retomada da forma isolacionista de Castilhos de comandar a política regional.

O domínio político de Borges de Medeiros e do PRR sobre a política gaúcha também sofreu com a falta de Pinheiro Machado. Basta que se mencione o levante federalista de 1923 e o Tratado de Pedras Altas que acabou com a possibilidade de reeleição no Rio Grande do Sul e limitou a possibilidade de intervenções do poder estadual nos municípios.

Economicamente, a situação de Borges de Medeiros também se complicou. O governo estadual, em oposição declarada aos últimos Presidentes, passou a ter uma redução considerável de capital à disposição para obras públicas e os gastos com a Revolução de 1923 pioraram a situação financeira do estado do Rio Grande do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É óbvia a necessidade, já sensível a inúmeros historiadores, da retomada dos estudos sobre história política e a abertura dos mesmos à valorização do papel dos indivíduos na construção dos valores de uma sociedade. Se os líderes não se fazem sem a participação das camadas populares é também inegável o peso das decisões de certos homens nos rumos tomados pelas sociedades. Assim como os homens tomam suas decisões baseados nos valores das sociedades nas quais estão envolvidos, os valores coletivos, em diversos casos, são intimamente influenciados pelas decisões e comportamentos de alguns personagens políticos.

Não se quer, com isso, defender uma análise política afastada das sociedades. O que se pretende é a abertura da análise histórica para a importância dos homens políticos, principalmente, como mencionado por Márcia D'Alessio, “na consequência (de seus atos políticos) para a coletividade”. Os atos de Pinheiro Machado só ganham sentido quando compreendidos no processo de construção e posterior consolidação da República, nos processos de defesa dos interesses da lavoura cafeeira e de consolidação dos objetivos dos entes federados ditos secundários e os dos política e economicamente mais expressivos, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Mas é preciso que se analisem seus atos políticos e a forma como ele atingiu os diversos objetivos citados acima.

A partir da abertura dos estudos históricos para o estudo das personalidades políticas, uma segunda necessidade, que foi notada ao longo da elaboração desta dissertação, é o cuidado para não aplicar premissas de julgamento que parecem universais mas que não faziam parte ou eram secundárias na sociedade estudada. Apesar da participação política das camadas populares, hoje, fazer parte de um “dever ser”, não podemos julgar a política brasileira antes das reformas eleitorais conduzidas pelo governo Getúlio Vargas a partir desse parâmetro, a participação efetiva das massas. Por mais elitista que pareça a consideração, não há como julgar os políticos da República Velha a partir de sua visão excludente de poder. Não havia, nos políticos estudados, um julgamento ético negativo a respeito das práticas de manipulação e exclusão política que comandavam. Mesmo Rui Barbosa, que em seus discursos vociferava uma preocupação com o combate às fraudes eleitorais, não demonstrou o mesmo ímpeto quando se beneficiou da máquina eleitoral.

O processo político-eleitoral é singular e não pode ser entendido a partir de premissas como a universalização do voto, o combate às fraudes eleitorais, a ideologização conduzida por partidos políticos e a atuação de líderes e partidos pautada por valores éticos, entendida a ética como a busca primordial do bem-estar da coletividade. Se a relação paternalista que amparou a legitimação do Estado Republicano nacional não é positiva dentro da ética da atual “arte da boa política”, é notável que foi através dessa forma de atuação (ou deturpação, como queiram) política que notáveis conquistas populares foram atingidas.

Pinheiro Machado via a política como arte de uma elite esclarecida, como pensava o grego Platão, e a democracia, como mencionava Aristóteles, como uma perigosa possibilidade de facilmente se transformar em demagogia. Não via necessidade de explicar seus atos e argumentos para quem não fizesse parte dessa minoria esclarecida e, por isso, via de forma crítica a devoção de alguns políticos contemporâneos seus pelos discursos e artigos escritos em jornal. A democracia liberal não era vista como plausível pelo Senador, e sim como um dever ser que, assim sendo, residia no plano das idéias. Era assim que se fazia política na República dos cafeicultores e dentro desses parâmetros que se deve analisar a história política do Brasil e do Rio Grande do Sul no período.¹³⁹

Pretendeu-se realizar esta dissertação para ajudar a elucidar os vínculos políticos entre o Rio Grande do Sul e o Brasil durante a República Velha usando, para isso, a figura do Senador Pinheiro Machado. Além disso, objetivou-se com este trabalho trazer alguns esclarecimentos a respeito da forma de atuação de Pinheiro Machado, de onde provinha sua força política, como o mesmo estruturou a política nacional e o que fez com que perdesse apoios.

Alguns objetivos secundários acabaram por ser atingidos, como o entendimento do papel de Pinheiro Machado no poder regional de Borges de Medeiros, e de Borges e do PRR no projeto político nacional de Pinheiro Machado.

Foi afastada a ideia de um projeto de expansão da ideologia positivista por Pinheiro Machado para a Nação simplesmente porque a ideologia, que tanto representou para Júlio de Castilhos, não se encontra de forma clara nem na atuação política de Borges de Medeiros e nem na de Pinheiro Machado. O próprio PRR não se manteve

¹³⁹ Para uma melhor análise da legitimação dos governos elitistas na República Latino-americana, vide PRADO, Maria Lígia Coelho. Democracia e autoritarismo na América Latina do Século XIX, in: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (orgs.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.

preocupado em atuar de acordo com a cartilha de Comte e as discussões políticas pautadas pela análise da ideologia citada ficaram restritas ao período de liderança de Castilhos. A visão pragmática do poder fez com que Borges e Pinheiro Machado usassem o positivismo apenas para legitimar rumos e não para guiar os mesmos. Se Borges de Medeiros manteve a defesa de um estado forte e controlador, evidenciada nos encampamentos e intervenções estatais na economia gaúcha que marcaram seu governo, não se tratou de um compromisso com o autoritarismo positivista e sim com o controle da máquina pública ante uma oposição federalista que nunca cessou no estado. Se Pinheiro Machado apoiava essa estrutura de poder, era pela necessidade de manutenção de sua base política e não por uma preocupação ideológica.

Fica afastada a já desfeita ideia da República Velha como um acerto entre as oligarquias paulista e mineira, com a demonstração de que os interesses políticos dos cafeicultores só foram atendidos a partir de um grande pacto federativo nacional o qual se tornou viável através da capacidade de negociação do Senador gaúcho que, por sua vez, usou desse papel que a ele foi atribuído para consolidar seu poder pessoal.

Se Pinheiro Machado foi favorecido pela conjuntura de organização de relação entre poder da União e dos Entes federados numa República em construção, o mesmo se deu para Borges de Medeiros e para o PRR que, através de Pinheiro Machado, garantia autonomia suficiente para que o projeto de consolidação de poder se efetivasse sem o perigo das temidas intervenções federais.

Pinheiro Machado foi o ponto de contato entre os interesses das mais variadas ordens dos grupos oligárquicos regionais e o desejo de apoio dos mesmos às políticas de valorização do café por parte dos produtores que organizavam-se em torno dos Partidos Republicanos Paulista e Mineiro. Esse caráter aparentemente contraditório da política nacional – de um lado o domínio político pela elite cafeicultura exportadora e, de outro, a necessidade desta contar com o aval dos estados secundários que não eram tão secundários assim – explica a necessidade que a República brasileira do período tinha de uma personalidade como Pinheiro Machado que, com seu poder de negociação, permitia a relação minimamente harmônica entre o federalismo exigido pela necessidade do apoio dos estados secundários economicamente e o unitarismo exigido pela necessidade de proteção do café, fundamento econômico da nação.

Um dos questionamentos que estava presente no início da elaboração da presente dissertação era sobre o grau de autonomia nas decisões do Senador Pinheiro Machado, se atuava em nome próprio ou se representava forças políticas e, se as representava,

quais eram e como elas eram representadas. As respostas a esses questionamentos vieram através da análise das fontes primárias pesquisadas e que complementaram as análises historiográficas sobre a estruturação política da República Velha.

Era indissociável o crescimento do poder pessoal de Pinheiro Machado e a representação que fazia dos interesses do Partido Republicano Rio-Grandense e de seu líder Borges de Medeiros. O partido fornecia ao Senador a base de sustentação que garantia o apoio para a tomada de decisões e a participação no jogo político nacional, sem a qual, por mais poderoso que fosse Pinheiro Machado, não conseguiria escapar do isolamento no qual foram projetados inúmeros outros políticos que caíram na desgraça em suas terras natais. Se Pinheiro Machado beneficiou-se dessa aliança, também o fez Borges de Medeiros, que teve na atuação política do Senador um interlocutor qualificado no centro do poder nacional, o Rio de Janeiro.

A relação entre eles, além disso, não foi de mera representação em troca de sustentação, ela se estreitava quando havia disputas políticas em jogo. O caso da luta de Borges de Medeiros contra Ramiro Barcellos e de Pinheiro Machado contra a aliança PRP-PRM quando da eleição de Hermes ao Senado é um exemplo cabal de aliança de forças, assim como o é a aliança entre os líderes na época em que Borges de Medeiros combatia opositores internos e Pinheiro Machado era confrontado pelo Jardim de Infância. Nesses casos, inúmeros telegramas e cartas dão conta de uma troca apurada de experiências entre os líderes e de uma união de forças que passava pela utilização do jornal “A Federação” para marcar posições.

Dentro da prática com a qual conduzia as suas decisões políticas, Pinheiro Machado pode ser considerado um homem de ação, e o uso do Comitê de Verificação de Poderes permitiu a ele expurgos políticos que consolidaram sua força no legislativo nacional, atitude que espelhava a forma como Borges de Medeiros conduzia a política sul-rio-grandense. O motivo de ter sido aceito o comando dos “expurgos políticos” por Pinheiro Machado? O fato do mesmo saber os limites dos que podiam e não podiam ter suas eleições homologadas e o fato de não haver usado este poder de “reconhecimento eleitoral” para desafiar ou contestar as políticas de valorização do café, não se voltando tais cassações contra políticos do PRP e do PRM, por exemplo.

A influência do Partido Republicano Rio-Grandense sobre Pinheiro Machado se desnuda quando este propõe a criação do Partido Republicano Conservador, partido este que, por trás da proposta de defesa da República e de união política nacional contra os interesses sectários dos grupos oligárquicos regionais, era, acima de tudo, uma tentativa

de organização, em nível nacional, dos laços de fidelidade que mantinham a força de Borges de Medeiros. Estes laços, obviamente, se organizariam em torno de Pinheiro Machado, sendo o PRC tão eivado de laços personalísticos quanto o PRR. A realidade do PRC, infelizmente para Pinheiro Machado, não repetiu a experiência do PRR. Os laços de fidelidade não se repetiram, assim como o partido não conseguiu garantir para o Senador os apoios que o PRR garantia para Borges de Medeiros.

Quanto aos interesses representados por Pinheiro Machado, a presente dissertação apresentou o Senador como um interlocutor, um intermediário entre os interesses da União e os dos entes federados, em especial os secundarizados na política da velha República. Assim sendo, sua força vinha da negociação, do acordo entre forças contraditórias, o centralismo e o federalismo. Representava ao governo central, sem sombra de dúvidas. Afinal, foi através de sua atuação política que decisões como a Política dos Governadores, o Funding Loan e o Convênio de Taubaté foram aprovados e adotados. Representava, também, as necessidades dos estados secundários na economia da época, como fica evidente nos discursos feitos no Senado quando de sua morte, nos quais os líderes regionais mencionavam, com orgulho, a representação de seus interesses que havia sido entregue ao Senador gaúcho e mesmo o fato de que muitos desses representantes regionais designavam Pinheiro Machado como chefe.

Buscou-se, neste trabalho, a conexão, a comparação entre a Nação e o ente federativo através do responsável por isso, o Senador Pinheiro Machado. Se já se trabalhava com o poder de representação dos interesses regionais junto à União como uma das fontes do poder de Pinheiro Machado, esta se comprovou num grau que não se presumia tão importante e sólido.

Quanto à eleição de Hermes da Fonseca e o poder nacional de Pinheiro Machado a partir desta, não há fontes que comprovem qualquer ideologia ou base política, como o positivismo, presente na campanha e na definição dos objetivos e proposta política. Aliás, na atuação de Pinheiro Machado a busca de laços de fidelidade foram mais importantes do que premissas ideológicas. Dentro dessa forma de poder, não poderia a eleição de Hermes servir como uma vitória sobre o coronelismo centrado no poder dos cafeicultores do oeste paulista porque, simplesmente, ela não se propôs a tal fim.

Outras hipóteses com as quais se trabalhava foram desfeitas ao longo da elaboração desta dissertação. Hermes da Fonseca não foi, como se pensava, um mero instrumento político do senador. Nem foi seu governo marcado pela imposição dos interesses de Pinheiro Machado, muito pelo contrário. O governo de Hermes está mais

para a estruturação do enfraquecimento político do senador do que para uma demonstração de sua onipresença na política nacional da República Velha.

Também não se demonstrou acertada a afirmação de que havia oposição de interesses entre o Partido Republicano Rio-Grandense e os cafeicultores do centro do país, apesar de estar o estado envolvido nos grandes desafios ao comando da elite paulista-mineira. Se não é possível mencionar esta oposição, por conseguinte, Pinheiro Machado não pode ser considerado um instrumento de oposição às políticas de valorização do café. Pinheiro Machado não pode ser considerado um autocrata, muito pelo contrário. Se pensava em seu fortalecimento pessoal, sabia que o mesmo viria através de alianças e representações que acabaram por viabilizar o pacto federação-União do período.

Quanto ao caráter contraditório da atuação de Pinheiro Machado ele provém mais dos diversos interesses que nele se viam representados do que por uma incoerência política do Senador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALWIN, Newton. **Pinheiro Machado**. Porto Alegre: Tchê! – RBS, 1985.
- BORGES, Vera Lúcia Bogéa. **Morte na República. Os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica (1909-1915)**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 2004.
- CABRAL, Cid Pinheiro. **O senador de ferro**. Porto Alegre: Sulina, 1969.
- CALMON, Pedro. **História do Brasil – Volume VI: A República e o desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.
- CALMON, Pedro. **História social do Brasil, volume 3: a época republicana**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. **O processo político-partidário na Primeira República**. In MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1995.
- CAMPOS SALLES, Manuel Ferraz de. **Da propaganda à Presidência**. São Paulo: Laemmert & C., 1908.
- CARONE, Edgard. **A República Velha – Evolução política**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- CARONE, Edgard. **A Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- CASTRO, Sertório de. **A República que a Revolução destruiu**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius (orgs). **RS: Economia e Política**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- DUARTE, Luiz Antônio Farias. **Imprensa e Poder no Brasil – 1901/1915 – Estudo da construção da personagem Pinheiro Machado pelos jornais Correio da Manhã (RJ) e A Federação (RS)**. Tese de Mestrado, PPGCOM/UFRGS. Porto Alegre: 2007.
- EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, 2003.
- ESCOBAR, Venceslau. **30 anos de ditadura rio-grandense**. Rio de Janeiro: Estabel Graphico Canton & Beyer, 1922, p. 117.
- _____. **Pela intervenção no Rio Grande e renúncia do Dr. Borges de Medeiros**. Rio de Janeiro: Estabel Graphico Canton & Beyer, 1923.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- FAUSTO, Boris (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano: Sociedades e Instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- FAUSTO, Boris (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano: Estrutura de poder e economia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – Da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FONSECA, Pedro Cesar Dutra. **RS: economia e conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- FONSECA, Pedro Cesar Dutra. **Vargas: O capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- FONTOURA, João Neves da. **Memórias – Borges de Medeiros e seu tempo**. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.
- FREITAS, Décio. **O homem que inventou a ditadura no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- GODOY, Olavo Pinheiro. **A história do Capitão José Gomes Pinheiro – Fundador de Botucatu (1784-1848)**. São Paulo: Gráfica Santana, 2000.
- GOLIN, Tau (Coord.) **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3 t.1. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul.
- GOLIN, Tau (Coord.) **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 3. T. 2. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul.
- GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha (Orgs.). **Tempo/Universidade Federal Fluminense, Departamento de História**. Vol. 13, n. 2, Jan– Jun 2009. Rio de Janeiro: Departamento de História da UFF, 2009.
- GUANABARA, Alcindo. **A presidência Campos Salles**. Brasília: Senado Federal, 2002.
- HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- JUVENAL, Amaro. **Antônio Chimango**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1982.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- LESSA, Luiz Carlos Barbosa. **Borges de Medeiros**. Porto Alegre: Tchê! – RBS, 1985.
- LESSA, Renato. **A invenção republicana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.
- LIMA, Sergio Cruz. **A República malparida: da quartelada de Deodoro à ponchada de Vargas**. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2009.
- LOPES, Vera Lúcia. **Morte na República – Os últimos anos de Pinheiro Machado e a Política Oligárquica**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Nacional, 2004.
- LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LOVE, Joseph. **A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LUSTOSA, Isabel. **História dos Presidentes: A República no Catete (1897 a 1960)**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- MAGALHÃES, Mário Osório. **História do Rio Grande do Sul (1626 a 1930)**. Pelotas: Armazém Literário, 2002.
- MOTA, Carlos Guilherme Mota. **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difel, 1985.
- NETO, Casimiro. **A construção da democracia – Síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados, das Assembléias Nacionais Constituintes e do Congresso Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Ligia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (orgs.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.
- PENNA, Lincoln de Abreu. **A República Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República velha gaúcha: Charqueadas, frigoríficos, criadores**. Porto Alegre: Movimento, 1980.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- PINTO, Celi Regina. **Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)**. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- PORTO, Costa. **Pinheiro Machado e o seu tempo**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

- RECKZIEGEL, Ana Luíza; FÉLIX, Loiva Otero (Orgs.). **RS: 200 Anos – Definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002.
- RÊGO, André Heráclio do. **Família e coronelismo no Brasil**. São Paulo: A Girafa Editora, 2008.
- RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.
- REVERBEL, Carlos. **Maragatos e Pica-paus: Guerra civil e degola no Rio Grande**. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Castilhismo: Uma filosofia da República**. Brasília: Senado Federal, 2000.
- SANTOS, Jacinto Ribeiro dos. **O assassinato do general Pinheiro Machado**. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1917.
- SCHIRMER, Lauro. **Flores da Cunha de corpo e alma**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007.
- SILVA, Ciro. **Pinheiro Machado**. Rio de Janeiro: Livraria Tupã Editora, 1951.
- SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **Os Presidentes – Hermes da Fonseca**. São Paulo: Grupo de Comunicações Três, 1983.
- SILVA, Juremir Machado da. **Getúlio**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SILVA, Milena de Souza. **Cotidiano, escrita de si e coronelismo: a correspondência de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (1903-1916)**. Tese de Mestrado em História/PUCRS. Porto Alegre: 2010.
- SIMON, Pedro (Org.). **Discursos do Senador Pinheiro Machado**. Brasília: Senado Federal, 2004.
- TELAROLLI, Rodolpho. **Eleições e fraudes eleitorais na República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- TRINDADE, Hégio. **Poder Legislativo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul (1891-1937)**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. **Rio Grande da América do Sul – Partidos e eleições (1823-1990)**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Sulina, 1991.
- WITTER, José Sebastião. **República, política e partido**. Bauru: Edusc, 1999.

ANEXOS

ANEXO 1 – Lista dos Arquivos e Bibliotecas Pesquisados:

- Acervo digital de Borges de Medeiros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.
- Arquivo digital da Fundação Getúlio Vargas.
- Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul.
- Biblioteca Pública Municipal de Pelotas.
- Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.
- Secretaria da Cultura de Porto Alegre.

ANEXO 2 – Carta-testamento de Pinheiro Machado

Para ser aberto pela minha mulher se por ventura for eu vítima de meus inimigos e dos inimigos da República – Rio, 4-3-1914.

Neste momento em que a capital da República está profundamente agitada por elementos subversivos, que evidentemente procuraram atentar contra a ordem, contra as autoridades legais e quiçá contra as próprias instituições, convencido de que minha vida corre perigo, pois que minha atitude agora, como sempre, tem sido antemural contra a onda que em mais um estadio da Republica, tem procurado ferir de morte o regime, entendo fazer as seguintes declarações que servirão de esclarecimento nos vindouros, sobre a minha acção política, caso sucumba na luta que se avizinha.

Mantenho-me impavido perante os perigos que prevejo, porque tenho consciencia tranquila e estou convencido de que tenho com inexcedivel dedicacão servido com honra, não medindo sacrificios, o meu ideal politico que foi e é a implantação da República Federativa de nossa patria.

Nos altos postos que hei ocupado, jamais aparteimei-me da rota do dever cívico, tendo no Parlamento e fora dele, defendido com serena energia nunca desmerecida os interesses que reputo cardeais para a grandeza da minha patria, atendendo com solitudine as aspirações legitimas desta terra, onde nasci, não pondo um momento sequer ao serviço de inconfessaveis a autoridade, o prestigio conquistado entre os meus concidadãos.

O thesouro publico contou sempre com minha asidua e vigilante cooperacão, para impedir que a cobiça o assaltasse, embora ela se desenhasse em individuos a mim ligados por estreitos laços pessoais ou partidarios.

Inflexível tem sido a minha diretriz nesse sentido, comprovada por inumeros atos e atitudes e pelos meus proprios adversários, cujos rancores não ousaram contestar essa feição do meu caracter.

No terreno propriamente doutrinario, não fiz concessão às ambições que me rodearam, conservando intactas as minhas convicções, que julgo assecutorias da pureza do regime que adotamos e que não pode e não deve sofrer o influxo de alterações que o deturpariam ao sabor dos interesses triunfantes na ocasião.

Se me for adversa a sorte na grande luta em que pelejamos, há anos, morrerei sereno, certo de que a Historia fará justiça ao meu patriotismo.

Rio, 4 – 3 – 1914.

J. G. Pinheiro Machado.

ANEXO 3 – BIOGRAFIA SUCINTA DE HERMES DA FONSECA

Nascido em 12 de maio de 1855, em São Gabriel, era sobrinho do Marechal Deodoro da Fonseca e filho do marechal Hermes Ernesto da Fonseca e de Rita Rodrigues Barbosa. Formado em bacharelado em Ciências e Letras, estudou na Escola Militar sob orientação de positivistas como Benjamin Constant mas não há comprovações de um comprometimento de Hermes com a ideologia de Augusto Comte. Apoiou a República e a liderança política de Deodoro, ganhando o respeito dos republicanos históricos pelo posicionamento a favor da ordem republicana mesmo durante o governo de Floriano Peixoto, opositor de seu tio Deodoro da Fonseca. Comandou a Escola de Realengo, que formava os oficiais do Exército e reprimiu, neste cargo, a Revolta da Vacina ocorrida no governo de Rodrigues Alves. Nomeado ministro da Guerra durante os governos de Campos Salles e Afonso Pena, remodelou e modernizou as forças armadas brasileiras. Eleito Presidente da República, comandou o país de novembro de 1910 a novembro de 1914, tendo como vice-presidente Venceslau Bras. Para a eleição presidencial, contou com o apoio de Nilo Peçanha, ex-Presidente da República, e de Pinheiro Machado, que carregou consigo o apoio da maioria dos estados secundários na política nacional, notavelmente os do norte e nordeste, além do apoio de Borges de Medeiros e do Partido Republicano Rio-Grandense.

Enfrentou um governo tumultuado, marcado por revoltas como o levante dos marinheiros comandados por João Cândido (Revolta da Chibata) e o movimento milenarista dos padres João e José Maria contra a expulsão dos posseiros da região entre Santa Catarina e Paraná e a destruição do cultivo da erva-mate pela atuação da

madeira Lumber (Revolta do Contestado). Contribuiu para o clima de instabilidade do governo ao atentar contra grupos oligárquicos estaduais através de uma política que dizia ser de salvação nacional e ao rachar o Partido Republicano Conservador ao buscar substituir grupos regionais ligados ao líder partidário Pinheiro Machado por políticos de fidelidade duvidosa ao Presidente da República. Eleito Senador pelo Rio Grande do Sul, não assumiu o cargo em solidariedade a Pinheiro Machado, assassinado a partir da pressão exercida contra o apoio manifesto a Hermes. Porém, não desistiu da participação na política brasileira, passando a se dedicar à oposição militar ao Brasil dos cafeicultores, estando vinculado ao movimento tenentista no qual se manteve até sua morte a 9 de setembro de 1923, aos 68 anos. Neste movimento, foi um dos comandantes do levante da baixa oficialidade a partir do cargo de presidente do Clube Militar. Esteve envolvido na oposição ao governo de Epitácio Pessoa ao apoiar a Reação Republicana e tentou impedir a posse de Artur Bernardes ao participar do levante do Forte de Copacabana. Por sua participação neste levante, inclusive, chegou a ser condenado à prisão, da qual saiu para o isolamento até sua morte.

ANEXO 4 – TRECHOS DOS DISCURSOS FEITOS NO SENADO FEDERAL REPERCUTINDO O ASSASSINATO DE PINHEIRO MACHADO (Os destaques em negrito foram feitos pelo autor da dissertação visando ressaltar pontos importantes relacionados ao que foi tratado ao longo do trabalho)

O Senado acaba de ouvir compungido a comunicação do prematuro e inesperado falecimento de um dos mais preclaros cidadãos desta angustiada República, o desventurado Senador José Gomes Pinheiro Machado, o seu mais destemido e dedicado defensor. (...) Era um forte na expressão e na mais alta significação desse vocábulo. A mão mercenária e traiçoeira de um sicário desprezível e infame, impulsionada por criminosa propaganda de uma imprensa nefasta, e não menos infame, destruiu essa preciosa existência, essa poderosa mentalidade, essa dedicação à República, esse conjunto maravilhoso em que se incarnava o mais alevantado patriotismo, suprema qualidade de profício e inteligente comando, deslumbradora inteligência de assimilação inegalável, aliada a um critério excepcional e à mais alta correção na vida pública e privada. (Senador Vitorino Monteiro, Rio Grande do Sul)

O seu assassinato, pregado estupidamente nos meetings e na imprensa amarela, louca e apaixonada, vinha sendo anunciado já algum tempo para cá, mas era tão hediondo o crime premeditado pela perversidade dos mais irrequietos dos seus inimigos

e adversários políticos, que a ameaça parecia jamais seria posta em prática. Desgraçadamente, porém, a mão assassina, armada contra o íntegro chefe do Partido Republicano Conservador, deu ontem o golpe certo, ferindo-o traiçoeiramente no coração, abrindo assim uma era tão deplorável para a nossa Pátria, tão cumulada já de sérias e cruéis dificuldades, neste momento de dúvidas e incertezas. (Senador Antônio Azeredo, Mato Grosso do Sul)

Em relação ao Sr. Pinheiro Machado folgo de dar o público testemunho das qualidades, da alta elevação moral que, estou convencido, ornou o seu caráter. Se alguma vez passou pelo meu espírito qualquer dúvida, com relação a atos que os ódios da luta política podiam ter explorado, eu teria que fazer agora retratação plena, diante do meu país. Hoje, informado inteiramente, como me acho, dos fatos na sua realidade, posso assegurar que, ainda na hora dos combates, quando tão aceras se inflamam as paixões humanas e os nossos sentimentos naturalmente se inclinam para a crueldade, o seu papel foi sempre o de um protetor dos adversários, foi sempre o de um mantenedor rigoroso das leis da humanidade, no meio dos conflitos sanguinolentos em que a sua pessoa se achou envolvida. (...) Esse era o tipo de Pinheiro Machado: sustentador da autoridade constituída do seu país; sustentador da sua ordem constitucional, como condição de sua existência de nação soberana, que se amanhã for presa da anarquia e da caudilhagem, que não era a dele, se constituirá em republiquetas, presas, por sua vez, das ambições externas. (Senador João Luiz Alves, Espírito Santo)

A enorme perda, Sr. Presidente, não é somente para nós, mas também para a Pátria e para a República, que perde o melhor dos seus combatentes. (Senador Pereira Lobo, Sergipe)

Não é preciso que o tempo se escoe para que os adversários de Pinheiro Machado façam justiça a esse grande homem! Não, Sr. Presidente! Distinguindo na personalidade do grande brasileiro duas entidades diversas, a do particular cheio de sedução, vibrando de entusiasmo pelos seus amigos, pelos mais elevados e sublimes dotes da natureza humana, e a do político, posso, como adversário do Sr. General Pinheiro Machado, fazer justiça não só à sua memória, como aos seus grandes feitos e aos seus grandes e relevantíssimos serviços para a salvação da República, para a consolidação do regime, a fim de que, com firmeza e garantia, possa a Nação brasileira afrontar os riscos futuros, certa de que não lhe faltará jamais o ânimo e a coragem para a defesa de suas instituições. (...) Faltava-lhe, Sr. Presidente, a educação republicana tal qual ela é feita nos Estados Unidos; ele compreendia a República por uma forma um

pouco estreita e supunha que adquirindo força, dessa força, ele não se utilizaria, como nunca se utilizou a não ser para proteger o regime – porque ele se considerava o pálio, debaixo do qual caminhava a hóstia republicana. (...) Uma coisa, porém, pode-se dizer hoje, sobre o seu ataúde, sobre o seu corpo ainda quente: foi um republicano honesto, nunca mentiu à sua fé, nunca mentiu à sua consciência. (Senador Alfredo Ellis, São Paulo)

Pinheiro Machado por terra, foi o coração da República que tombou. (...) Como recordou o honrado Senador por Mato Grosso, S. Ex. nos disse que de bom grado, sem pesar, abriria mão da casa de sua residência, das suas fazendas valiosas, de sua fortuna, de quanto possuísse por duas coisas: a República e o seu Partido; as instituições democráticas de que o Partido Republicano Conservador se considerava o instrumento digno e eficaz. (Senador Arthur Lemos, Pará)

O meu fim, assomando à tribuna, é trazer, por mim e pela Paraíba, a expressão da dor mais profunda de patriota e de republicano pelo desaparecimento daquele para quem a República, no que ela tem de mais impessoal e de mais puro, era o ideal radioso, para cuja conquista todos os sacrifícios eram poucos e para cuja conservação eram fracas todas as dedicações. (Senador Eptácio Pessoa, Paraíba)

Pinheiro Machado não morreu: imortalizou-se pela sua grande e inabalável fé republicana, pelo seu imenso amor à democracia, pela sua força disciplinar e de tutela jurídica, pela sua irredutível e brilhante obra à causa do nosso progresso e grandeza da nossa Pátria. (Senador Lopes Gonçalves, Amazonas)

Nele, como sempre, dedicado nas suas afeições políticas, incorruptível até hoje, o Estado de Santa Catarina viu em Pinheiro Machado o seu chefe. Através de todas as crises, através de todos os momentos difíceis, era ele quem nos ditava a palavra, que nos indicava o caminho. E tivemos até este momento em que ele não é mais o nosso guia, a consciência tranquila de que não nos afastamos, nem nunca ousamos afastarmo-nos dele. (...) A sua vida material extinguiu-se: resta dele sua vida de ensinamentos, resta o emblema da República, que se pode ter encarnado naquele nome honrado e puro. E nós, os seus dedicados amigos, nós republicanos sinceros desta Pátria brasileira, o que resta então? Recebermos os seus ensinamentos e levantarmos uma bandeira insuperável para que se não consinta que a onda da desordem, da anarquia e da desgraça possa vir até onde nós estamos, para substituir a bandeira da República pelo trapo da anarquia e da miséria, que ontem deu o sinal rubro de sua existência. (Senador Abdon Baptista, Santa Catarina).

A representação de Minas Gerais, pelo mais obscuro de seus membros, vem dizer ao Senado que ela também sente a emoção de dor, de mágoa, de acabrunhamento, que hoje cai sobre o Senado da República e que ela também quer compartilhar, quer tomar parte, em todas as manifestações, em todas as homenagens que se estão prestando e se vão prestar à memória do nosso grande amigo e ilustre brasileiro que se chamou General Pinheiro Machado. (Senador Bueno de Paiva, Minas Gerais)

Neste momento o Estado do Maranhão, o seu Governo, as bancadas maranhenses me determinaram que prestasse a devida homenagem àquele que durante tanto tempo foi o núcleo principal da defesa dos ideais republicanos, que propagara com tanto entusiasmo e defendera com tanto ardor, quer antes da adoção do regime, quer depois, principalmente depois, quando as diferentes correntes que tumultuavam no cenário político produziram a necessidade imprescritível de reagir para manter os ideais que ele sonhara. (...) A luta incessante que ultimamente tem havido para ver tombar o gaúcho, teve o seu fecho mas o que é certo é que ele tombou ferido pelas costas e o punhal assassino não fez tombar somente o homem que se visava, mas o supremo defensor das ideias republicanas. (Senador Mendes de Almeida, Maranhão)

Não é neste momento que vamos fazer a análise e o estudo do papel que Pinheiro Machado representou na República; mas posso, sem dúvida, dizer que esse papel se sintetiza como de um reator contra a anarquia, o de um defensor da ordem constitucional, o de um sustentador da estabilidade das instituições. (Senador Alcindo Guanabara, Distrito Federal)